

RELATÓRIO E CONTAS 2011

EDIFÍCIO MAPFRE

MAPFRE Seguros Gerais, S.A.

ÍNDICE

1. ORGÃOS SOCIAIS	3
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
3. CONTAS ANUAIS 2011	21
4. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS	28
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	110



1

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente**

- Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

Vice-Presidente

- Filipe Dumont dos Santos

Secretário

- Claudio Antonio Ramos Rodriguez

Vogais

- Antonio Erazo Campuzano
- Antonio Manuel Cardoso Belo (Administrador Delegado)
- Bernabé Gordo Pin
- Jesús Garcia Arranz
- José Luis Joló Marin
- Melchor García García
- Rafael Galarraga Solores

Vogais

- Fernando Vassalo Namorado Rosa
- Filipe Quintas de Oliveira da Palma-Carlos

Suplente:

- José Emílio Cordeiro Fernandes

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representada pela Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**Presidente**

- Pedro de Macedo Coutinho de Almeida

Secretario

- Antonio Manuel Cardoso Belo

CONSELHO FISCAL**Presidente**

- José Vieira Bernardo



2

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. CONJUNTURA ECONÓMICA

Durante o ano 2011, viveu-se um contexto económico marcadamente depressivo, o qual, diga-se, tem sido um lugar comum ao longo dos últimos anos.

Como resultado de sucessivos anos de crescimento residual do Produto Interno Bruto, em conjunto com a manutenção de um *deficit* estrutural das contas publicas, o endividamento da economia atingiu um nível insustentável, incrementando o risco de incumprimento em relação à dívida pública e colocando em questão a resiliência do setor bancário

Esta realidade, patenteada num contexto especialmente turbulento dos mercados financeiros internacionais, o qual se assumiu como catalisador das dificuldades, privou o setor bancário do acesso às normais fontes de refinanciamento e causou um incremento exponencial das taxas de juro implícitas da dívida pública.

Foi um processo muito similar ao acontecido meses antes com a Grécia e a Irlanda, culminando da mesma forma, com um apelo à ajuda do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia que resultou na obtenção de um empréstimo de médio/longo prazo, tendo como contrapartida a assunção de um forte compromisso de redução estrutural do *deficit* e de implementação de extensas medidas de reforma estrutural da economia.

Em resultado da implementação deste acordo verificou-se imediatamente:

- A suspensão de uma série de obras públicas que estavam previstas levar a cabo, limitando, assim, o efeito daquele que se assumiu nos últimos anos como o único motor da economia;
- O incremento dos impostos sobre o rendimento e o consumo, com consequência na redução do rendimento disponível das famílias;
- A desalavancagem da economia por parte do setor bancário, através de restrições ao crédito, tanto por via de um maior rigor na seleção de risco como pelo incremento dos spreads das taxas de juro;
- O foco da banca no seu negócio tradicional, especialmente na captação de depósitos, através da oferta de taxas de remuneração bastante agressivas;

Em linha de continuidade, o Orçamento de Estado para 2012 incluiu medidas restritivas adicionais, sem precedentes na economia Portuguesa (novo incremento de impostos, corte dos subsídios de Natal e Férias dos trabalhadores da Administração Pública, aumentos dos preços dos transportes, etc.), arrastando a economia para uma acentuada recessão.

Com um Euro relativamente forte face ao Dólar e um nível de produtividade abaixo do necessário e desejável, a economia Portuguesa continuou confrontada com a sua falta de competitividade.

Embora se tenha observado uma melhoria muito significativa do saldo da balança comercial, não se pode ignorar que tal não resultou exclusivamente do crescimento das exportações mas antes de um efeito conjugado deste com a descida das importações.

Este comportamento das importações parece indiciar que, por um lado, terão diminuído as compras ao exterior de bens não produtivos, contribuindo para o desejado reequilíbrio da economia, mas, por outro, terá abrandado bastante a compra de máquinas e outros bens produtivos, que é em si um facto potenciador de efeitos recessivos.

No plano político externo, a União Europeia, dominada pelo eixo Franco-Alemão, assistiu a uma divisão entre os países da Europa Central, habitualmente tidos por cumpridores, e o resto dos estados membros. Ao longo do tempo, foram-se sucedendo diversas cimeiras, que se revelaram inconclusivas, sem se vislumbrar soluções e compromissos suficientemente robustos para fazer face à crise das dívidas soberanas, o que contribuiu para alimentar um sentimento permanente de incerteza.

Talvez por isso, de forma algo similar ao que aconteceu na sequência dos acordos com a Grécia e a Irlanda, o nível das taxas de juro implícitas na dívida pública portuguesa não melhorou na sequência da celebração do acordo de assistência financeira e a instabilidade acabou mesmo por se alargar perigosamente às dívidas públicas de Espanha e Itália, situação relativamente controlada pela intervenção massiva nos mercados, efetuada no final do ano pelo Banco Central Europeu.

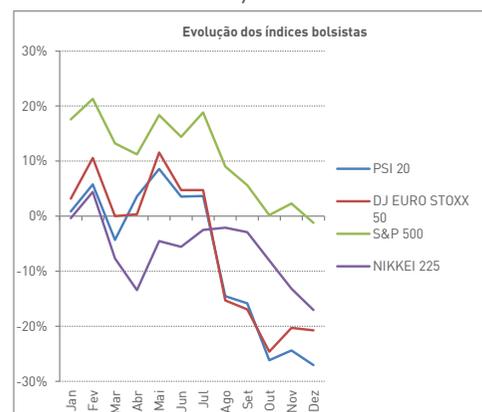
No caso concreto da Grécia, a situação degradou-se de forma significativa ao longo do tempo, tornando-se séria a possibilidade de bancarrota, o que levou ao reconhecimento de imparidades nas contas dos investidores e ao alastramento da desconfiança geral em relação aos restantes países periféricos da Zona Euro, onde se inclui Portugal.

O ano acabou por terminar mergulhado neste entorno difícil e com a ameaça latente de se prolongar, pelo menos, ao largo de 2012.

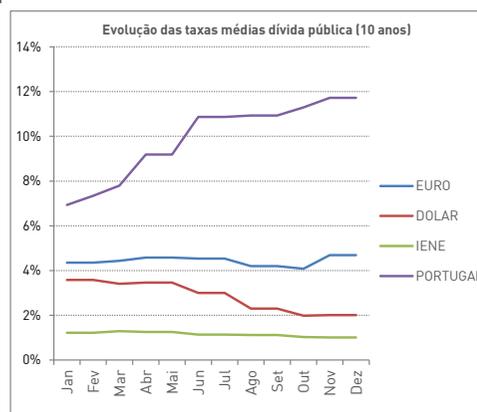
Com efeito, as previsões da generalidade dos organismos internacionais apontam para a manutenção de um clima económico bastante modesto no conjunto da União Europeia, adiando para 2013 a retoma já várias vezes anunciada.

Em Portugal, no início de 2012, acentuaram-se os efeitos negativos das medidas de austeridade. O número de veículos vendidos diminuiu drasticamente, regressando a níveis de meados da década de oitenta, o mercado imobiliário estagnou ainda mais, o consumo privado contraiu-se bastante, a taxa de desemprego atingiu um nível recorde e é esperado um decréscimo do PIB superior a 3%.

Todos estes fatores condicionarão de forma inexorável a evolução da atividade seguradora, tanto nos ramos Não Vida, que apresentam uma elevada correlação com a evolução da atividade económica, como em Vida, segmento muito assente na captação de poupanças e onde certamente se fará sentir um efeito negativo decorrente da redução do rendimento disponível.



Fonte: APS



Fonte: APS

Indicadores económicos	2008	2009	2010	2011	2012
PIB	0,0	-2,5	1,3	-1,6	-3,1
Consumo privado	1,4	-1,1	2,2	-3,6	-6,0
Consumo público	0,5	3,7	1,8	-3,2	-2,9
Investimento	-0,3	-11,2	-5,0	-11,2	-12,8
Exportações	0,1	-11,6	8,8	7,3	4,1
Importações	2,3	-10,6	5,2	-4,3	-6,3
Taxa de desemprego	7,6	9,5	10,8	12,7	n.d.
Índice de preços no consumidor	2,7	-0,9	1,4	3,6	3,2
Déficit Contas Públicas	3,5	10,1	9,1	5,9	4,5

Percentagens - Dados dos anos 2011 e 2012 são estimativas. Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças

2. MERCADO SEGURADOR

Como parte importante da economia portuguesa, o setor segurador não podia ficar imune aos efeitos retratados anteriormente.

Numa análise de evolução global das vendas e da rentabilidade, podemos desde logo concluir que se tratou de um ano muito difícil.

De facto, as vendas apresentaram um decréscimo muito significativo – de 28,6%, correspondentes a 4,7 mil milhões de euros – levando a que o setor segurador, contrariando a tendência que se verificava há largos anos, tenha diminuído o seu peso no PIB em 3 pontos percentuais, situando-se agora nos 6,5%.

Por sua vez, os resultados líquidos sofreram, também, um decréscimo muito assinalável, apontando os dados provisórios para um resultado que se pode qualificar de praticamente residual, num valor global de 43 milhões de euros, aproximadamente 90% menor que no ano anterior.

Mas, para uma adequada perceção da performance do setor segurador no ano 2011, importa salientar alguns aspetos concretos que se manifestaram de forma muito vincada e que, tendo contribuído para os indicadores globais descritos, possuem também um significado próprio:

a) Forte decréscimo nas vendas do ramo Vida

As vendas deste ramo (prémios de seguro e entregas para contratos classificados contabilisticamente como de investimento), caíram 38%, correspondentes a menos 4,6 mil milhões de euros do que no ano anterior.

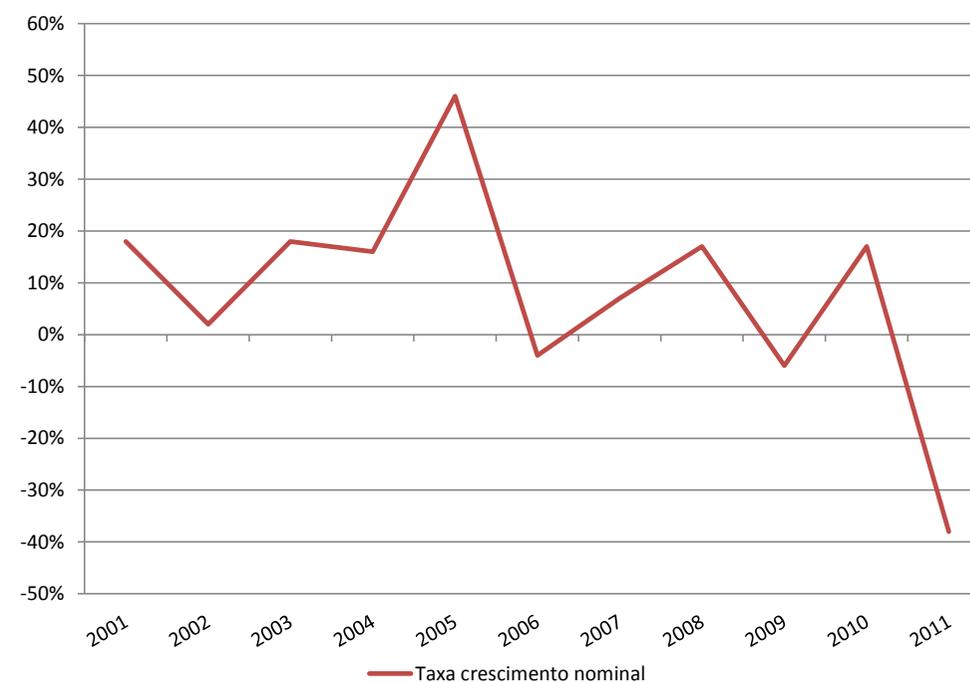
Este fenómeno parece estar essencialmente associado à reorientação da estratégia dos grupos bancários que dirigiram a captação de poupanças para produtos tradicionais, especialmente depósitos a prazo, como forma de melhorar os seus balanços e respetivos rácios associados.

Como é conhecido, ao longo dos anos as vendas do ramo Vida têm vindo a ser condicionadas pelo dinamismo dos produtos de índole financeira promovidos pelas instituições bancárias, de cujos grupos fazem parte as maiores seguradoras,

razão pela qual, no contexto referido, o comportamento observado se afigura como uma consequência lógica.

Não obstante, apesar da análise do comportamento histórico das vendas do ramo Vida demonstrar uma alternância permanente entre crescimentos e decrementos, que parece confirmar a influência da estratégia de gestão global dos clientes seguida a cada momento pelos grupos bancários, nunca anteriormente se observou um crescimento negativo tão forte como o do ano 2011.

Evolução das vendas do ramo Vida

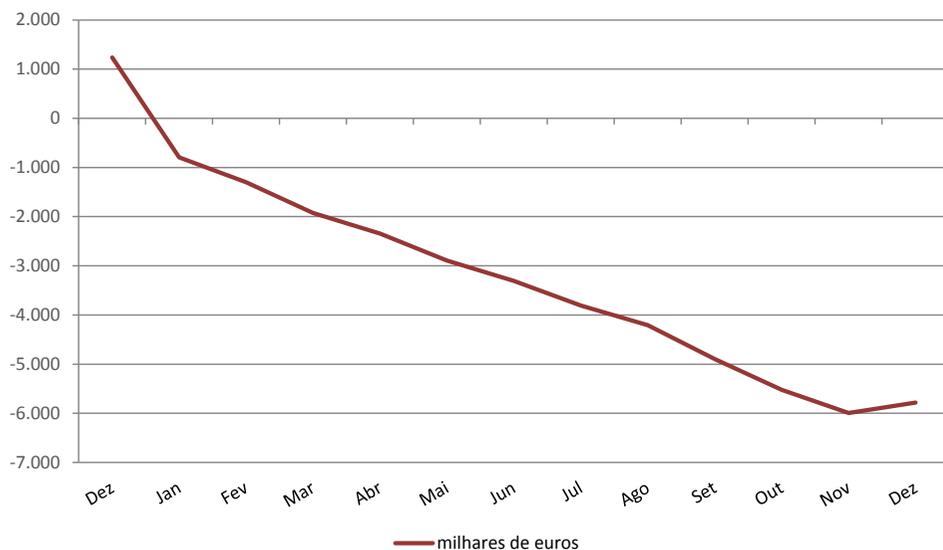


Fonte: APS

b) Fluxo técnico negativo no ramo Vida

Ao forte declínio das vendas associou-se o não menos importante incremento nos valores pagos a título de resgates e vencimentos, provocando que o fluxo técnico tenha sido negativo, numa tendência que se evidenciou e foi acentuando desde o início do ano.

Evolução do fluxo técnico acumulado do ramo Vida (Dez-10 a Dez-11)



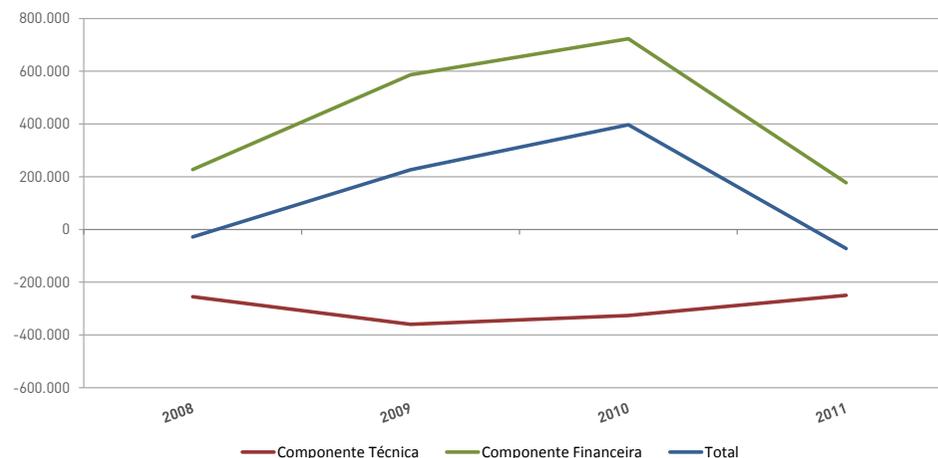
Fonte: APS

Dado que se opera uma compensação por via da redução das provisões matemáticas, esta evolução não produziu efeitos imediatos sobre as contas de resultados. Contudo, implicou um decréscimo na massa de ativos sob gestão que, a médio prazo, terá certamente como reflexo um decréscimo da rentabilidade.

c) Resultado técnico negativo no ramo Vida

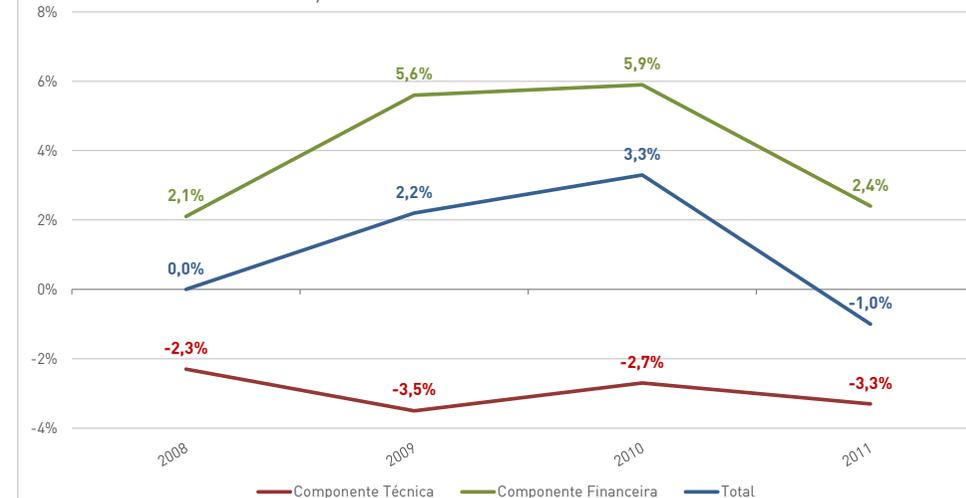
Pela sua natureza muito mais exposto à volatilidade financeira, uma vez que se encontra associado à maior parte (cerca de 80%) dos investimentos geridos pelo sector, o ramo Vida apresentou um resultado técnico negativo de 72 milhões de euros, frente a aos cerca de 400 milhões de euros positivos do ano anterior, tendo para tal contribuído, especialmente, as menos valias dos ativos, bem como as perdas realizadas e as imparidades consideradas.

Evolução do resultado técnico de Vida (milhares €)



Fonte: APS

Evolução da taxa de rentabilidade das vendas de Vida



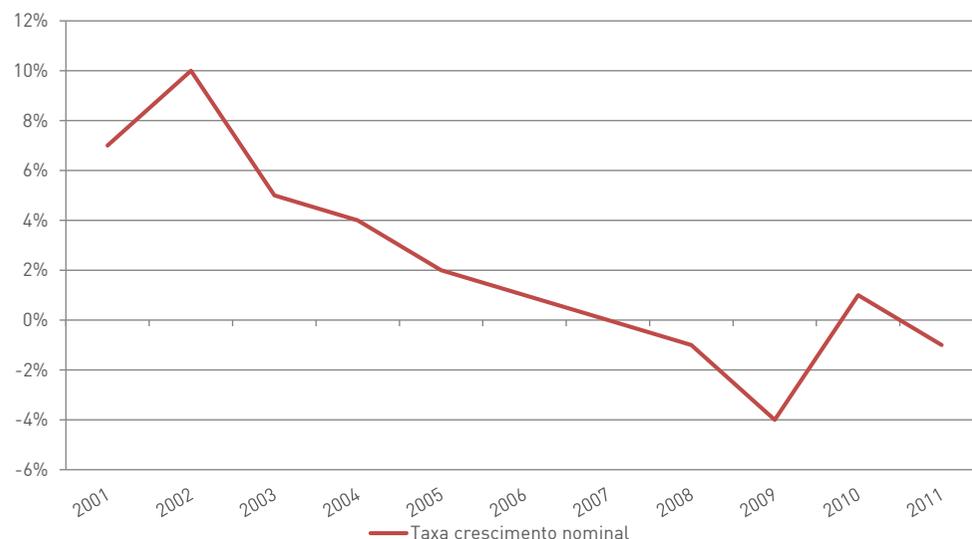
Fonte: APS

d) Crescimento nulo dos prémios nos ramos Não Vida

Nesta linha de negócio, que os estudos estatísticos provam estar muito correlacionada com a evolução do PIB, verificou-se um decréscimo global de 0,9%.

Esta tendência, que se verifica há vários anos, tem vindo a ser, simultaneamente, causa e efeito do incremento da competitividade entre os operadores de mercado que resulta num abaixamento dos prémios médios e na consequente deterioração dos resultados de exploração.

Evolução das vendas do ramo Não Vida



Fonte: APS

Por se tratarem de ramos obrigatórios e pelo seu peso na estrutura da carteira de prémios Não Vida (cerca de 55%), importa destacar os decréscimos de 3,7% no ramo de Acidentes de Trabalho e de 0,8% no ramo Automóvel.

No primeiro caso, o aumento do desemprego, com a consequente redução da massa salarial segura, ter-se-á constituído num fator adicional à competitividade entre operadores, exercendo ambas uma enorme pressão sobre os prémios médios, enquanto que no ramo Automóvel, a redução radicar-se-á exclusivamente na forte competitividade, pois ainda que as vendas de veículos novos tenha diminuído não se verificou um decréscimo do parque automóvel global.

Positiva foi a evolução do ramo de Doença, que apresentou um crescimento de 1,5%. Se, por um lado, as condições de acesso aos cuidados de saúde do sistema público induzem a uma maior procura por este tipo de seguros, por outro, não se podem ignorar as restrições aos gastos sofridas tanto pelos particulares como pelas empresas, o que poderá explicar que, ainda que tenha existido um crescimento, este revele um abrandamento do seu ritmo nos últimos anos.

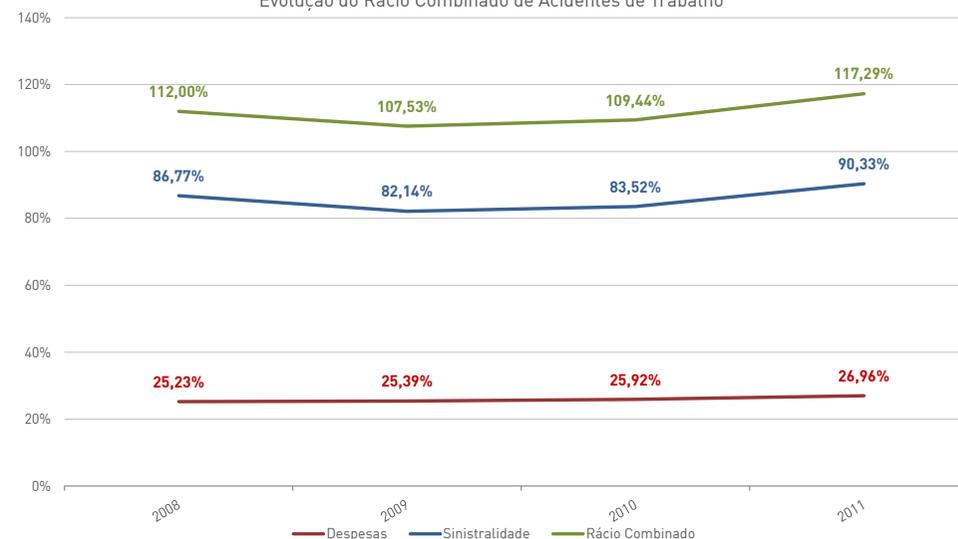
Assinaláveis foram os crescimentos ocorridos nos seguros de Assistência (18,7%) e de Proteção Jurídica (14,3%), ainda que por um valor absoluto relativamente limitado, dada a natureza dos ramos.

e) Agravamento do rácio combinado no ramo de Acidentes de Trabalho

Este ramo que historicamente vem apresentando um rácio combinado elevado, agravou a tendência de forma preocupante e insustentável a curto prazo, atingindo os 117,3%.

Importa notar que este agravamento tem origem na degradação da taxa de sinistralidade, que aumentou praticamente 7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, enquanto o rácio de despesas se incrementou apenas 1 ponto percentual.

Evolução do Rácio Combinado de Acidentes de Trabalho

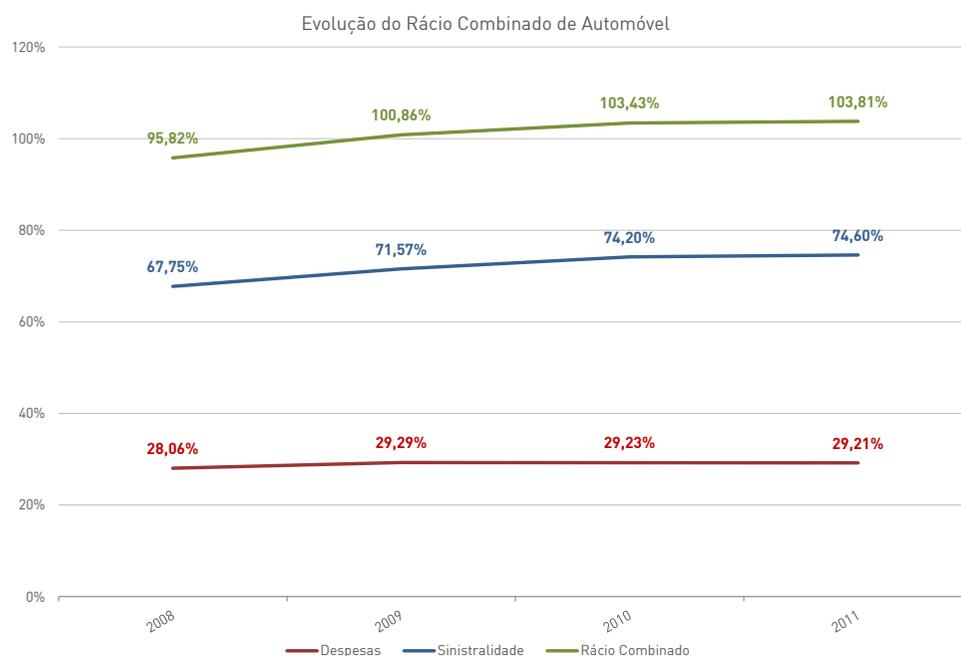


Fonte: APS

f) Manutenção de um rácio combinado superior a 100% no ramo Automóvel

Não obstante a redução na circulação automóvel associada às dificuldades económicas e as condições climatéricas favoráveis nos últimos meses do ano, o rácio combinado situou-se nos 103,8%, sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior, traduzindo um comportamento também semelhante tanto da taxa de sinistralidade como do rácio de despesas.

Este desempenho parece evidenciar, novamente, a pressão exercida sobre as margens, como resultado da competitividade entre operadores, já referenciada a propósito da evolução dos prémios.

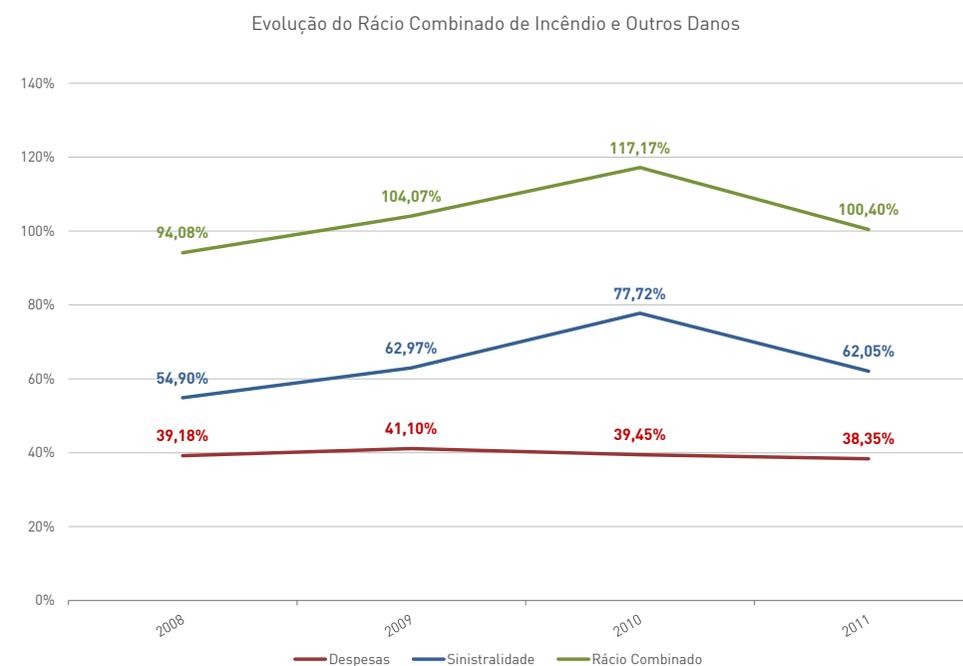


Fonte: APS

g) Importante melhoria do rácio combinado dos ramos de Incêndio e Outro Danos

O conjunto dos ramos incluídos neste segmento experimentou uma significativa descida do rácio combinado (praticamente 17 pontos percentuais), na sua quase totalidade por via do abaixamento da sinistralidade.

Esta melhoria era esperada e explica-se pelo facto do ano anterior ter sido especialmente severo em termos de sinistralidade, com a ocorrência de algumas tempestades de grande magnitude (Madeira e Oeste, por exemplo). Ainda assim, situou-se nos 100%, ou seja, sem conseguir apresentar rentabilidade decorrente da componente técnica.



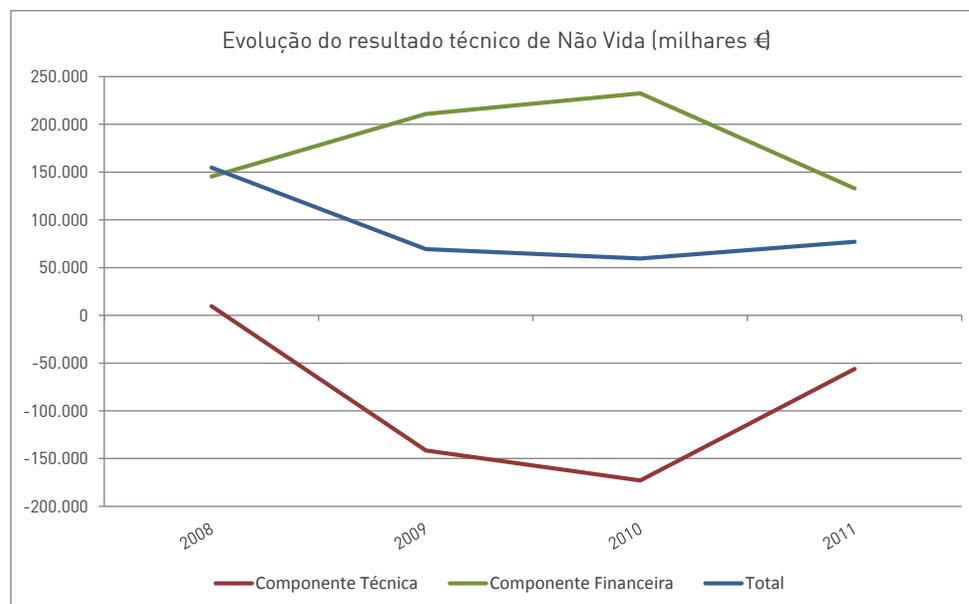
Fonte: APS

h) Manutenção de um baixo nível de resultados técnicos nos ramos Não Vida

Os efeitos da crise financeira não deixaram de se sentir nos resultados técnicos do conjunto dos ramos Não Vida, ainda que em menor magnitude quando comparados com o ramo Vida.

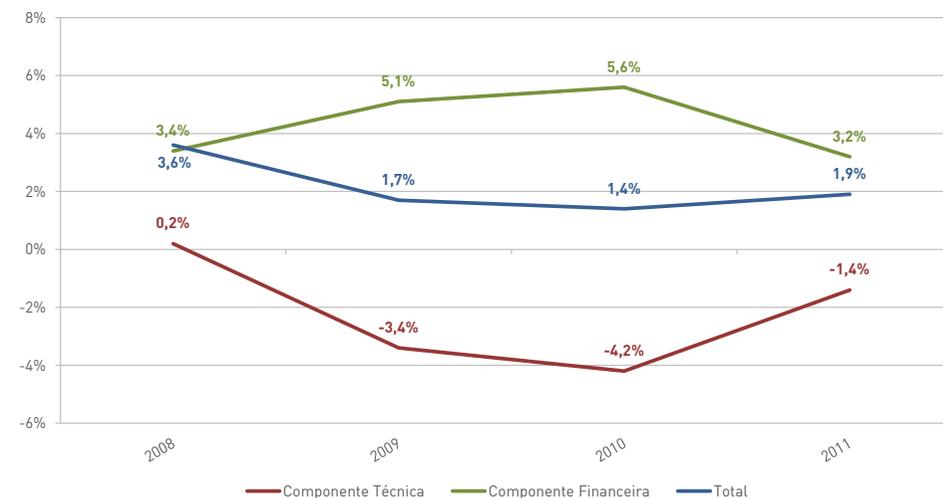
No que concerne à componente técnica, em coerência com o já descrito comportamento dos rácios combinados, a melhoria bastante significativa ocorrida nos ramos de Incendio e Outros Danos acabou por ser absorvida pela degradação das condições de exploração de outros ramos, em especial o de Acidentes de Trabalho, enquanto que o ramo Automóvel, ao qual cabe a maior fatia da carteira, continuou a ter a sua margem de rentabilidade muito pressionada.

Desta forma, a área Não Vida manteve o comportamento anémico dos anos anteriores, atingindo um resultado de 77 milhões de euros, o qual, face aos prémios emitidos, representa uma rentabilidade de 1,9%, com a particularidade de que esta seria negativa sem a componente financeira.



Fonte: APS

Evolução da taxa de rentabilidade das vendas de Não Vida



Fonte: APS

i) Estabilidade do nível de solvência

A erosão nos capitais próprios decorrente do efeito das desvalorizações dos ativos financeiros encontra-se quantificada em cerca de 400 milhões de euros, valor que corresponde a um decréscimo de 10% em relação ao ano anterior.

Apesar disso, através da reclassificação de uma parte dos investimentos de rendimento fixo para a categoria de “detidos até à maturidade” e beneficiando de um abaixamento da margem de solvência exigida em resultado da própria evolução do negócio, o mercado segurador, na sua globalidade, conseguiu reforçar o nível de solvência em 7 pontos percentuais, situando-se numa taxa de cobertura de 181%, segundo os dados provisórios.

Embora os dados definitivos possam vir a revelar alguma alteração, em consequência dos processos de certificação de contas, nomeadamente derivados dos critérios da imparidade a reconhecer em relação aos títulos da dívida pública da Grécia, parece claro que o mercado segurador não degradou a sua solidez, apesar do contexto adverso.

3. ATIVIDADE DA MAPFRE SEGUROS GERAIS

Em relação à atividade da empresa, importa deixar uma pequena nota introdutória para dizer que se procura deixar nos pontos seguintes um resumo dos aspetos mais relevantes, sem que isso substitua todas as informações complementares e aprofundadas que se encontram nas Notas ao Balanço e Contas de Ganhos e Perdas, as quais fazem parte do dossier global de contas do exercício.

3.1. Modelo de governo

Face às exigências legais impostas pelas alterações operadas em 2006 ao Código das Sociedades Comerciais e à consequente necessidade da fiscalização da sociedade deixar de ser efetuada pelo Fiscal Único para passar a dever ser efetuada por um Conselho Fiscal e por um revisor ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas - Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, a MAPFRE Seguros Gerais procedeu, desde 2007, à atualização do seu modelo de governação.

Em termos gerais as alterações verificadas incorporaram, na medida do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações recentes ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal.

Neste âmbito foi adotada uma nova estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral – Cujas mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- Conselho de Administração – Composto por dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegáveis, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador Delegado por ata do próprio Conselho de Administração.
- Conselho Fiscal – Composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter

conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais.

- Revisor Oficial de Contas – Função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações nos estatutos são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade a um Administrador Delegado, sendo os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

3.2. Estrutura de capital

O capital social da MAPFRE Seguros Gerais é de € 33.108.650 constituído por 6 635 000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros, cada uma, detidas pela MAPFRE INTERNACIONAL, S.A. (99,9991%), pela MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A. (0,0003%), pela MAPFRE FAMILIAR, Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. (0,0003%) e pela MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO, Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros, S.A. (0,0003%).

3.3. Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE, é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., seguindo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

O Código de Bom Governo do Grupo MAPFRE, com data de 2008, prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Por outro lado, no que concerne aos incentivos referenciados ao valor das ações, o Plano existente no Grupo MAPFRE não abrange os respetivos membros dos órgãos de administração enquanto possuidores dessa mesma qualidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por 10 membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) Existem 4 administradores executivos, 1 na MAPFRE Seguros Gerais, S.A. (o Administrador-delegado) e 3 em outras empresas do grupo, sendo os restantes não executivos;
- b) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos do Conselho de Administração desta sociedade, consiste numa retribuição fixa anual;
- c) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal;
- d) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua assistência às reuniões;
- e) Relativamente aos administradores executivos, apenas o vogal do Conselho de Administração e Administrador Delegado, António Manuel Cardoso Belo, auferem remuneração por essa qualidade, que é divulgada nos termos legalmente exigíveis, já que os restantes membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE.

As remunerações auferidas no ano 2011 pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Nome	Cargo	Valor
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	Presidente	0,00 €
Filipe Dumont Santos	Vice-Presidente	18.059,00 €
Claudio Antonio Ramos Rodriguez	Secretário	0,00 €
António Erazo Campuzano	Vogal	6.020,00 €
António Manuel Cardoso Belo	Vogal-Adm. Delegado	227.769,64 €
Jesús Manuel Garcia Arranz	Vogal	18.059,00 €
Jesús Martinez Castellanos	Vogal	0,00 €
José Luis Catalinas Calleja	Vogal	0,00 €
Jose Luis Joló Marin	Vogal	18.059,00 €
Matías Salvá Bennasar	Vogal	18.059,00 €
Rafael Galarraga Solores	Vogal	13.544,00 €
Total		319.569,64 €

Nota: Os vogais António Erazo Campuzano e Rafael Galarraga Solores renunciaram aos seus mandatos durante o ano 2011 e não fazem parte do Conselho de Administração à data de encerramento de contas.

Existem responsabilidades com benefícios pós-emprego referentes ao Vogal – Administrador Delegado, no montante de 49.099,23 €, calculadas nos termos do disposto no Contrato Coletivo de Trabalho, que se encontram incluídas no plano de benefícios detalhadas no ponto 23 das Notas ao balanço e Conta de Ganhos e Perdas. No ano 2011, foi efetuada uma entrega para um plano de contribuição definida do mesmo Vogal pelo montante de 110.260,00 € que inclui a regularização de contribuições referentes a anos anteriores não realizadas nos anos correspondentes.

No Conselho Fiscal da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções, nos termos que se encontram estabelecidos na Ata n.º 42 da Assembleia Geral, de 14 de março de 2008. As remunerações auferidas no ano 2011 pelos membros do Conselho Fiscal foram as seguintes:

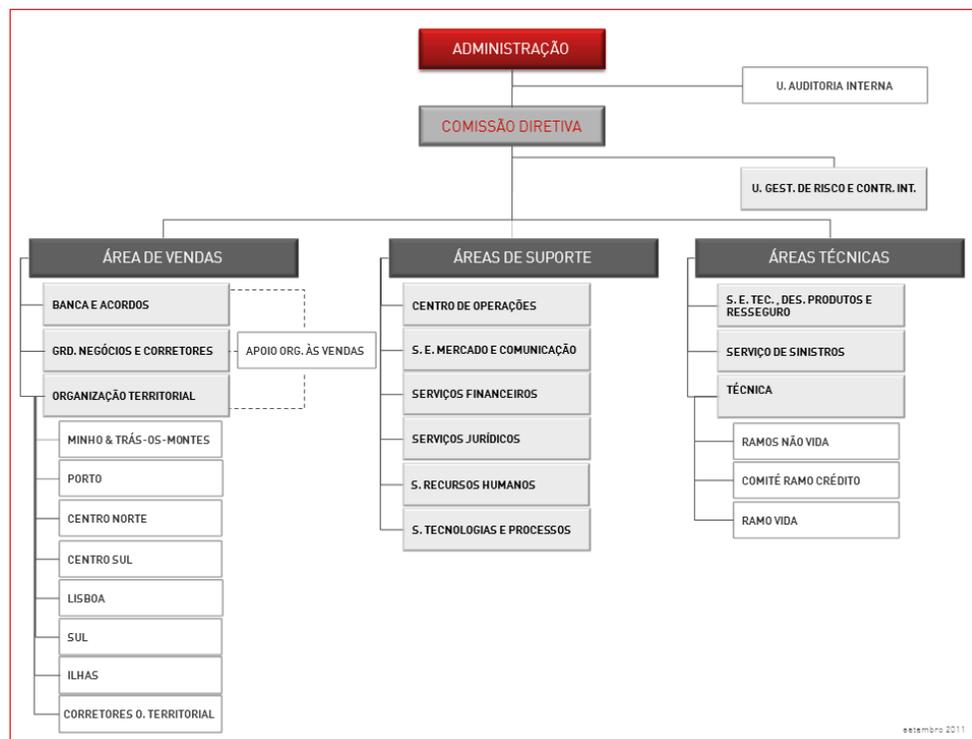
Nome	Cargo	Valor
José Vieira Bernardo	Presidente	10.270,00 €
Fernando Vassalo Namorado Rosa	Vogal	7.703,00 €
Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos	Vogal	7.703,00 €
José Emílio Cordeiro Fernandes	Suplente	2.568,00 €
Total		28.244,00 €

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferem as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis:

Âmbito	Valor
Serviços de certificação legal de contas anuais	47.000,00 €
Serviços de garantia de fiabilidade	7.000,00 €
Total	54.000,00 €

3.4. Estrutura operacional

De há alguns anos a esta parte, na prossecução de uma estratégia de gestão integrada dos clientes e de obtenção de sinergias aos mais diversos níveis, a MAPFRE em Portugal opera os segmentos de negócio Vida e Não Vida através de uma estrutura operacional comum, organizada de acordo com o organigrama seguinte:



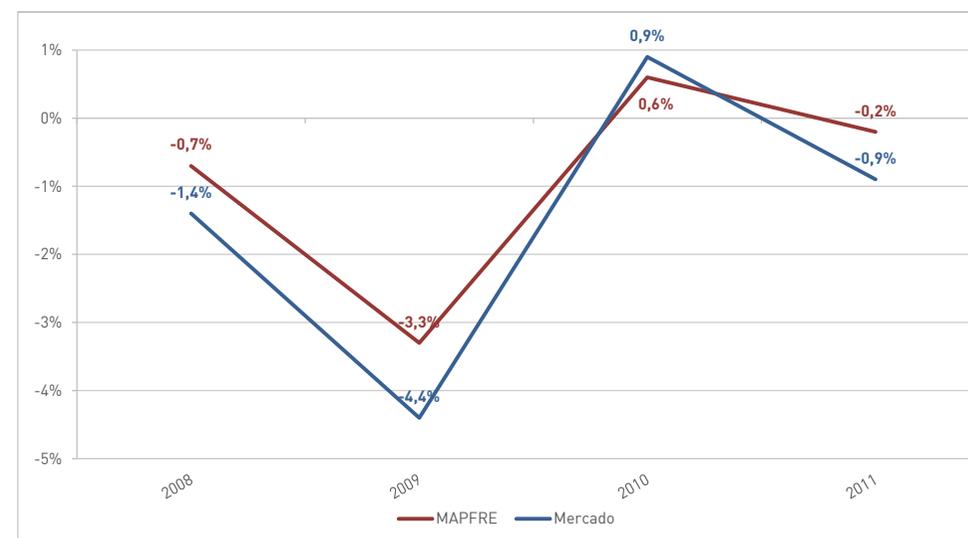
3.5. Factos relevantes do ano 2011

Ao longo dos últimos anos, a empresa tem mantido uma estratégia clara e estável, assente em três pilares - crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial - tendo sido com base neste enquadramento de fundo que em 2011, mais uma vez, se desenvolveu a atividade.

Face ao contexto particularmente difícil, centraram-se esforços em assegurar um desempenho sustentado e equilibrado, procurando dar resposta aos exigentes desafios mais imediatos sem descurar uma visão de médio e longo prazo.

Pese embora as ações de requalificação da carteira, implementadas na prossecução do objetivo de rentabilidade, terem levado à anulação de algumas apólices relevantes, o dinamismo da rede comercial permitiu uma compensação quase integral das perdas daí decorrentes, tendo o volume de prémios emitidos atingido os 102,61 milhões de euros, implicando uma descida marginal em relação ao ano anterior de apenas 0,1%.

Manteve-se, assim, a tendência de apresentar um desempenho superior ao do mercado, o que permitiu a subida no ranking das seguradoras Não Vida para o 12.º lugar e o reforço, ainda que ligeiro, da quota de mercado, que é atualmente de 2,5%.



Fonte dos dados de mercado: APS

No que respeita à sinistralidade global, à semelhança do que se verificou no mercado, observou-se uma melhoria proveniente dos ramos patrimoniais, devido ao facto de no ano anterior estes terem sido bastante castigados pela ocorrência de tempestades de grande dimensão.

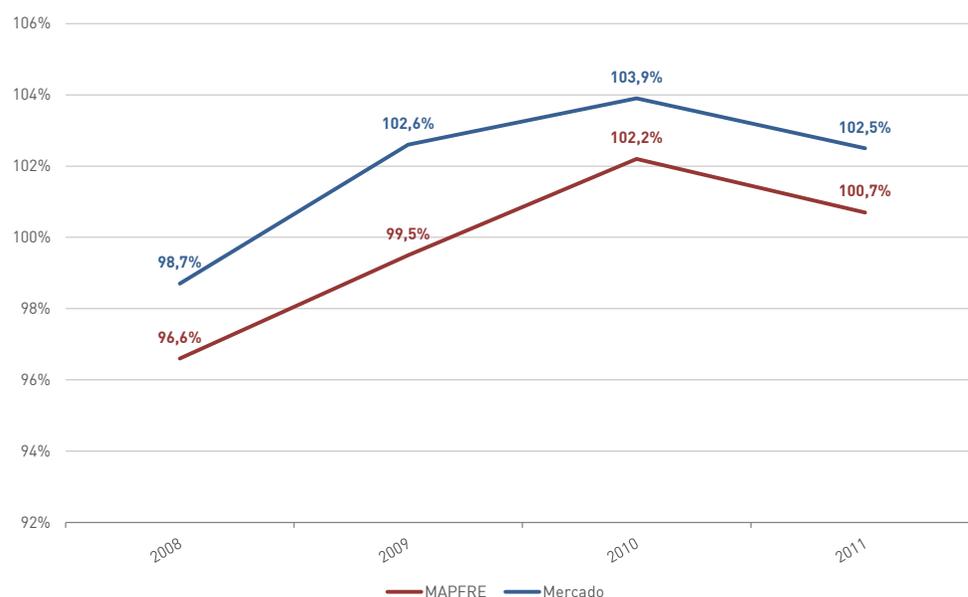
Os ramos de Automóvel e Acidentes de Trabalho continuaram com as suas margens ajustadas, em consequência da forte pressão sobre os prémios médios e do facto das operações de requalificação da carteira que se levaram a cabo

tenderem a produzir efeitos apenas a médio prazo, como parece confirmar a evolução mais favorável da sinistralidade no último trimestre do ano.

Do lado das despesas gerais de funcionamento (gastos por natureza a imputar por funções), colocamos um grande empenho nas ações de reorganização operacional que faziam parte do plano estratégico, através das quais foi possível atingir uma poupança de 5,6% em relação ao ano anterior, correspondente a 1,24 milhões de euros.

Em consequência do comportamento destas variáveis, o rácio combinado apresentou uma melhoria de 1,5 pontos percentuais, consolidando o desempenho mais favorável da MAPFRE no contexto de mercado.

Evolução do Rácio Combinado Não Vida



Fonte dos dados de mercado: APS

Em relação aos ativos financeiros, a política de investimentos continuou a privilegiar ativos de alta qualidade creditícia. Não obstante, estes sofreram uma desvalorização algo importante, não por via do seu risco intrínseco mas sim devido à turbulência dos mercados financeiros, especialmente os da dívida soberana que contagiaram os ativos de dívida *corporate* dos respetivos países.

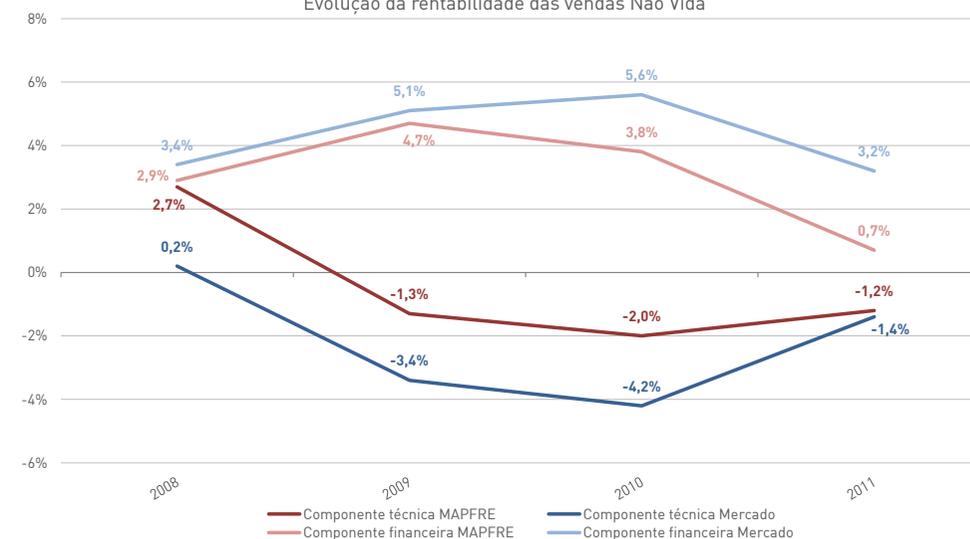
No caso concreto da dívida pública da Grécia, face às ameaças de incumprimento parcial que se encontram no horizonte, procedeu-se ao reconhecimento de uma imparidade de 3,1 milhões de euros que afetou profundamente a rentabilidade financeira, cuja taxa, sem esse fator, teria sido superior à dos anos precedentes, conforme se detalha no quadro seguinte.

Taxa de rentabilidade dos investimentos

Tipo de investimento	2008	2009	2010	2011
Bens materiais	0,0%	5,8%	5,0%	3,9%
Ações e fundos de investimento	4,0%	4,7%	4,3%	4,2%
Títulos de rendimento fixo	4,7%	4,2%	3,9%	4,6%
Depósitos a prazo	4,8%	2,7%	0,0%	0,0%
Depósitos à ordem	4,7%	1,2%	0,1%	0,7%
Total	3,6%	4,3%	3,9%	4,5%

Como corolário das variáveis anteriores, apesar do impacto significativo da imparidade dos títulos da Grécia, o resultado técnico continuou a ser positivo e, por consequência, a rentabilidade técnica das vendas também, comparando de forma positiva com o desempenho geral do mercado, em especial no que respeita à componente técnica pura.

Evolução da rentabilidade das vendas Não Vida



Fonte dos dados de mercado: APS

No que concerne à solidez financeira, fez-se notar novamente a forte capitalização da empresa, com a taxa de cobertura da margem de solvência a situar-se em 343%, voltando a ser muito superior à média do mercado (181%).

Por sua vez, as provisões técnicas, não obstante as referenciadas desvalorizações dos ativos financeiros, mantêm uma cobertura bastante folgada, com a respetiva taxa a atingir os 127%, com um excedente aproximado de 34 milhões de euros, constituindo-se num fator de confiança acrescido para o nossos clientes.

Fruto de todo o empenho colocado no terreno, foi possível manter o comportamento das cobranças em linha com as vendas e com o ano anterior, pese embora a existência da crise económica já amplamente referenciada.

Por esse motivo e por via da assunção da perda definitiva de um conjunto de recibos em cobrança coerciva, pendentes nos tribunais há vários anos e para os quais não se vislumbrava nenhuma solução a breve prazo, os recibos pendentes atingiram o montante mais baixo de sempre, situando-se nos 6,4% dos prémios emitidos.

A par destes desempenhos muito positivos do ponto de vista quantitativo, a empresa viu ainda reconhecida a sua qualidade de prestação de serviços:

- Um estudo da empresa Marktest, indica que a MAPFRE é percecionada pelos seus clientes como uma empresa de confiança, que resolve eficazmente os sinistros e que é rápida no esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas;
- O “Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado” do Instituto de Seguros de Portugal, apresenta a MAPFRE como a melhor seguradora no prazo de regularização de sinistros de danos próprios do ramo Automóvel e uma das melhores na cobertura de responsabilidade civil;
- A Associação Portuguesa de Call Centers, voltou a eleger o call center da MAPFRE como o melhor do setor de seguros;
- Várias referências positivas foram efetuadas em publicações de associações de defesa do consumidor em relação a alguns produtos;

Por outro lado, importa destacar algumas ações de índole qualitativa desenvolvidas ao longo do ano, no quadro de implementação da estratégia definida

e numa filosofia de melhoria continua, que contribuíram para a obtenção dos resultados anteriormente referenciados.

A área de produtos esteve particularmente ativa, não só no lançamento de novos e na reformulação de alguns dos já existentes, como na melhoria dos simuladores/emissores e na revisão de todas as condições gerais, tanto ao nível do seu clausulado como do processo operativo de impressão e envio aos clientes.

Como suporte direto ao desenvolvimento comercial, procedeu-se à completa reformulação da ferramenta Web de serviço ao segmento de clientes empresariais, acrescentando-lhe novas funcionalidades e melhorando o seu aspeto gráfico, continuando desta forma a proporcionar aos clientes um serviço inovador e de excelência.

Na mesma senda, implementaram-se melhorias no site de mediadores, o qual, sendo já uma referencia no mercado, viu reforçadas as suas valências.

Com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência do processo de gestão de sinistros do ramo de Acidentes Trabalho, mantendo a MAPFRE na linha da frente na inovação de serviços neste ramo, foi implementada uma nova ferramenta informática suportada em ambiente Web que permite uma comunicação em tempo real entre os gestores e os serviços clínicos.

Ainda na área de sinistros, foi colocado em marcha o projeto de digitalização, mediante o desenho da solução cuja implementação se encontra prevista para 2012, no sentido de agilizar e desmaterializar os fluxos de gestão.

Da área financeira veio um contributo para ajudar os Gerentes e Diretores Regionais a gerir as unidades de negócio sob a sua responsabilidade, através da disponibilização de um *scorecard* de indicadores de gestão, financeiros e não financeiros.

O Centro de Operações que, entre outros serviços, assegura o funcionamento do *call center*, implementou uma nova ferramenta de atualização de dados dos clientes e levou a cabo diversas campanhas de venda telefónica com resultados muito interessantes.

A área de Estudos de Mercado e Comunicação, deu continuidade ao reforço de comunicação da marca MAPFRE e participou ativamente na preparação da estratégia de abordagem aos novos canais de comunicação que se pretende implementar nos próximos anos. Além disso, deu suporte à implementação das várias campanhas de dinamização da rede comercial e assegurou a comunicação do lançamento e reformulação de produtos.

A gestão operacional por processos tem sido alvo de uma aposta crescente e teve a devida continuidade no ano 2011. Assim, em coordenação com a área de processos do grupo MAPFRE, introduziu-se uma nova ferramenta de apoio e levou-se a cabo a definição de um calendário de levantamento de novos processos, bem como a sistematização dos que já se encontram levantados.

A área de Gestão de Risco e Controlo Interno deu seguimento ao seu trabalho de coordenação transversal de todos os temas que fazem parte do seu âmbito, dirigindo um esforço especial para a vertente do Controlo Interno, avançando com a sua sistematização na ferramenta *Riskmap* (ferramenta corporativa que serve de suporte à identificação, monitorização e mitigação dos riscos operacionais), mediante a incorporação dos diversos manuais dos processos e a identificação e avaliação dos controlos. Implementou, ainda, diversas ações de sensibilização e formação, com o objetivo de reforçar o ambiente de gestão e controlo de riscos. Além disso, efetuou uma análise do estado de adaptação das diversas estruturas da empresa às necessidades ditadas pela nova regulamentação do Solvência II.

No que respeita à segurança, procedeu-se à atualização do plano de continuidade de negócio, existente há vários anos. Nesse âmbito, incorporaram-se novos processos no Plano de Recuperação de Desastre e realizaram-se dois simulacros de evacuação do edifício da sede da empresa com a consequente ativação do Centro de Recuperação de Desastre, tendo um deles sido auditado pela Direção de Segurança Corporativa da MAPFRE que o valorou de forma muito positiva.

O quadro de colaboradores no encerramento do exercício era constituído por 251 pessoas, menos 11 do que no ano anterior, em resultados das ações de reorganização implementadas. Apresenta uma distribuição equilibrada entre sexos, correspondendo 53% a homens e 47% a mulheres.

Reconhecendo a importância crucial deste ativo, deu-se continuidade ao investimento na capacitação dos Recursos Humanos, mediante a disponibilização de 4.732 horas de formação técnica e comportamental, presencial e por e-learning, correspondentes a uma média aproximada de 20 horas por empregado, destacando-se o fato de todos os colaboradores terem participado, pelo menos, numa ação formativa.

No mesmo sentido, foi reformulado o mecanismo de avaliação de desempenho, integrando-o no processo de gestão de carreiras, em relação ao qual começaram a ser dados os primeiros passos.

O ano 2011 foi, também, muito rico em ações de responsabilidade social, levadas a efeito em colaboração com a Fundación MAPFRE, destacando-se nesse âmbito:

- A campanha de educação rodoviária que levou a várias cidades do país a já habitual caravana, permitindo a formação de centenas de crianças nesta temática tão importante para a sociedade;
- A continuidade da campanha “Com Mais Cuidado” dirigida à população sénior e implementada em colaboração com a Direção Geral de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- A inovadora campanha “Ao Fim de Semana Tu Decides”, destinada à sensibilização dos jovens em relação aos perigos do efeito do álcool na condução;
- Vários seminários de ergonomia, prevenção, segurança e higiene no trabalho;

3.6. Agradecimentos

A consecução dos objetivos a nos propusemos, num contexto altamente complexo como o que tivemos por diante, não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas e entidades, internas e externas.

Assim, queremos deixar aqui expresso o nosso agradecimento a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, nos prestaram a sua colaboração ativa ao longo do ano.

3.7. Perspetivas de evolução futura

Conscientes das dificuldades que enfrentaremos no futuro próximo, não deixaremos de prosseguir a implementação da nossa estratégia na linha dos anos anteriores, cujo acerto parece amplamente demonstrado nos pontos precedentes.

Beneficiando da solidez internacional do grupo MAPFRE, pretendemos continuar a assentar a nossa atividade nos pilares estratégicos de crescimento, rentabilidade e responsabilidade empresarial.

Para atingir os objetivos, continuaremos a privilegiar a agilidade de resposta às mais diversas solicitações, a sustentabilidade técnica e a motivação dos nossos colaboradores como condição indispensável à prestação de um serviço de excelência aos nossos clientes.

Neste sentido, temos definido um vasto plano de ação que pode ser resumido nos seguintes itens:

- Reforço e dinamização dos canais de distribuição e desenvolvimento de novos canais;
- Melhoria da cobertura geográfica da rede de distribuição;
- Incremento da notoriedade da marca MAPFRE;
- Equilíbrio tarifário e da política de seleção de riscos;
- Melhoria da eficiência da estrutura operativa;
- Aposta contínua na capacitação dos recursos humanos;

Para tal, continuamos a contar com a confiança que os nossos clientes e os nossos acionistas têm vindo a depositar ao longo do tempo, bem como com a colaboração inestimável de todos os empregados e da rede de agentes e corretores disseminada por todo o país.

4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de 1.466.718,58 € (Um milhão quatrocentos e sessenta e seis mil setecentos e dezoito euros e cinquenta e oito cêntimos), seja destinado à remuneração dos acionistas e ao reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

- Distribuição de dividendos no montante de 1.100.038,94 €
- Incorporação em reservas no montante de 592.875,89 €, dos quais:
 - 146.671,86 € em Reserva Legal
 - 220.007,78 € em Reservas Livres

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida (Presidente)	Filipe Dumont dos Santos (Vice-Presidente)	António Manuel Cardoso Belo (Vogal/Administrador Delegado)
Pedro Ribeiro e Silva (Secretário)	Claudio Antonio Ramos Rodríguez (Vogal)	Jesús García Arranz (Vogal)
Jesús Martínez Castellanos (Vogal)	José Luis Catalinas Calleja (Vogal)	José Luis Joló Marín (Vogal)
Matías Salvá Bennasar (Vogal)		



3

CONTAS ANUAIS 2011

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2011			Exercício anterior (2010)
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
3.2.1.; 8.; 30.;	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.074.975,42		1.074.975,42	2.154.968,48
3.2.2.; 7.;	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.555.981,00		21.555.981,00	21.555.981,00
	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	0,00
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
3.2.3.2.1; 3.5.4; 6.1.; 6.2; 6.5.;	Ativos financeiros disponíveis para venda	102.452.902,93	3.105.389,39	99.347.513,54	108.097.541,42
3.2.3.2.2.;	Empréstimos concedidos e contas a receber			0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
3.2.3.2.3; 6.1; 6.2; 6.5.;	Investimentos a deter até à maturidade	5.508.213,46		5.508.213,46	0,00
3.2.4; 3.5.3; 9.;	Terrenos e edifícios	19.051.134,90	3.872.921,69	15.178.213,21	15.674.467,33
	Terrenos e edifícios de uso próprio	18.105.022,14	3.646.166,50	14.458.855,64	15.064.835,20
	Terrenos e edifícios de rendimento	946.112,76	226.755,19	719.357,57	609.632,13
3.2.5; 10.;	Outros ativos tangíveis	6.568.377,04	5.470.764,06	1.097.612,98	1.225.696,92
	Inventários			0,00	0,00
3.2.19; 7.1.;	Goodwill	5.055.570,00	3.160.463,00	1.895.107,00	5.055.570,00
3.2.6.; 12.;	Outros ativos intangíveis	10.845.038,46	6.044.477,76	4.800.560,70	5.319.104,20
3.2.7.; 4.1.;	Provisões técnicas de resseguro cedido	26.582.819,22		26.582.819,22	27.225.634,81
	Provisão para prémios não adquiridos	7.803.388,95		7.803.388,95	5.584.870,83
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
4.1.;	Provisão para sinistros	18.779.430,27		18.779.430,27	21.640.763,98
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
3.2.8.; 3.5.1.; 23.;	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.376.701,91	0,00	2.376.701,91	2.298.062,70
3.2.9.; 13.;	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	14.140.764,70	1.157.758,38	12.983.006,32	17.102.260,07
	Contas a receber por operações de seguro direto	11.016.428,20	801.535,28	10.214.892,92	12.889.673,09
4.3.2.;	Contas a receber por operações de resseguro	199.458,39		199.458,39	1.330.191,75
	Contas a receber por outras operações	2.924.878,11	356.223,10	2.568.655,01	2.882.395,23
	Ativos por impostos e taxas	3.628.998,74		3.628.998,74	2.910.277,08
3.2.17.1.; 24.1.;	Ativos por impostos correntes	465.383,79		465.383,79	424.438,44
3.2.17.2.; 24.2.;	Ativos por impostos diferidos	3.163.614,95		3.163.614,95	2.485.838,64
3.2.1.3.;	Acréscimos e diferimentos	163.963,74		163.963,74	329.883,84
	Outros elementos do ativo	0,00		0,00	0,00
33.1.	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	9.249.715,36		9.249.715,36	0,00
	TOTAL ATIVO	228.255.156,88	22.811.774,28	205.443.382,60	208.949.447,85

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2011	Exercício anterior (2010)
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
3.5.2.;	Provisões técnicas	119.303.709,31	133.698.664,19
3.2.10.1.; 4.1.;	Provisão para prémios não adquiridos	26.008.501,92	26.263.831,71
	Provisão matemática do ramo vida		
3.2.10.4.; 4.1.;	Provisão para sinistros	89.437.560,26	102.182.962,62
	De vida		
	De acidentes de trabalho	29.615.022,43	29.248.144,15
	De outros ramos	59.822.537,83	72.934.818,47
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
3.2.10.3.; 4.1.;	Provisão para desvios de sinistralidade	646.511,60	2.558.289,67
3.2.10.2.; 4.1.;	Provisão para riscos em curso	3.211.135,53	2.693.580,19
	Outras provisões técnicas		
3.2.11.;	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	6.085.023,57	167.653,90
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
3.2.11.;	Depósitos recebidos de resseguradores	6.085.023,57	167.653,90
	Outros		
3.2.8.; 3.5.1.; 23.;	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.941.295,32	2.108.194,70
3.2.12.;	Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.281.311,93	14.408.821,92
	Contas a pagar por operações de seguro direto	5.052.320,57	5.535.092,41
4.3.2.;	Contas a pagar por operações de resseguro	1.271.621,58	2.188.816,66
7.	Contas a pagar por outras operações	2.957.369,78	6.684.912,85
	Passivos por impostos	2.730.505,22	2.757.249,37
3.2.17.1.; 24.1.;	Passivos por impostos correntes	2.730.505,22	2.705.771,39
3.2.17.2.; 24.2.;	Passivos por impostos diferidos	0,00	51.477,98
3.2.13.;	Acréscimos e diferimentos	3.118.855,91	2.984.728,81
3.2.14.;	Outras provisões	1.249.473,98	1.249.473,98
	Outros elementos do passivo		
33.1.	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	9.249.715,36	
	TOTAL PASSIVO	152.959.890,60	157.374.786,87
	CAPITAL PRÓPRIO		
25.;	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
26.;	Reservas de reavaliação	-6.615.169,05	-6.698.511,83
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-6.615.169,05	-6.698.511,83
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
26.;	Reserva por impostos diferidos	1.753.019,80	1.775.105,63
26.;	Outras reservas	22.719.957,62	21.579.844,41
	Resultados transitados	50.315,05	
	Resultado do exercício	1.466.718,58	1.809.572,77
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	52.483.492,00	51.574.660,98
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	205.443.382,60	208.949.447,85

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício 2011				Exercício anterior (2010)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
3.2.16.; 14.;	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		75.570.132,31		75.570.132,31	81.544.460,16
	Prêmios brutos emitidos		102.588.180,86		102.588.180,86	102.760.242,53
	Prêmios de resseguro cedido		29.391.260,77		29.391.260,77	20.847.530,76
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		78.580,44		78.580,44	-129.962,08
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		2.451.792,66		2.451.792,66	-498.213,69
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		57.328.642,46		57.328.642,46	62.240.782,87
	Montantes pagos		65.298.628,08		65.298.628,08	63.017.287,61
Anexo 3.1 e 3.2.;	Montantes brutos		77.464.630,20		77.464.630,20	77.955.049,65
	Parte dos resseguradores		12.166.002,12		12.166.002,12	14.937.762,04
	Provisão para sinistros (variação)		-7.969.985,62		-7.969.985,62	-776.504,74
3.2.10.4.; Anexo 3.1 e 3.2.;	Montante bruto		-6.115.973,75		-6.115.973,75	1.405.663,09
	Parte dos resseguradores		1.854.011,87		1.854.011,87	2.182.167,83
3.2.10.2.; 3.2.10.3.;	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		600.809,45		600.809,45	266.843,04
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
	Custos e gastos de exploração líquidos		18.734.251,17		18.734.251,17	21.068.605,96
3.2.15.; 15.; 21.;	Custos de aquisição		19.206.107,44		19.206.107,44	20.293.122,42
	Custos de aquisição diferidos (variação)		-129.511,28		-129.511,28	164.384,38
	Gastos administrativos		4.419.707,12		4.419.707,12	4.453.663,13
3.2.16.;	Comissões e participação nos resultados de resseguro		4.762.052,11		4.762.052,11	3.842.563,97
3.2.3.2.1.; 16.2.1.;	Rendimentos		5.099.990,72	0,00	5.099.990,72	4.974.304,66
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		5.044.282,31		5.044.282,31	4.934.097,18
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		55.708,41		55.708,41	40.207,48
16.2.2.;	Gastos financeiros		1.275.970,80	0,00	1.275.970,80	1.123.953,65
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		125.888,88		125.888,88	246.383,55
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		1.150.081,92		1.150.081,92	877.570,10
17.;	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		32.506,30	0,00	32.506,30	230.951,69
	De ativos disponíveis para venda		26.831,14		26.831,14	188.911,35
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros		5.675,16		5.675,16	42.040,34
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício 2011				Exercício anterior (2010)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
3.2.3.2.4.; 3.5.4.; 6.3.;	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		3.137.827,72	3.160.463,00	6.298.290,72	178.414,21
	De ativos disponíveis para venda		3.105.389,39		3.105.389,39	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		32.438,33	3.160.463,00	3.192.901,33	178.414,21
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-96.118,27		-96.118,27	-73.275,96
	Outras provisões (variação)			-763.523,44	-763.523,44	
13.;	Outros rendimentos/gastos			4.634.505,05	4.634.505,05	966.639,23
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		-470.990,54	2.237.565,49	1.766.574,95	2.764.480,05
3.2.17.1.; 3.5.5.; 24.1.;	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			1.163.741,00	1.163.741,00	1.061.492,92
3.2.17.2.; 24.2.;	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			-863.884,63	-863.884,63	-106.585,64
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-470.990,54	1.937.709,12	1.466.718,58	1.809.572,77

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas			
	Balço a 31 de dezembro 2010 (balço de abertura)	33.108.650,00	-6.698.511,83	1.775.105,63	3.392.215,29	2.979.548,04	15.208.081,08	0,00	1.809.572,77	51.574.660,98
	Correções de erros (IAS 8) - Nota 35									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) - Nota 35									0,00
	Balço de abertura alterado	33.108.650,00	-6.698.511,83	1.775.105,63	3.392.215,29	2.979.548,04	15.208.081,08	0,00	1.809.572,77	51.574.660,98
	Aumentos/reduções de capital									0,00
	Transação de ações próprias									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									0,00
3.2.3.2.1.;	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		83.342,78	-22.085,83						61.256,95
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa									0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira									0,00
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio									0,00
3.2.17.2.;	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						-162.859,56	50.315,05		-112.544,51
26.;	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				180.957,28		1.122.015,49		-1.302.972,77	0,00
	Distribuição de reservas									0,00
25.1.;	Distribuição de lucros/prejuízos								-506.600,00	-506.600,00
	Alterações de estimativas contabilísticas									0,00
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio									0,00
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas									0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	83.342,78	-22.085,83	180.957,28	0,00	959.155,93	50.315,05	-1.809.572,77	-557.887,56
	Resultado líquido do exercício								1.466.718,58	1.466.718,58
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	Balço a 31 de dezembro 2011	33.108.650,00	-6.615.169,05	1.753.019,80	3.573.172,57	2.979.548,04	16.167.237,01	50.315,05	1.466.718,58	52.483.492,00

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas		
	Balço a 31 de dezembro 2009 (balço de abertura)	33.108.650,00	2.296.885,24	-608.674,59	3.076.702,81	2.979.548,04	13.086.590,17	3.155.124,47	57.094.826,14
	Correções de erros (IAS 8) - Nota 35								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) - Nota 35								0,00
	Balço de abertura alterado	33.108.650,00	2.296.885,24	-608.674,59	3.076.702,81	2.979.548,04	13.086.590,17	3.155.124,47	57.094.826,14
	Aumentos/reduções de capital								0,00
	Transação de ações próprias								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-8.995.397,07	2.383.780,22					-6.611.616,85
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros ativos tangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de ativos intangíveis								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa								0,00
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira								0,00
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio								0,00
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos								0,00
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				315.512,48		2.284.350,47	-2.599.862,95	0,00
	Distribuição de reservas								0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos							-555.261,52	-555.261,52
	Alterações de estimativas contabilísticas								0,00
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio						-162.859,56		-162.859,56
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-8.995.397,07	2.383.780,22	315.512,48	0,00	2.121.490,91	-3.155.124,47	-7.329.737,93
	Resultado líquido do exercício							1.809.572,77	1.809.572,77
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balço a 31 de dezembro 2010	33.108.650,00	-6.698.511,83	1.775.105,63	3.392.215,29	2.979.548,04	15.208.081,08	1.809.572,77	51.574.660,98

(Valores expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2011	Exercício anterior 2010
	Resultado líquido do exercício	1.466.718,58	1.809.572,77
	Outro rendimento integral do exercício	56.511,64	(9.184.308,42)
17	Ganhos líquidos por ajustamento no justo de ativos disponíveis para venda	83.342,78	(8.995.397,07)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultado do exercício	26.831,14	188.911,35
	Reconhecimento de impostos diferidos	(22.085,83)	2.83.780,22
	Total do rendimento integral líquido de impostos	1.501.144,39	(4.990.955,43)

(Valores expressos em euros)



4

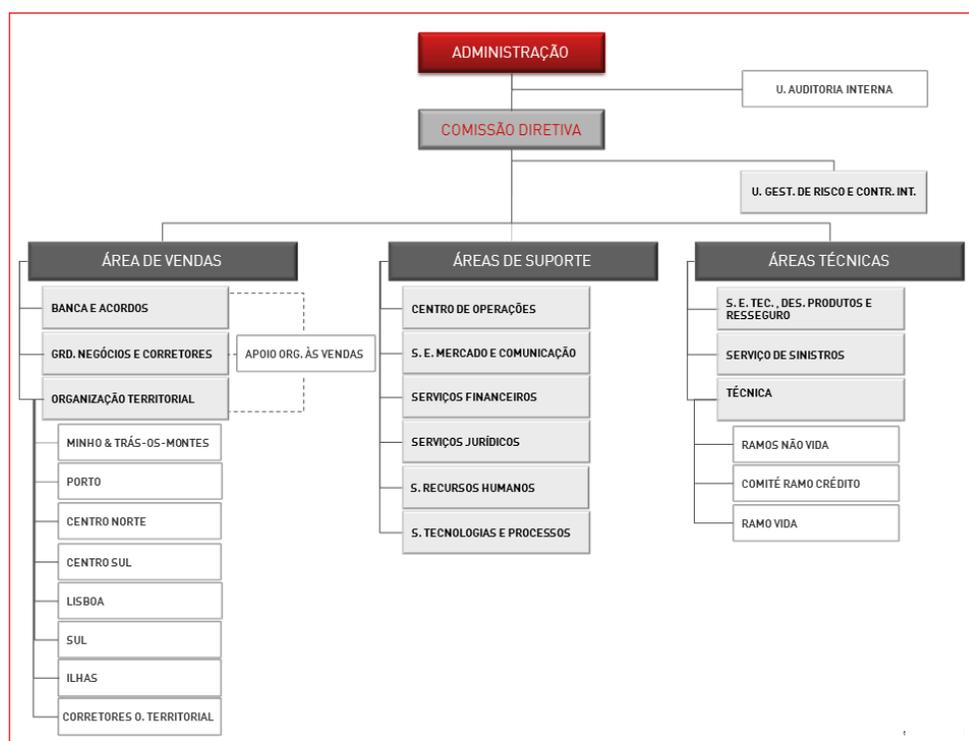
**NOTAS AO BALANÇO E CONTA
DE GANHOS E PERDAS**

1. Informações gerais

1.1. A MAPFRE Seguros Gerais, S.A., foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma nº 2/98-A do ISP e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



1.2. A MAPFRE Seguros Gerais, S.A., exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu no ano de 2011 prémios no valor de 102,6 milhões de euros, que representam um decréscimo residual de 0,2% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros obrigatórios de Acidentes de Trabalho 21% e de Autos 53%, e os restantes 25% para os ramos de Acidentes Pessoais e Patrimoniais.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económica e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2011, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rúbricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2012, que continua a assentar em 3 pilares primordiais – Crescimento; Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

1.3. As demonstrações financeiras da Companhia reportam-se aos exercícios findos em 2010 e 2011 e foram preparadas com base no regime contabilístico aplicado às empresas de seguros estipulado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº. 22/2010-R, ambas do Instituto de Seguros de Portugal. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas notas não são referidas neste Anexo. O regime contabilístico aplicado acolheu, em termos genéricos, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento e do Conselho Europeu, de 19 de julho de 2002, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei nº 25/2005, com exceção da IFRS 4, da qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, estando no entanto, pendentes de aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas. Não obstante este facto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem qualquer alteração.

2. Informação por segmentos

2.1. Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Caução e Crédito e Restantes Ramos, incluindo este último segmento seguros de Acidentes Pessoais, Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Aéreo, Mercadorias e Responsabilidade Civil.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada, tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2011, apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Exercício de 2011			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
21%	53%	1%	25%

Exercício de 2010			
Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
22%	52%	2%	24%

2.2. O Balanço por segmentos de negócio, que apresentamos abaixo, evidenciando a sua ligação com o Balanço global da Companhia, foi elaborado, com exceção dos Ativos Financeiros, das Provisões Técnicas e Resultado Antes de Impostos, que já estavam registados por ramos de negócio, utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio, as percentagens das provisões técnicas líquidas de resseguro de cada um dos segmentos.

O valor apresentado na coluna de “Outros” refere-se ao investimento em filiais e associadas explicitado na Nota 7.

Exercício de 2011						
Balanço	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Outros
ATIVO						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.074.975,42	343.992,13	591.236,48	42.999,02	96.747,79	0,00
Investimentos em filiais	21.555.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.555.981,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	99.347.513,54	31.631.996,65	58.168.303,53	211.559,70	9.335.653,65	0,00
Investimentos a deter até à maturidade	5.508.213,46	0,00	4.461.652,90	330.492,81	716.067,75	0,00
Terrenos e edifícios	15.178.213,21	4.857.028,23	8.348.017,27	607.128,53	1.366.039,19	0,00
Outros ativos tangíveis	1.097.612,98	351.236,15	603.687,14	43.904,52	98.785,17	0,00
Goodwill	1.895.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.895.107,00
Ativos intangíveis	4.800.560,70	74.001,82	127.190,64	9.250,23	20.813,01	4.569.305,00
Outros ativos intangíveis	231.255,70	74.001,82	127.190,64	9.250,23	20.813,01	4.569.305,00
Investimentos em filiais - Value In-Force	4.569.305,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	26.582.819,22	44.788,17	10.486.491,32	0,00	16.051.539,73	0,00
Ativos por benefícios pós-emprego	2.376.701,91	760.544,61	1.307.186,05	95.068,08	213.903,17	0,00
Outros devedores p/operações de seguros e outras	12.983.006,32	2.558.036,18	7.516.194,57	151.440,07	2.757.335,50	0,00
Ativos por impostos e taxas	3.628.998,74	418.845,56	2.599.400,84	191.785,95	418.966,39	0,00
Acréscimos e diferimentos	163.963,74	52.468,40	90.180,06	6.558,55	14.756,74	0,00
Ativos não correntes detidos para venda						
TOTAL ATIVO						
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
PASSIVO						
Provisões técnicas	119.303.709,31	31.257.997,64	63.478.934,03	0,00	24.566.777,64	0,00
Outros passivos financeiros	6.085.023,57	0,00	6.086.191,49	0,00	-1.167,92	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego	1.941.295,32	621.214,50	1.067.712,43	77.651,81	174.716,58	0,00
Outros credores p/operações de seguros e outras	9.281.311,93	2.599.896,59	3.724.764,34	32.427,07	660.212,94	2.264.011,00
Outros credores p/operações de seguros e outras	7.017.300,93	2.599.896,59	3.724.764,34	32.427,07	660.212,94	2.264.011,00
Outros credores por investimentos em filiais	2.264.011,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	2.730.505,22	877.175,06	1.507.644,63	98.980,04	246.705,49	0,00
Acréscimos e diferimentos	3.118.855,91	998.033,89	1.715.370,75	124.754,24	280.697,03	0,00
Outras provisões						
Passivos classificados como detido para venda	9.249.715,36	0,00	0,00	9.249.715,36	0,00	0,00
TOTAL PASSIVO	152.959.890,60	36.754.149,35	78.267.828,36	9.633.507,47	26.040.394,41	2.264.011,00
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital	33.108.650,00	7.946.076,00	16.554.325,00	2.317.605,50	6.290.643,50	0,00
Reservas de reavaliação	-6.615.169,05	-337.927,94	-5.084.565,30	-376.634,47	-816.041,34	0,00
Reserva por impostos diferidos	1.753.019,80	89.550,90	1.347.409,80	99.808,13	216.250,96	0,00
Outras reservas	22.719.957,62	5.452.789,83	11.359.978,81	1.590.397,03	4.316.791,95	0,00
Resultados transitados	50.315,05	12.075,61	25.157,53	3.522,05	9.559,86	0,00
Resultado do exercício	1.466.718,58	574.993,64	-4.321.111,13	500.107,49	2.775.019,46	0,00
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	52.483.492,00	13.737.558,04	19.881.194,71	4.134.805,74	12.792.224,38	0,00
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	205.443.382,60	50.491.707,40	98.149.023,07	13.768.313,22	38.832.618,79	2.264.011,00

Exercício de 2010						
Balanço	Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Restantes Ramos
ACTIVO						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.154.968,48	624.940,86	1.249.881,72	86.198,74	193.947,16	0,00
Investimentos em filiais	21.555.981,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.555.981,00
Activos financeiros disponíveis para venda	108.097.541,42	31.348.287,01	62.696.574,02	4.323.901,66	9.728.778,73	0,00
Terrenos e edifícios	15.674.467,33	4.545.595,53	9.091.191,05	626.978,69	1.410.702,06	0,00
Outros activos tangíveis	1.225.696,92	355.452,11	710.904,21	49.027,88	110.312,72	0,00
Goodwill	5.055.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.055.570,00
Activos intangíveis	5.319.104,20	70.494,42	140.988,84	9.723,37	21.877,58	5.076.020,00
Outros activos intangíveis	243.084,20	70.494,42	140.988,84	9.723,37	21.877,58	5.076.020,00
Investimentos em filiais - Value In-Force	5.076.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões técnicas de resseguro cedido	27.225.634,81	9.177,25	3.507.096,96	5.362.363,32	18.346.997,28	0,00
Activos por benefícios pós-emprego	2.298.062,70	666.438,18	1.332.876,37	91.922,51	206.825,64	0,00
Outros devedores p/operações de seguros e outras	17.102.260,07	4.959.655,42	9.919.310,84	684.090,40	1.539.203,41	0,00
Activos por impostos e taxas	2.910.277,08	843.980,35	1.687.960,71	116.411,08	261.924,94	0,00
Acréscimos e diferimentos	329.883,84	95.666,31	191.332,63	13.195,35	29.689,55	0,00
TOTAL ACTIVO	208.949.447,85	43.519.687,44	90.528.117,34	11.363.813,00	31.850.259,06	31.687.571,00
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO						
PASSIVO						
Provisões técnicas	133.698.664,19	30.850.009,84	65.566.163,98	9.782.375,41	27.500.114,96	0,00
Outros passivos financeiros	167.653,90	48.619,63	97.239,26	6.706,16	15.088,85	0,00
Passivos por benefícios pós-emprego	2.108.194,70	611.376,46	1.222.752,93	84.327,79	189.737,52	0,00
Outros credores p/operações de seguros e outras	14.408.821,92	2.372.347,01	4.744.694,01	327.220,28	736.245,62	6.228.315,00
Outros credores p/operações de seguros e outras	8.180.506,92	2.372.347,01	4.744.694,01	327.220,28	736.245,62	6.228.315,00
Outros credores por investimentos em filiais	6.228.315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	2.757.249,37	799.602,32	1.599.204,63	110.289,97	248.152,44	0,00
Acréscimos e diferimentos	2.984.728,81	865.571,35	1.731.142,71	119.389,15	268.625,59	0,00
Outras provisões	1.249.473,98	362.347,45	724.694,91	49.978,96	112.452,66	0,00
TOTAL PASSIVO	157.374.786,87	35.909.874,07	75.685.892,43	10.480.287,72	29.070.417,65	6.228.315,00
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital	33.108.650,00	9.601.508,50	19.203.017,00	1.324.346,00	2.979.778,50	0,00
Reservas de reavaliação	-6.698.511,83	-1.942.568,43	-3.885.136,86	-267.940,47	-602.866,06	0,00
Reserva por impostos diferidos	1.775.105,63	514.780,63	1.029.561,27	71.004,23	159.759,51	0,00
Outras reservas	21.579.844,41	6.258.154,88	12.516.309,76	863.193,78	1.942.186,00	0,00
Resultado do exercício	1.809.572,77	-635.312,19	850.509,60	2.019.696,24	-437.052,83	0,00
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	51.574.660,98	13.796.563,39	29.714.260,76	4.010.299,77	4.041.805,11	0,00
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	208.949.447,85	49.706.437,45	105.400.153,20	14.490.587,49	33.112.222,76	6.228.315,00

Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Exercício de 2011					
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	75.570.132,31	20.754.414,45	45.625.732,59	230.688,57	8.959.296,70
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	57.328.642,46	17.055.242,76	35.534.479,20	-52.489,52	4.791.410,02
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	600.809,45	0,00	1.188.204,30	-4.732,31	-582.662,54
Custos e gastos de exploração líquidos	18.734.251,17	4.321.136,43	12.250.935,40	-51.367,52	2.213.546,86
Rendimentos	5.099.990,72	1.510.268,17	2.263.201,61	307.529,42	1.018.991,52
Gastos financeiros	1.275.970,80	239.048,21	736.940,56	56.679,17	243.302,86
Ganhos líquidos de activo s e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	32.506,30	-41.210,00	46.387,76	6.574,43	20.754,11
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	3.137.827,72	0,00	2.505.288,73	100.249,94	532.289,05
Outros rendimentos/gastos técnicos, liq. de resseguro	-96.118,27	-33.051,58	-40.584,90	3.654,83	-26.136,62
RESULTADO TÉCNICO	-470.990,54	574.993,64	-4.321.111,13	500.107,49	2.775.019,46
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	3.160.463,00				
Outras provisões (variação)	-763.523,44				
Outros rendimentos/gastos	4.634.505,05				
RESULTADO NÃO TÉCNICO	2.237.565,49	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.766.574,95	574.993,64	-4.321.111,13	500.107,49	2.775.019,46
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	1.163.741,00				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	-863.884,63				
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.466.718,58	574.993,64	-4.321.111,13	500.107,49	2.775.019,46

Exercício de 2010					
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	81.544.460,16	21.544.416,56	50.935.048,04	347.877,70	8.717.117,86
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	62.240.782,88	17.409.499,01	39.357.748,26	-757.667,70	6.231.203,31
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	266.843,04	0,00	-468.329,02	-70.911,33	806.083,39
Custos e gastos de exploração líquidos	21.068.605,95	5.366.310,52	12.664.106,63	-428.826,44	3.467.015,24
Rendimentos	4.974.304,66	1.396.254,26	1.714.917,64	458.438,34	1.404.694,42
Gastos financeiros	1.123.953,65	249.325,77	560.706,74	71.348,83	242.572,31
Ganhos líquidos de activo s e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	230.951,69	-536.379,99	477.865,34	67.716,67	221.749,67
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	178.414,21	0,00	110.648,40	15.771,96	51.993,85
Outros rendimentos/gastos técnicos, liq. de resseguro	-73.275,96	-14.467,72	-52.440,41	-24.621,15	18.253,32
RESULTADO TÉCNICO	1.797.840,82	-635.312,19	850.509,60	2.019.696,24	-437.052,83
Outras provisões (variação)	-893.842,00				
Outros rendimentos/gastos	72.797,23				
RESULTADO NÃO TÉCNICO	966.639,23	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2.764.480,05	-635.312,19	850.509,60	2.019.696,24	-437.052,83
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	1.061.492,92				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	-106.585,64				
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.809.572,77	-635.312,19	850.509,60	2.019.696,24	-437.052,83

Nos exercícios de 2011 e 2010, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1. Bases de apresentação

No exercício de 2011, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, exceto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico exceto no que respeita aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas no site www.MAPFRE.com.

3.2. Bases de mensuração e políticas contabilísticas

3.2.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

3.2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Uma subsidiária é uma entidade que é controlada por uma outra entidade designada empresa mãe. Presume-se a existência de controlo quando a empresa mãe for proprietária, direta ou indiretamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade, a não ser que, em circunstâncias excecionais, possa ficar claramente demonstrado que essa propriedade não constitui controlo.

Também existe controlo quando a empresa mãe for proprietária de metade ou menos do poder de voto de uma entidade quando houver:

- a) Poder sobre mais de metade dos direitos de voto, em virtude de um acordo com outros investidores;
- b) Poder para gerir a política financeira e operacional da entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo;
- c) Poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de direção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão; ou
- d) Poder para representar a maioria dos votos em reuniões do conselho de direção ou de um órgão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão.

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de subsidiárias), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de subsidiárias), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transações entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Numa concentração de atividades empresariais a adquirente deve, à data da aquisição:

(a) Reconhecer o *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais como um ativo; e (b) inicialmente mensurar esse *Goodwill* pelo seu custo, que é o excesso do custo da concentração de atividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

Após o reconhecimento inicial, a adquirente deve mensurar o *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais pelo custo menos qualquer perda por imparidade acumulada.

Com a finalidade de testar a imparidade, do *Goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais deve, a partir da data da aquisição, ser imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa do adquirente, que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de atividades empresariais, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades ou grupos de unidades. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *Goodwill* seja assim imputado deve:

- a) Representar o nível mais baixo no seio da entidade ao qual o *Goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão interna; e
- b) Não ser maior do que um segmento baseado no formato de relato primário.

Os investimentos em subsidiárias e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade (Nota 7).

3.2.3. Instrumentos financeiros

3.2.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial de Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber”, “Outros depósitos” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. Os custos diretamente imputados à transação são acrescidos ao valor do ativo.

3.2.3.2. Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

3.2.3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica, instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação às necessidades de liquidez ou alterações da taxa de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não tenham sido classificados nas outras categorias de ativos financeiros. Incluem títulos de dívida, instrumentos de capital e investimentos em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

O justo valor de um instrumento financeiro, corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6.11 detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.2. Empréstimos concedidos e contas a receber/outros depósitos

Nesta rubrica registam-se os depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

3.2.3.2.3. Investimentos a deter até à maturidade

São classificados nesta categoria os ativos sobre os quais existe uma intenção firme de manutenção em carteira até ao seu vencimento.

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente valorizados pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de investimentos a deter até à maturidade”.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na nota 6.11. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

3.2.3.2.4. Imparidade dos ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente e por cada um dos ativos financeiros que fazem parte das demonstrações financeiras testes de imparidade.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos – valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2011 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

3.2.4. Edifícios

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16.

Os edifícios encontram-se valorizados ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

3.2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

3.2.6. Outros ativos intangíveis

Os custos com software encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos. Adicionalmente, para o ativo intangível resultante da aquisição da subsidiária Finibanco Vida é utilizado o critério mencionado na Nota 7.

3.2.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da

responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham na alínea 3.2.10 e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

3.2.8. Benefícios dos empregados

A Companhia segue os princípios estabelecidos na IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores, no reconhecimento das responsabilidades com benefícios dos empregados.

3.2.8.1. Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões:

A Companhia adota o Plano de Benefícios Definidos, estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho em vigor para a Atividade Seguradora, nos termos do qual é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de invalidez aos trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora até junho de 1995. As responsabilidades totais da Companhia encontram-se garantidas através de apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, cujo contrato foi efetuado junto da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. Em consequência, o valor atual destas responsabilidades é refletido no passivo, sendo o justo valor dos ativos reflectido no ativo.

O valor atual das responsabilidades da Companhia é apurado numa base anual, pelo método de valoração atuarial da unidade de crédito projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 23.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças, entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores reais no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas. De igual forma, o custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2.8.2. Benefícios de curto prazo:

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são,

de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

3.2.9. Outros devedores

A valorização destes ativos realiza-se ao custo histórico líquidos dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

3.2.10. Provisões técnicas

3.2.10.1. Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar nº 4/98 emitida pelo ISP, sendo apurada de acordo com o método “pró rata temporis”, destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço, encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

3.2.10.2. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por grupos de ramos (Acidentes, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil Geral, Crédito e Caução, Proteção Jurídica, Assistência e Diversos), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar nº 12/2000 do ISP.

3.2.10.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade, destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar nº 4/98 emitida pelo ISP, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para os Ramos de Caução e Crédito.

3.2.10.4. Provisão para sinistros de seguro direto

3.2.10.4.1. Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A valorização é realizada caso a caso, em função das características de cada sinistro, segundo o conhecimento dos riscos e a experiência histórica para que não resulte imprudente nem excessivamente conservadora.

3.2.10.4.2. Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral Chain Ladder), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

3.2.10.4.3. Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação é realizada segundo métodos estatísticos (em geral Chain Ladder), através de matrizes, considerando normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

3.2.10.4.4. Responsabilidades com assistência vitalícia

Calculam-se caso a caso para todos os sinistrados com uma incapacidade permanente superior a 50% ou, sendo inferior, para aqueles que apresentem incapacidade permanente para o trabalho habitual.

3.2.10.4.5. Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão destina-se a contabilizar o valor estimado de gastos necessários para tramitar os sinistros conhecidos pendentes de liquidação e os sinistros pendentes de declaração. É calculada com base na avaliação do histórico da Companhia.

3.2.10.4.6. Provisão matemática de acidentes de trabalho

Corresponde ao valor atual das pensões a pagar do ramo Acidentes de Trabalho e é calculada segundo métodos de projeção atuarial.

São apresentados na Nota 4, informações adicionais conducentes à clarificação dos métodos e pressupostos adotados na determinação destas provisões.

3.2.11. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado é os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

3.2.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo histórico.

3.2.13. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a

exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.

3.2.14. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.2.15. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 21 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

3.2.16. Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os prémios e comissões de contratos de seguro são reconhecidos quando emitidos, o que se verifica igualmente nos prémios e comissões de resseguro cedido. Através da Provisão para Prémios não adquiridos, este critério de reconhecimento inicial é ajustado para que o mesmo se verifique ao longo dos correspondentes períodos de risco dos contratos de seguros.

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas 3.2.10.4 e 3.2.7, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

3.2.17. Impostos

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

3.2.17.1. Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados, com base no lucro tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível existirem correcções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

3.2.17.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que

permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados, com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

3.2.18. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas, com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

3.2.19 Concentração de Atividades empresariais e *Goodwill*

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transação, de ativos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data da aquisição.

O *Goodwill* corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção

adquirida do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição (*Goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes, o *Goodwill* positivo é registado no ativo, não sendo amortizado. No entanto é objeto de testes de imparidade numa base anual, sendo refletidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização de teste de imparidade, o *Goodwill* apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O *Goodwill* imputado a cada Unidade é objeto de teste de imparidade anualmente, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do *Goodwill* é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o *Goodwill* respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em *Goodwill* não podem ser revertidas em períodos futuros.

3.3. Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2011, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.4. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2011

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Na nota 33.2 encontram-se sumarizadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2012.

3.5. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos de julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

3.5.1. Benefícios dos empregados

Conforme descrito na alínea 3.2.8.1 das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

3.5.2. Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia, por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea 3.2.10 das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros, reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas, refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

3.5.3. Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia, efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efectivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

3.5.4. Perdas por deterioro de determinados ativos

A Companhia, reconhece as perdas por deterioro dos seus ativos, nomeadamente no que respeita aos imóveis e instrumentos financeiros, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efetivamente a verificar-se valores diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

3.5.5. Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas, são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

3.5.6. Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

* As quantias dos componentes dos resultados líquidos do exercício não coincidam com as correspondentes quantias relevantes para determinação do imposto liquidado com referência ao período e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – determinantes tanto de passivos por impostos diferidos como de ativos por impostos diferidos;

* Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos; e

* As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio e em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e ativos de resseguro

4.1. Identificação e explicação das quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro.

a) Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro;

As políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro são descritas no ponto 3.2.10.

b) Processos usados para determinação dos pressupostos que tiveram maior efeito na mensuração das quantias indicadas nas demonstrações financeiras;

I) Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Para a valorização casuística dos sinistros, em cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

No ramo de Caução, a valorização é sempre efetuada pelo valor garantido e no ramo de Crédito, pelo valor efetivamente a indemnizar.

Os hipotéticos valores de reembolso, derivados de responsabilidades assumidas pela Companhia mas imputáveis a outrem, apenas são contabilizados no momento do seu recebimento efetivo.

II) Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação da provisão necessária.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes processos efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

III) Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel, as matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes expedientes efetuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

IV) Responsabilidades com assistência vitalícia

As provisões para assistência vitalícia são estimadas caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

V) Gastos de tramitação dos sinistros pendentes

Esta provisão calcula-se, considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

VI) Provisão matemática de acidentes de trabalho

É calculada segundo métodos de projeção atuarial, utilizando os seguintes pressupostos:

Descrição	Valor dos Capitais de Remissão	Provisões Matemáticas
Lei de sobrevivência de tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de Rendimento	5,25%	4,00%
Carga de Gestão	0%	1%

As bases técnicas referidas, para o valor dos capitais de remissão, apenas são aplicáveis às situações de remissões já definidas ou homologadas.

a) Alterações nas metodologias de cálculo das Provisões Técnicas

A Companhia não considerou quaisquer alterações, nos exercícios de 2011 e 2010 nas metodologias e pressupostos utilizados na mensuração das suas provisões técnicas.

b) Reconciliação dos passivos resultantes de contratos de seguro, nos ativos resultantes de contratos de resseguro, para os exercícios de 2011 e 2010 – Provisões técnicas.

Exercício de 2011					
Provisões Técnicas -Seguro Direto	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Passivos detidos p/ venda	Saldo Final
Provisão para prêmios não adquiridos	26.263.831,71	78.580,44	129.511,28	204.398,95	26.008.501,92
Prêmios não adquiridos	32.107.660,71	78.580,44	0,00	230.186,93	31.956.054,22
Custos de aquisição diferidos	-5.843.829,00	0,00	129.511,28	-25.787,98	-5.947.552,30
Provisão para sinistros	102.182.962,62	1.630.957,33	7.746.931,08	6.629.428,61	89.437.560,26
De acidentes de trabalho	29.248.144,15	1.630.957,33	1.264.079,05	0,00	29.615.022,43
Matemática	19.381.097,21	585.735,98	0,00	0,00	19.966.833,19
Assistência vitalícia	1.628.647,57	439.097,48	0,00	0,00	2.067.745,05
Outras prestações e custos	6.540.971,63	0,00	1.264.079,05	0,00	5.276.892,58
IBNR	366.442,34	123.565,36	0,00	0,00	490.007,70
IBNER	1.021.459,33	477.331,89	0,00	0,00	1.498.791,22
Custos de gestão de sinistros	309.526,07	5.226,62	0,00	0,00	314.752,69
De outros seguros	72.934.818,47	0,00	6.482.852,03	6.629.428,61	59.822.537,83
Prestações	58.008.517,66	0,00	5.870.087,15	6.113.395,31	46.025.035,20
IBNR	6.639.243,55	0,00	115.496,87	774.158,91	5.749.587,77
IBNER	6.343.468,58	0,00	59.468,83	-518.691,85	6.802.691,60
Custos de gestão de sinistros	1.943.588,68	0,00	437.799,18	260.566,24	1.245.223,26
Outras provisões técnicas	5.251.869,86	600.809,45	0,00	1.995.032,18	3.857.647,13
Provisão para desvios de sinistralidade	2.558.289,67	7.757,86	0,00	1.919.535,93	646.511,60
Provisão para riscos em curso	2.693.580,19	593.051,59	0,00	75.496,25	3.211.135,53
TOTAL	133.698.664,19	2.310.347,22	7.876.442,36	8.828.859,74	119.303.709,31

Exercício de 2010					
Provisões Técnicas -Seguro Direto	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	
Provisão para prêmios não adquiridos	26.229.409,41	0,00	-34.422,30	26.263.831,71	
Prêmios não adquiridos	32.237.622,79	0,00	129.962,08	32.107.660,71	
Custos de aquisição diferidos	-6.008.213,38	0,00	-164.384,38	-5.843.829,00	
Provisão para sinistros	100.777.299,53	5.535.479,56	4.129.816,47	102.182.962,62	
De acidentes de trabalho	27.331.939,79	2.114.780,86	198.576,50	29.248.144,15	
Matemática	18.135.393,99	1.245.703,22	0,00	19.381.097,21	
Assistência vitalícia	1.601.644,39	27.003,18	0,00	1.628.647,57	
Outras prestações e custos	6.713.413,06	0,00	172.441,43	6.540.971,63	
IBNR	294.959,33	71.483,01	0,00	366.442,34	
IBNER	250.867,88	770.591,45	0,00	1.021.459,33	
Custos de gestão de sinistros	335.661,14	0,00	26.135,07	309.526,07	
De outros seguros	73.445.359,74	3.420.698,70	3.931.239,97	72.934.818,47	
Prestações	56.017.716,59	1.990.801,07	0,00	58.008.517,66	
IBNR	10.522.204,65	0,00	3.882.961,10	6.639.243,55	
IBNER	4.913.570,95	1.429.897,63	0,00	6.343.468,58	
Custos de gestão de sinistros	1.991.867,55	0,00	48.278,87	1.943.588,68	
Outras provisões técnicas	4.985.026,82	266.843,04	0,00	5.251.869,86	
Provisão para desvios de sinistralidade	2.478.989,52	79.300,15	0,00	2.558.289,67	
Provisão para riscos em curso	2.506.037,30	187.542,89	0,00	2.693.580,19	

Exercício de 2011					
Provisões Técnicas - Resseg.Cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Ativos detidos p/venda	Saldo Final
Provisão para prêmios não adquiridos	5.584.870,83	2.451.792,66	124.178,57	109.095,97	7.803.388,95
Prêmios não adquiridos	6.629.134,66	2.451.792,66	0,00	161.677,61	8.919.249,71
Custos de aquisição diferidos	-1.044.263,83	0,00	124.178,57	-52.581,64	-1.115.860,76
Provisão para sinistros	21.640.763,98	1.854.011,87	0,00	4.715.345,58	18.779.430,27
Prestações	18.449.471,04	782.578,01	0,00	4.508.203,36	14.723.845,69
IBNR	2.845.892,09	231.005,51	0,00	623.218,98	2.453.678,62
IBNER	345.400,85	840.428,35	0,00	-416.076,76	1.601.905,96
TOTAL	27.225.634,81	4.305.804,53	124.178,57	4.824.441,55	26.582.819,22

Exercício de 2010					
Provisões Técnicas - Resseg.Cedido	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final	
Provisão para prêmios não adquiridos	5.761.733,11	321.351,41	498.213,69	5.584.870,83	
Prêmios não adquiridos	7.127.348,35	0,00	498.213,69	6.629.134,66	
Custos de aquisição diferidos	-1.365.615,24	321.351,41	0,00	-1.044.263,83	
Provisão para sinistros	19.458.596,15	4.796.197,31	2.614.029,48	21.640.763,98	
Prestações	15.158.921,60	3.290.549,44	0,00	18.449.471,04	
IBNR	5.459.921,57	0,00	2.614.029,48	2.845.892,09	
IBNER	-1.160.247,02	1.505.647,87	0,00	345.400,85	
TOTAL	25.220.329,26	5.117.548,72	3.112.243,17	27.225.634,81	

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e no resseguro cedido e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto, são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido, está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso, são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro da conta de ganhos e perdas”.

Os Anexos 2.1 e 2.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2011 e de 2010, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1 e 3.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

4.2. Avaliação da natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos.

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual, é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos macro objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão, as que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação, conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projecto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projecto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais da responsabilidade do chefe de projeto e por reuniões do Comité de *Steering* respetivo, cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités setoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- * Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- * Rígida seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- * Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- * Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- * Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referencia o "rating" A da Standard & Poors;
- * Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- * Minimização de riscos através da sua partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos;

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- * O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as

tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;

- * O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- * O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- * Comité comercial, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais e a aprovação da abertura de pontos de venda;
- * Comité de sinistros, no qual se efetua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da eficiência na liquidação e dos custos médios e onde se decidem as valorações dos sinistros especiais;
- * Comité de alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas; e
- * Comité de riscos em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que

se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspetos relevantes:

- Certificação das provisões técnicas por atuários independentes;
- Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento, com o consequente cálculo e imputação, através de métodos estatísticos, das provisões para sinistros não declarados no exercício (IBNR), para desvios na valoração dos sinistros declarados (IBNER) e para gastos de tramitação de sinistros, em função do número e vida média esperada destes.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira, procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o fato da política de remunerações da Companhia, prever a atribuição de remunerações variáveis indexadas ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

b) Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos / estimados sobre o risco específico de seguros.

I) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros, é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de 5 anos

Conceito	Antes de Resseguro		Após resseguro	
	2011	2010	2011	2010
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões euros)	1,03	1,03	0,76	0,82
Índice de volatilidade do rácio combinado	4,1%	3,7%	2,3%	2,3%

II) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro

Exercício de 2011					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	21.175.978,97	54.819.270,40	1.115.535,82	25.477.395,67	102.588.180,86
Prémios de resseguro cedido	404.905,55	11.570.457,55	895.883,83	16.520.013,84	29.391.260,77
% Média de retenção	98%	79%	20%	35%	

Exercício de 2010					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Prémios brutos emitidos	22.167.451,85	53.923.654,37	2.087.199,14	24.581.937,17	102.760.242,53
Prémios de resseguro cedido	408.900,18	3.001.120,01	1.771.846,32	15.665.664,25	20.847.530,76
% Média de retenção	98%	94%	15%	36%	80%

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respetivamente.

III) Sinistros efetivos / estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efectivos em relação às estimativas.

Exercício de 2011								
Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao da ocorrência								
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Conceito	Ano de Ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2006 e anteriores	Provisão pendente	9.278	7.586	3.546	4.388	12.914	9.285	
	Pagos acumulados	44.305	47.421	48.793	49.558	5.112	53.287	
	Total custo	53.583	55.007	52.338	53.946	64.035	62.572	
2007	Provisão pendente	14.788	5.471	6.049	4.628	5.113		
	Pagos acumulados	49.414	54.998	56.782	57.467	57.976		
	Total custo	64.202	60.469	6.283	62.095	63.088		
2008	Provisão pendente	3.858	9.890	6.748	5.825			
	Pagos acumulados	49.383	54.746	56.896	58.828			
	Total custo	53.241	64.636	63.644	64.652			
2009	Provisão pendente	18.793	10.352	11.931				
	Pagos acumulados	57.455	65.133	67.654				
	Total custo	76.248	75.485	79.585				
2010	Provisão pendente	17.534	10.286					
	Pagos acumulados	53.385	71.761					
	Total custo	70.919	82.047					
2011	Provisão pendente	27.032						
	Pagos acumulados	41.941						
	Total custo	68.973						
Conceito	Ano de Ocorrência							TOTAL
	2011	2010	2009	2008	2007	2006 e ant		
Provisão para sinistros de seguro direto - Não Vida	27.032	10.286	11.931	5.825	5.113	9.285		69.471

(Valores expressos em milhares de euros)

Exercício de 2010								
Evolução dos Custos com Sinistros - Anos seguintes ao da ocorrência								
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Conceito	Ano de Ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois	
2005 e anteriores	Provisão pendente	25.242	9.278	7.586	3.546	4.388	12.914	
	Pagos acumulados	29.923	44.305	47.421	48.793	49.558	51.120	
	Total custo	55.165	53.583	55.007	52.338	53.946	64.035	
2006	Provisão pendente	33.420	14.788	5.471	6.049	4.628		
	Pagos acumulados	34.419	49.414	54.998	56.782	57.467		
	Total custo	67.839	64.202	60.469	6.283	62.095		
2007	Provisão pendente	31.254	3.858	9.890	6.748			
	Pagos acumulados	31.377	49.383	54.746	56.896			
	Total custo	62.631	53.241	64.636	63.644			
2008	Provisão pendente	64.800	18.793	10.352				
	Pagos acumulados	32.884	57.455	65.133				
	Total custo	97.683	76.248	75.485				
2009	Provisão pendente	31.835	17.534					
	Pagos acumulados	35.518	53.385					
	Total custo	67.352	70.919					
2010	Provisão pendente	30.625						
	Pagos acumulados	41.410						
	Total custo	72.035						
Conceito	Ano de Ocorrência							TOTAL
	2010	2009	2008	2007	2006	2005 e ant		
Provisão para sinistros de seguro direto - Não Vida	30.625	17.534	10.352	6.748	4.628	12.914		82.802

(Valores expressos em milhares de euros)

Nota: Os valores apresentados, nos quadros acima não incluem os valores referentes a provisões matemáticas e pensões pagas do ramo acidentes de trabalho.

A percentagem imputável ao resseguro cedido, da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 24,8% no exercício corrente e a 23,7% no exercício anterior.

O valor de 19.966.833,19 euros referente às provisões matemáticas de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo “Provisão para sinistros”, apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Exercício de 2011				
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Provisão Matemática			
	Conciliadas / Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2006 e anteriores	5.397.747,74	483.102,01	979.133,00	6.859.982,75
2007	1.472.884,92	0,00	192.892,22	1.665.777,14
2008	1.296.574,11	0,00	391.327,82	1.687.901,93
2009	986.935,10	0,00	1.611.776,74	2.598.711,84
2010	587.491,74	0,00	2.799.538,54	3.387.030,28
2011	132.995,12	0,00	3.634.434,13	3.767.429,25
TOTAL	9.874.628,73	483.102,01	9.609.102,45	19.966.833,19

Exercício de 2010				
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Provisão Matemática			
	Conciliadas / Homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2005 e anteriores	5.029.653,44	367.684,72	731.151,77	6.128.489,93
2006	575.681,54	133.017,94	289.142,80	997.842,28
2007	1.411.584,31	64.088,66	509.966,14	1.985.639,11
2008	875.136,20	0	1.177.396,94	2.052.533,14
2009	738.953,11	0	3.420.743,34	4.159.696,45
2010	25.963,15	0	4.030.933,15	4.056.896,30
TOTAL	8.656.971,75	564.791,32	10.159.334,14	19.381.097,21

O valor registado no exercício a título de pagamento de pensões, do ramo de acidente de trabalho ascendeu a 3.889.200,61 euros. No quadro ao lado apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Exercício de 2011			
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Montantes Pagos - Pensões		
	Pensões Pagas	Pensões Remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2006 e anteriores	441.560,90	64.140,37	505.701,27
2007	76.183,95	175.915,12	252.099,07
2008	131.253,76	468.261,29	599.515,05
2009	88.001,02	1.093.658,30	1.181.659,32
2010	35.499,73	1.198.838,89	1.234.338,62
2011	16.542,26	99.345,02	115.887,28
TOTAL	789.041,62	3.100.158,99	3.889.200,61

Exercício de 2010			
Ano de Ocorrência dos Sinistros	Montantes Pagos - Pensões		
	Pensões Pagas	Pensões Remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2005 e anteriores	254.718,45	89.852,99	344.571,44
2006	76.612,68	111.030,52	187.643,20
2007	89.607,50	394.099,62	483.707,12
2008	-43.049,11	1.072.357,84	1.029.308,73
2009	-15.045,41	1.148.279,77	1.133.234,36
2010	7.259,01	110.531,60	117.790,61
TOTAL	370.103,12	2.926.152,34	3.296.255,46

4.3. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de mercado, crédito, liquidez e operacionais

4.3.1. Risco de mercado

Efetua-se uma análise detalhada nos pontos 6.5.2.c).

4.3.2. Risco de crédito

A análise de risco de crédito associada a investimentos financeiros encontra-se detalhada nos pontos 6.5.2.a).

a) Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 37,9% da carteira da Companhia não é mediada, 29,2% tem pagamento domiciliado e 8,7% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento.

b) Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE Seguros Gerais, S.A., detêm 57,8% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais, o que diminuí a exposição ao risco.

c) Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro Cedido	Valor Contabilístico		
	2011	Ativos detidos p/ venda	2010
Provisão para sinistros	23.494.775,85	4.715.345,58	21.640.763,98
Créditos por operações de resseguro cedido	-1.485.706,03	-214.084,45	-2.188.816,66
Dívidas por operações de resseguro cedido	252.068,75	52.610,36	1.330.191,75
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	22.261.138,57	4.553.871,49	20.782.139,07

Esta exposição máxima, encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação Creditícia de Resseguradores	Valor Contabilístico		
	2011	Ativos detidos p/ venda	2010
AAA	-29,53		-122,98
AA	17.624.883,57	4.553.871,49	20.860.343,86
A	3.637,13		-33.717,75
BBB	-20.004,69		26.565,22
Sem qualificação	4.659.926,35		-70.929,29
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	22.261.138,57	4.553.871,49	20.782.139,07

Do valor total em risco, um montante de 2.201.554,95 euros, encontram-se garantidos através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia e o valor de 6.219.203,17 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Cosseguro Cedido	Valor Contabilístico	
	2011	2010
Provisão para sinistros	1.248.445,23	1.535.048,21
Créditos por operações de co-seguro cedido	-183.033,02	-2.691.271,20
Dívidas por operações de co-seguro cedido	107.650,62	3.141.061,23
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	1.173.062,83	1.984.838,24

Não se dispõe à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

4.3.3. Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” suficientes.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” era de 1.074.975,42 euros e representava 1% do total de investimentos financeiros e caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem.

Por outro lado, cerca de 94% dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. No ponto 6.5.2 dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

Exercício de 2011							
Conceito	Seguro Direto						
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Após o 5º ano	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	16.173	7.086	972	745	196	836	26.009
Provisão para sinistros	55.616	24.369	3.343	2.561	674	2.874	89.438
Matemática	18.416	8.069	1.107	848	223	952	29.615
Outras	372	163	2.236	1.713	451	1.922	59.823
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	402	176	24	19	5	21	647
Provisão para riscos em curso	1.997	875	120	92	24	103	3.211
Outras provisões técnicas							0
Dividas por operações de seguro direto	4.547	202	152	101	51	0	5.052
Dividas por operações de resseguro	1.272						1.272
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	80.007	32.708	4.611	3.517	950	3.833	125.628

(Valores expressos em milhares de euros)

Nota: Os valores apresentados no quadro acima encontram-se líquidos de operações descontinuadas.

Exercício de 2010							
Conceito	Seguro Direto						
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Após o 5º ano	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos	15.242	6.577	2.826	791	252	575	26.264
Provisão para sinistros	59.302	25.587	10.996	3.079	981	2.237	102.183
Matemática	11.248	4.853	2.086	584	186	424	
Outras	48.054	20.734	8.911	2.495	795	1.813	19.381
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.485	641	275	77	25	56	2.558
Provisão para riscos em curso	1.563	674	290	81	26	59	2.694
Outras provisões técnicas							0
Dividas por operações de seguro direto	4.982	221	166	111	55	0	5.535
Dividas por operações de resseguro	2.189						2.189
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	84.762	33.700	14.554	4.139	1.339	2.927	141.423

(Valores expressos em milhares de euros)

4.3.4. Risco operacional

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: atuarial, jurídica, tecnológica, pessoal, colaboradores externos, procedimentos, informação, fraude, mercado e bens materiais.

Através desta ferramenta foram selecionados 68 colaboradores, tendo em conta as suas funções e relevância, que responderam a 466 questionários, tendo em conta os tipos de risco já identificados e que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Através do quadro seguinte podemos concluir que, apesar de poderem existir alguns riscos com criticidade elevada, tal não se verifica ao nível dos processos.

Processo	Índice de Criticidade Associado	
	2011	2010
GERAL	62,40	63,40
Desenvolvimento de produtos	61,10	64,20
Emissão	65,10	65,80
Sinistros	61,40	62,80
Gestão Administrativa	59,50	53,70
Atividades Comerciais	59,80	63,30
Recursos Humanos	57,50	62,80
Comissões	62,30	59,70
Cosseguro / Resseguro	70,20	68,20
Provisões Técnicas	62,80	57,60
Investimentos	57,00	64,10
Sistemas Tecnológicos	66,90	71,80
Atendimento ao Cliente	64,20	65,40

4.4. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos, garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

A estimação dos riscos é efetuada através de um modelo padrão de fatores fixos que quantifica os riscos financeiros, os riscos de crédito e os riscos de seguros, em articulação com os requisitos do projeto Solvência II. Esta estimação efetua-se, no mínimo, uma vez por ano, sendo que em 2011 se realizou trimestralmente.

O Grupo MAPFRE possui uma política de capitalização e dividendos de forma a dotar cada unidade dos capitais necessários à cobertura dos riscos assumidos, segundo a qual, o capital disponível a cada momento nunca poderá ser inferior ao capital mínimo legal exigido, acrescido de uma margem de 10%.

Ao fecho do exercício 2011 a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 343,08%.

b) A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos;

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos, sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática;

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na

organização:

Esta vertente é assegurada, pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

4.5. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do bônus-malus (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Gastos de Tramitação de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

Apresenta-se no ponto 4.2.b) III a evolução dessas matrizes do conjunto dos ramos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro-rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

4.6. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

Exercício de 2011					
Rubrica	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	69,5%	80,7%	79,6%	15,7%	40,9%
Rácio de custos de exploração	24,0%	21,5%	26,4%	29,0%	20,9%
Rácio combinado	94%	102%	106%	44%	62%
Rácio operacional	92%	95%	107%	26%	60%

* Calculados brutos de resseguro cedido

Exercício de 2010					
Rubrica	Ramos Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos
Rácio de sinistralidade	77,2%	78,6%	78,0%	-174,9%	95,7%
Rácio de custos de exploração	25,1%	25,0%	24,4%	24,1%	26,8%
Rácio combinado	102%	105%	102%	-144%	121%
Rácio operacional	98%	101	99%	-166%	115%

* Calculados brutos de resseguro cedido

Todos os rácios apresentam na globalidade uma significativa melhoria em relação ao ano anterior, sendo que os rácios de sinistralidade, combinado e operacional, são os que apresentam uma redução maior, em consequência dos temporais ocorridos em 2010, em especial na zona Oeste e na Ilha da Madeira.

O rácio de custos de exploração que depende, em grande parte da gestão da Companhia, situa-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

4.7. Montantes recuperáveis

A 31 de dezembro de 2011, não existia registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

6. Instrumentos financeiros

6.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados nas categorias de “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

Face à conjuntura de forte instabilidade vivida nos mercados financeiros, com particular incidência na desvalorização dos títulos da dívida pública portuguesa, que teve como consequência imediata a erosão da generalidade dos capitais próprios das empresas, a Companhia, tendo em conta a circular do ISP nº. 4/2011-R e as categorias de classificação contabilística dos investimentos financeiros previstas na IAS 39, entendeu reclassificar os títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, que possuía na sua carteira de investimentos, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade”.

A reclassificação aludida foi efetuada a 1 de janeiro de 2011 e teve um impacto nos capitais próprios de 376.381,89 euros. À data de encerramento das contas do exercício de 2011, o mesmo impacto era de 1.687.382,39 euros, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Rubrica	A 01/01/2011	A 31/12/2011
Títulos da dívida pública portuguesa		
Valor nominal	6.475.000,00	5.975.000,00
Valor de aquisição	5.848.449,90	5.345.488,92
Justo Valor	5.952.653,43	4.145.400,60
Valor Contabilístico	5.345.488,92	5.508.213,46
Impacto nos capitais próprios	376.381,89	1.687.382,39

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Exercício de 2011			
Rubrica	Títulos de Dívida	Ações e Unidades de Participação	Valor Contabilístico
Saldo inicial	96.635.600,86	11.461.940,56	108.097.541,42
Aquisições (a valor aquisição)	71.781.651,72	15.463.709,53	87.245.361,25
Reembolsos (a valor aquisição)	6.822.808,64		6.822.808,64
Alienações (a valor aquisição)	66.242.637,25	12.311.597,26	78.554.234,51
Ajustamentos da reclassificação contabilística (a valor aquisição)	357.305,85		357.305,85
Variação do justo valor	267.249,86	-1.090.324,46	-823.074,60
Variação do custo amortizado	242.671,28		242.671,28
Juros	-75.219,83		-75.219,83
Ativos detidos p/venda	3.285.779,82	811.423,70	4.097.203,52
Saldo final	92.143.422,33	12.712.304,67	104.855.727,00

Exercício de 2010			
Rubrica	Títulos de Dívida	Ações e Unidades de Participação	Valor Contabilístico
Saldo inicial	116.763.393,04	11.839.890,48	128.603.283,52
Aquisições (a valor aquisição)	106.509.779,74	30.689.909,87	137.199.689,61
Reembolsos (a valor aquisição)	3.550.000,00		3.550.000,00
Alienações (a valor aquisição)	114.704.103,65	30.384.373,20	145.088.476,85
Variação do justo valor	-8.249.740,14	-683.486,59	-8.933.226,73
Variação do custo amortizado	219.248,41		219.248,41
Juros	-352.976,54		-352.976,54
Ativos detidos p/venda	96.635.600,86	11.461.940,56	108.097.541,42
Saldo final			

Apresenta-se no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Exercício de 2011						
Tipo de Ativo	Valor Contabilístico					
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Ativos detidos para venda	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	107.979.618,85	201.463,44	-6.345.527,13	1.609.161,90	4.097.203,52	99.347.513,54
Ações	13.208.167,29	0,00	-1.247.257,15	0,00	811.423,70	11.149.486,44
Unidades participação	1.456.437,82	0,00	106.380,41	0,00	0,00	1.562.818,23
Títulos de dívida pública	51.485.080,80	70.217,37	-2.233.517,32	824.839,85	0,00	50.146.620,70
Títulos de outros emissores	41.829.932,94	131.246,07	-2.971.133,07	784.322,05	3.285.779,82	36.488.588,17
Investimentos a deter até à maturidade	5.345.488,92	72.876,77	0,00	89.847,77	0,00	5.508.213,46
Títulos de dívida pública	5.345.488,92	72.876,77	0,00	89.847,77	0,00	5.508.213,46
TOTAL	113.325.107,77	274.340,21	-6.345.527,13	1.699.009,67	4.097.203,52	104.855.727,00

Apresenta-se no quadro abaixo, o valor contabilístico dos ativos financeiros dos títulos de rendimento fixo da República Portuguesa, reclassificados, da categoria de “Disponíveis para venda” para “A deter até à maturidade” não tivesse ocorrido:

Exercício de 2011						
Tipo de Ativo	Valor Contabilístico					
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Ativos detidos para venda	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	113.698.274,60	225.742,91	-8.032.909,52	1.699.009,67	4.097.203,52	103.492.914,14
Ações	13.208.167,29	0,00	-1.247.257,15	0,00	811.423,70	11.149.486,44
Unidades participação	1.456.437,82	0,00	106.380,41	0,00	0,00	1.562.818,23
Títulos de dívida pública	57.203.736,55	94.496,84	-3.920.899,71	914.687,62	0,00	54.292.021,30
Títulos de outros emissores	41.829.932,94	131.246,07	-2.971.133,07	784.322,05	3.285.779,82	36.488.588,17
Investimentos a deter até à maturidade	5.345.488,92	72.876,77	0,00	89.847,77	0,00	5.508.213,46
Títulos de dívida pública	5.345.488,92	72.876,77	0,00	89.847,77	0,00	5.508.213,46
TOTAL	113.698.274,60	225.742,91	-8.032.909,52	1.699.009,67	4.097.203,52	103.492.914,14

Tipo de Ativo	Exercício de 2010				
	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo Amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	113.045.095,52	31.668,93	-6.753.452,53	1.774.229,50	108.097.541,42
Ações	10.389.291,15		-96.741,45		10.292.549,70
Unidades participação	1.123.201,69		46.189,17		1.169.390,86
Títulos de dívida pública	50.386.455,19	30.239,26	-5.237.713,51	754.355,16	45.933.336,10
Títulos de outros emissores	51.146.147,49	1.429,67	-1.465.186,74	1.019.874,34	50.702.264,76
TOTAL	113.045.095,52	31.668,93	-6.753.452,53	1.774.229,50	108.097.541,42

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Investimentos a deter até à maturidade”.

6.2. Justo valor

6.2.1. Métodos de apuramento do justo valor

No ponto 3.2.3., são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da “Bloomberg”, contudo, no exercício de 2011 existiram algumas exceções, que se descrevem nas alíneas seguintes:

a) Modelo interno (considerando a cotação de mercado)

* Através da “Bloomberg” obtêm-se as cotações para cada título;

* Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;

* Automaticamente é realizado um controlo para detectar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;

* Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;

* Se fica fora, considera o “*spread*” médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa “*swap*” adicionada do “*spread*” considerado;

* Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;

* Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* “fixo”, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;

* Estes *spreads* são revistos semanalmente; e

* Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* “fixo” obtém-se a cotação de valorização do título.

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a Circular nº. 11/2008, de 16 de dezembro, a Companhia, adota este processo em virtude do funcionamento actual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 10.793.349,72 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0224261018	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P
ES0314600158	CAJA DE AHOROS DE MURCIA
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S. A.
XS0370846973	COMMERZBANK, A. G. FRANKFURT
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC-L
ES00000121Q1	TESORO PUBLICO
ES00000122G0	TESORO PUBLICO

b) Modelo interno (não considerando a cotação de mercado)

Na ausência de cotação ou face a evidência de inexistência de mercado ativo, o justo valor é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas do Grupo MAPFRE, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Assim sendo, foi obtido o justo valor dos títulos da dívida pública grega por aplicação ao valor nominal do coeficiente de 30%.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 1.653.000,00 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
GR0114023485	REPUBLICA DE GRECIA
GR0133001140	REPUBLICA DE GRECIA
GR0133004177	REPUBLICA DE GRECIA
GR0138001673	REPUBLICA DE GRECIA

6.2.2. Níveis de valorização

Nos termos da IFRS 7, os ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

* Nível 1 – quando os investimentos são valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por *providers* e que essas cotações traduzam liquidez e profundidade na formação dessas cotações.

* Nível 2 – quando os ativos financeiros são valorizados através de modelos de avaliação sustentados em variáveis de mercado observáveis.

* Níveis 3 – quando os ativos financeiros são valorizados com base em modelos de avaliação suportados por dados não sustentados por evidências de mercado.

Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Conceito	Exercício de 2011			
	Justo Valor - Níveis de Valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	TOTAL
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	11.434.906,14	0,00	0,00	11.434.906,14
Unidades de participação	0,00	1.562.818,23	0,00	1.562.818,23
Títulos de dívida pública	40.176.852,89	8.316.767,81	1.653.000,00	50.146.620,70
Títulos de outros emissores	33.726.586,56	2.476.581,91	0,00	36.203.168,47
Investimentos a deter até à maturidade				
Títulos de dívida pública	5.508.213,46	0,00	0,00	5.508.213,46
TOTAL	90.846.559,05	12.356.167,95	1.653.000,00	104.855.727,00

Exercício de 2011		
Conceito	Transferência do nível 1 para o nível 3	
	01-01-2011	31-12-2011
Títulos da dívida pública Grega	3.643.424,94	1.653.000,00

Exercício de 2010				
Conceito	Justo Valor - Níveis de Valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	TOTAL
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	10.292.549,70	0,00	0,00	10.292.549,70
Unidades de participação	0,00	1.169.390,86	0,00	1.169.390,86
Títulos de dívida pública	44.230.800,06	1.702.536,04	0,00	45.933.336,10
Títulos de outros emissores	45.379.731,48	5.322.533,28	0,00	50.702.264,76
TOTAL	99.903.081,24	8.194.460,18	0,00	108.097.541,42

6.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado no ponto 3.2.2.2.4, e adicionalmente, face aos indícios de incumprimento que se verificaram em relação aos títulos da dívida Grega, tomou-se a decisão de registar as menos valias potenciais associadas como perdas por imparidade.

No quadro abaixo demonstra-se as imparidades registadas em 2011:

Exercício de 2011			
Tipo de Ativo	Valor Contabilístico		
	Aquisição	Justo Valor	Imparidade
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Unidades de participação	462.102,40	455.032,42	7.069,98
Títulos da dívida pública Grega	4.751.319,41	1.653.000,00	3.098.319,41
TOTAL	5.213.421,81	2.108.032,42	3.105.389,39

Não obstante os títulos da dívida grega estarem classificados contabilisticamente como "Ativos financeiros disponíveis para venda", não há intenção por parte da Companhia de venda dos mesmos existindo a capacidade de os manter até à maturidade.

No que concerne aos títulos de dívida pública de Portugal, Espanha, Irlanda e Itália não há incumprimento objetivo, visto não ter ocorrido qualquer suspensão de pagamentos, e existirem mecanismos de recurso disponíveis, como é o caso do apoio do Fundo Europeu de Estabilização Financeira e do FMI, que permitem um posicionamento otimista em relação à evolução futura.

Apresentamos abaixo a percentagem de exposição aos títulos de dívida pública dos países acima referenciados em relação ao total do investimento da Companhia em participações e instrumentos financeiros:

Exercício de 2011		
Rubrica	Valor Balanço	% de exposição s/o total de Participações e Instrumentos Financeiros
REPUBLICA DE PORTUGAL	5.508.213,46	5,3%
TESOURO PUBLICO - ESPANHA	43.226.177,03	41,2%
REPUBLICA DA GRECIA	1.653.000,00	1,6%
GOVERNO DA IRLANDA	5.267.443,67	5,0%
TOTAL	55.654.834,16	53,1%

Exercício de 2010		
Rubrica	Valor Balanço	% de exposição s/o total de Participações e Instrumentos Financeiros
REPUBLICA DE PORTUGAL	5.952.653,43	5,5%
TESOURO PUBLICO - ESPANHA	31.428.900,17	29,1%
REPUBLICA DA GRECIA	3.643.424,94	3,4%
GOVERNO DA IRLANDA	4.908.357,56	4,5%
TOTAL	45.933.336,10	42,5%

6.4. Contabilidade de cobertura

No exercício de 2011, a Companhia não utilizou instrumentos de cobertura.

6.5. Natureza e extensão dos riscos resultantes dos instrumentos financeiros

6.5.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

A política de investimentos aponta para uma distribuição de referência de 90%

para títulos de rendimento fixo e 10% para rendimento variável. Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

a) Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

b) Risco de câmbio

A exposição a este risco, apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado, que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico. O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco, se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

6.5.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por tipo de risco

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Exercício de 2011					
Classificação Creditícia dos Emissores	Justo Valor				
	Estado	Bancos e Instituições Financeiras	Seguradores	Outros	Total
AAA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AA	0,00	6.245.463,58	0,00	0,00	6.245.463,58
A	53.042.551,38	8.510.853,81	0,00	395.978,99	61.949.384,18
BBB	198.455,49	4.586.090,30	0,00	1.192.558,77	5.977.104,56
BB ou menor	4.036.443,67	2.909.501,38	0,00	299.187,67	7.245.132,72
Sem qualificação	8.392.213,46	2.334.123,83	0,00	0,00	10.726.337,29
TOTAL	65.669.664,00	24.586.032,90	0,00	1.887.725,43	92.143.422,33

Exercício de 2010					
Classificação Creditícia dos Emissores	Justo Valor				
	Estado	Bancos e Instituições Financeiras	Seguradores	Outros	Total
AAA	0,00	12.070.302,29	0,00	530.795,29	12.601.097,58
AA	35.794.982,87	11.478.894,12	442.052,06	3.478.685,57	51.194.614,62
A	10.861.010,99	11.994.799,15	0,00	2.367.889,63	25.223.699,77
BBB	0,00	3.816.331,63	0,00	156.432,32	3.972.763,95
BB ou menor	3.643.424,94	0,00	0,00	0,00	3.643.424,94
Sem qualificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	50.299.418,80	39.360.327,19	442.052,06	6.533.802,81	96.635.600,86

A persistente deterioração da situação europeia e a existência de vários riscos, fez com que as agências financeiras tenham, ao longo do ano de 2011, baixado o *rating* a vários países e instituições financeiras, baixa esta, responsável pela acumulação de valores em *ratings* de menos classificação.

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Exercício de 2011				
Tipo de Moeda	Valor Contabilístico			
	Ações	Unidades de participação	Titulos de dívida	TOTAL
Euro	10.216.073,27	1.562.818,23	92.143.422,33	103.922.313,83
Franco Suíço	771.694,35	0,00	0,00	771.694,35
Libras	161.718,82	0,00	0,00	161.718,82
TOTAL	11.149.486,44	1.562.818,23	92.143.422,33	104.855.727,00

Exercício de 2010				
Tipo de Moeda	Valor Contabilístico			
	Ações	Unidades de participação	Titulos de dívida	TOTAL
Euro	9.387.531,89	1.169.390,86	96.635.600,86	107.192.523,61
Franco Suíço	905.017,81	0,00	0,00	905.017,81
TOTAL	10.292.549,70	1.169.390,86	96.635.600,86	108.097.541,42

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro ao lado detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Exercício de 2011									
Tipo de Ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Titulos de dívida	92.143	7.774	5.747	11.494	10.562	15.006	41.560	6,5389	4,4467
TOTAL	92.143	7.774	5.747	11.494	10.562	15.006	41.560	-	-

(Valores expressos em milhares de euros)

Exercício de 2010									
Tipo de Ativo	Saldo Final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Carteira disponível p/venda									
Titulos de dívida	96.636	8.772	13.237	8.569	13.486	12.814	39.758	5,3083	3,7532
TOTAL	96.636	8.772	13.237	8.569	13.486	12.814	39.758	-	-

(Valores expressos em milhares de euros)

No quadro que se segue pode-se observar os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, na taxa de cobertura da margem de solvência da Companhia:

Margem de solvência	2011	2010
Margem de solvência disponível	35,77	31,16
Taxa de cobertura	343%	303%
Aumento de 3 p.p.na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	-0,80	-0,58
Impacto na taxa de cobertura	-5%	-4%
Taxa de cobertura após impacto	338%	300%
Diminuição de 3 p.p.na taxa de juro		
Impacto na margem disponível	0,80	0,58
Impacto na taxa de cobertura	5%	4%
Taxa de cobertura após impacto	349%	307%

(Valores expressos em milhões de euros)

No quadro que se segue mostra-se os impactos do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Capital próprio	2011	2010
Capital próprio	52,48	51,57
Aumento de 3 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	-0,80	-0,58
Capital próprio após o impacto	51,68	51,00
Aumento de 3 p.p.na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	0,80	0,58
Capital próprio após o impacto	53,29	52,15

(Valores expressos em milhões de euros)

O seguinte quadro, reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

Exercício de 2011		
Carteira Disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	12,71	7,320
TOTAL	12,71	7,320

Exercício de 2010		
Carteira Disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	11,46	5,107
TOTAL	11,46	5,107

d) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projecções não indiciam problemas a esse nível. Também mantém a quase totalidade da carteira de participações financeiras classificada como “Disponível para venda”, tal como comentado no ponto 4.3.3.

7. Investimentos em filiais e associadas

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Entidade	2011	2010
ATIVO		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.	17.500.000,00	17.500.000,00
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	4.055.981,00	4.055.981,00
TOTAL	21.555.981,00	21.555.981,00
PASSIVO		
Outros credores por operações de investimentos em filiais		
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	2.264.011,00	6.228.315,00
TOTAL	2.264.011,00	6.228.315,00

Nos quadros abaixo, apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente e em conjunto:

Entidade	2011	2010
MAPFRE Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	190.739.978,26	182.145.086,34
Total dos passivos	183.367.582,58	176.489.142,41
Rendimentos	44.461.374,56	47.683.872,01
Resultados	1.175.423,52	1.605.624,60
Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	89.365.546,23	95.940.989,74
Total dos passivos	82.351.357,19	89.327.693,18
Rendimentos	12.233.188,95	28.304.469,37
Resultados	353.101,84	1.519.284,73

Rubrica	2011	2010
Total dos ativos	280.105.524,49	278.086.076,08
Total dos passivos	265.718.939,77	265.816.835,59
Rendimentos	56.694.563,51	75.988.341,38
Resultados	1.528.525,36	3.124.909,33

7.1. Participação na Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Em 29 de dezembro de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., adquiriu 50% do capital e o controlo da gestão da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., e registou no Ativo na rubrica “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, e no Passivo na rubrica “Outros credores”, o montante de 15.000.000,00 de euros, referente ao preço contratado na compra e venda das ações da Finibanco Vida, composto por um “Pagamento Inicial de Valor Fixo” de 10.000.000,00 de euros e um “Pagamento Complementar de Valor Variável” de 5.000.000,00 de euros, estabelecido em acordo por ambas as partes, à raiz das avaliações que cada uma delas fez de forma interna e sem intervenção de entidades externas ou independentes.

As condições de pagamento do preço acordado para as Ações compreendem um Pagamento Inicial de Valor Fixo, um Pagamento Complementar de Valor Fixo e um Pagamento Complementar de Valor Variável, correspondendo portanto a três pagamentos:

- O Pagamento Inicial de Valor Fixo será de 9.000.000,00 de euros, em dinheiro, a liquidar na data em seja obtida a não oposição à transação por parte das autoridades competentes, e determina, sem outra condição ou reserva, a transferência imediata da plena titularidade das Ações e de todos os seus direitos;
- O Pagamento Complementar de Valor Fixo será de 1.000.000,00 de euros, em dinheiro, a liquidar depois de decorrido um ano sobre a data do pagamento inicial de valor fixo;
- O Pagamento Complementar de Valor Variável (terceiro e último pagamento), também em dinheiro, será o resultado de multiplicar a “Relação do crescimento do AEV 2009-2013

Conseguido/Previsto” pelo valor de referência estabelecido em 5.594.834,00 de euros. Este valor corresponde à capitalização de 5.000.000,00 de euros desde 31 de dezembro de 2009 até 31 de dezembro de 2013. A “Relação do Crescimento do AVE 2009 – 2013 Conseguido/Previsto” será calculada nos termos do anexo VI do contrato de compra e venda (Metodologia de Cálculo do Pagamento Complementar de Valor Variável). No entanto, estabelece-se que se esta relação for superior aos 200%, dará origem a um pagamento máximo de 11.189.668,00 de euros (200%

x 5.594.834,00 de euros). Os cálculos relativos ao AEV serão realizados pela Entidade de Cálculo.

O método de avaliação, dado tratar-se de uma entidade seguradora de Vida, baseou-se no valor do *Embedded Value* (Valor intrínseco da carteira de apólices) acrescido de um valor adicional correspondente ao potencial de criação de valor futuro para os acionistas, em base aos dados disponibilizados pela própria Finibanco Vida e posteriormente confirmados pela MAPFRE Seguros Gerais, S.A., no processo de *Due Diligence* (Revisão aprofundada de todos os aspectos e contas da Companhia).

No exercício de 2010, com base no relatório sobre o *European Embedded Value* (EEV), da Finibanco Vida, a 31 de dezembro de 2009, a Companhia procedeu à alocação do preço de aquisição da participação contabilizada no exercício de 2009, na rubrica de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 15.000.000,00 euros relativo à compra de 50% do capital da Finibanco Vida, S.A., da seguinte forma:

Exercício de 2010	
Reclassificação da Participação	Valor
Participação em filial - Capitais próprios ajustados ao negócio (CPA)	4.055.981,00
Ativo intangível - Value In-Force (VIF) do negócio (Nota12)	5.888.449,00
<i>Goodwill</i>	5.055.570,00
TOTAL	15.000.000,00

No ano de 2011, em função da redução do valor do AEV resultante do cálculo atualizado procedeu-se ao registo de uma imparidade do *Goodwill* no montante de 3.160.463,00 euros, pelo que a participação se encontra registada conforme o quadro seguinte:

Exercício de 2011	
Detalhe da Participação	Valor
Participação em filial - Capitais próprios ajustados ao negócio (CPA)	4.055.981,00
Ativo intangível - Value In-Force (VIF) do negócio (Nota12)	4.569.305,00
<i>Goodwill</i>	1.895.107,00
TOTAL	10.520.393,00

Em 31 de dezembro de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., e a Finibanco

Holding – SGPS, S.A. eram os acionistas da Finibanco Vida, S.A., com 50% do capital cada.

A Finibanco Holding – SGPS, S.A., passou a ser detida pela Associação Mutualista Montepio Geral em 99,63%, em resultado da OPA concretizada em 29 de novembro de 2010.

No final do mês de dezembro de 2010 e no seguimento da conclusão da operação de oferta pública de aquisição lançada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista sobre a Finibanco Holding, SGPS, S.A., a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., por sua vez, formalizou junto da nova sociedade adquirente a opção de saída, por reversão da operação, prevista na Cláusula 19ª do Pacto de Acionistas celebrado em 29 de dezembro de 2009, invocando como razão para aquela reversão a verificação da ocorrência constante da alínea b) do ponto 1. da referida Cláusula – Alteração de controlo.

Face à ausência de resposta por parte do Montepio Geral, Associação Mutualista, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., formalizou em 2011, esse pedido junto do Tribunal de Lisboa, 5ª vara cível. Esta ação mereceu a contestação da contra parte dentro do prazo legal e teve como consequência apresentação de resposta por parte da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., já no exercício de 2012.

Foi dado conhecimento aos acionistas e ao órgão de supervisão da opção de saída, por reversão da operação, e da formalização da opção junto do tribunal.

À data da elaboração das demonstrações financeiras e das respetivas Notas não existem outros desenvolvimentos pelo que não é possível antecipar se do desfecho do processo irá resultar algum impacto relevante nas Demonstrações Financeiras da Companhia (designadamente a eventual anulação parcial do Ativo e Passivo associado e/ou registo de resultados extraordinários).

7.2. Participação na MAPFRE Seguros de Vida, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização

nº.1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010 a um aumento de capital na sociedade MAPFRE Seguros de Vida, S.A., em que é acionista maioritária, pelo montante de 10.000.000,00 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000,00 de euros.

7.3. Partes de Capital

As partes de capital em empresas associadas e subsidiárias foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo.

O valor do Capital Próprio da Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., à data de 31 de dezembro de 2011 é de 7.573.915,50 euros e o da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., na mesma data, é de 7.372.395,68 euros.

7.3.1. No caso da Finibanco Vida, em 31 de dezembro de 2011 foi avaliado o valor do pagamento contingente a pagar em 2013, tendo em conta a projeção da performance da Companhia e feito o teste de imparidade do *Goodwill*, tendo-se registado uma imparidade no valor de 3.160.463,00 euros.

O valor do pagamento contingente a pagar em 2013 foi apurado segundo o *European Embedded Value* (EEV) Ajustado à produção nova prevista para o período de 2012 a 2013. Foram consideradas para este efeito as projecções de receita processada da Finibanco Vida para este período.

O teste de imparidade do *Goodwill* foi baseado no *European Embedded Value* (EEV) a 31 de dezembro de 2011 onde resultou um valor cerca de 22,3 milhões de euros.

European Embedded Value (EEV) Ajustado e no “*European Embedded Value*” (EEV) foram utilizados os seguintes pressupostos gerais:

Data da Valoração - A valoração foi feita com data de 31 de dezembro de 2011, não se tendo considerado nenhuma informação decorrente do período entre a data de elaboração do relatório (19 de dezembro de 2011) e a data da valoração.

Model Points - Todos os produtos foram projectados considerando *Model Points* e até à sua extinção. Foram incluídos nesta evolução os efeitos da mortalidade, transferências, resgates e vencimentos dos contratos, para contratos correspondentes à idade média dos segurados e à maturidade média do produto.

Capitais Requeridos - Foram considerados como capitais requeridos para cada produto, os decorrentes da legislação em vigor:

- Produtos com Morte e Invalidez, cerca de 0,01% e 0,015% dos capitais em risco, consoante a sua duração (3% do total no primeiro caso e o remanescente no segundo);

- Produtos Financeiros com Risco da Empresa: 4% das provisões matemáticas; e

- Produto *Unit Linked* com Risco do Tomador do Seguro: 1% das provisões matemáticas.

Taxa de Juro sem Risco - Foi considerada como taxa de juro sem risco a *Euro Swap Rate Curve* de 13 de dezembro de 2011.

Rendimentos Financeiros Futuros - Foram considerados como rendimentos financeiros futuros valores de acordo com os actuais *Gross Redemption Yields* de 4%.

Inflação Futura - Foi assumida uma inflação futura, incluindo aqui as despesas da empresa, de 3.5%. Relativamente aos prémios regulares futuros assumiu-se uma inflação futura de 0% (sem indexação).

Impostos sobre Lucros - A taxa de IRC considerada, sobre os lucros da empresa foi de 25%.

Modelização dos Produtos - Na modelização de todos os produtos foram consideradas as respectivas Bases Técnicas, tendo-se apenas reduzido os custos de subscrição dos produtos nas versões existentes para colaboradores.

Os pressupostos específicos considerados foram os seguintes:

Mortalidade - Foram assumidas as seguintes percentagens da GKM80 para as modalidades de seguros a seguir indicadas (incluindo as suas variantes previstas para o período de 2011 em diante):

- Crédito à Habitação, 55%;

- Crédito Pessoal, 55%;

- Protecção Vida e Protecção Empresário, 60%;

- Vida Grupo, 65%; e

- Finicrédito, 55%.

Invalidez - Foram consideradas as seguintes percentagens de mortalidade, no que respeita às tarifas constantes das bases técnicas:

- Invalidez Absoluta e Definitiva, 60%;

- Invalidez Total e Definitiva, 70%.

Resseguro - Foram assumidos como inalterados no futuro os actuais tratados de resseguro da empresa, tendo-se considerado que as sinistralidades bruta e líquida de resseguro cedido seriam iguais.

Transferência de Contratos - Em todos os produtos de crédito à habitação foi assumida uma taxa de transferências de contratos de 2%. As transferências de contratos de produtos financeiros foram consideradas nos resgates.

Resgates de Produtos Financeiros - Dado o reduzido histórico da Companhia, não foram assumidas taxas diferenciadas de resgates por antiguidade do produto ou dos contratos, mas taxas médias por produto.

Custos de Gestão - Os custos de gestão da empresa foram considerados tendo em conta o tipo de contrato, novo ou carteira e o tipo de produto, de Risco ou Financeiro.

Evolução do Capital Seguro dos Produtos de Crédito à Habitação – Considerou-se que os capitais seguros associados ao crédito à habitação, iriam decrescer com a evolução do capital em dívida do crédito associado. Para estimar este valor, foi usada formulação das rendas financeiras para uma taxa de juro de acordo com a *Swap Curve* acrescida de 100bp. Foi também considerado no cálculo deste factor a duração média dos empréstimos.

Produção Futura - Tendo em vista o cálculo do EEV Ajustado à produção nova prevista para 2012- 2013, considerou-se, o número de contratos, por variante dos produtos, implícitos nas projecções disponibilizadas pela Finibanco Vida.

7.3.2. No caso da MAPFRE Seguros de Vida foi feito o teste de imparidade à participação através do cálculo do *European Embedded Value* (EEV) a 31 de dezembro de 2011, do qual resultou um valor cerca de 22,4 milhões de euros, pelo que não foi registado qualquer valor a título de imparidade.

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

8.1. Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo total dos saldos das contas bancárias. O caixa apresenta saldos zero, porque todos os valores são depositados em banco antes do encerramento do período, conforme descrito no ponto 3.2.1

Componente de Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício	2011	2010
Depósitos à ordem	1.074.975,42	2.154.968,48
Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.074.975,42	2.154.968,48

9. Terrenos e edifícios

9.1. O modelo de valorização aplicado aos Terrenos e Edifícios é o modelo do custo.

9.2 Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

9.3. Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e vidas úteis utilizados relativamente a esta rubrica estão descritos na Nota 3.

9.4. Apresentamos no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

Exercício de 2011			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	20.109.818,94	4.435.351,61	15.674.467,33
Saldo final	19.051.134,90	3.872.921,69	15.178.213,21

Exercício de 2010			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios			
Saldo inicial	20.307.665,83	4.004.290,42	16.303.375,41
Saldo final	20.109.818,94	4.435.351,61	15.674.467,33

9.5. Demonstra-se nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2011 e 2010:

Exercício de 2011			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
Valor de Aquisição			
Saldo inicial	19.323.389,18	786.429,76	20.109.818,94
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	-213.388,01	0,00	-213.388,01
Transferências	-167.535,54	167.535,54	0,00
Edifícios em curso	-5.505,00	-	-5.505,00
Saldo final	18.936.960,63	953.965,30	19.890.925,93
Depreciações Acumuladas			
Saldo inicial	3.459.053,82	168.945,09	3.627.998,91
Depreciações	283.676,01	13.309,94	296.985,95
Alienações	-52.063,17	0,00	-52.063,17
Transferências	-44.500,16	44.500,16	0,00
Saldo final	3.646.166,50	226.755,19	3.872.921,69
Imparidades			
Saldo inicial	799.500,16	7.852,54	807.352,70
Movimento do ano	32.438,33	0,00	32.438,33
Transferências	-	-	0,00
Saldo final	831.938,49	7.852,54	839.791,03
Valor Líquido			
Saldo inicial	15.064.835,20	609.632,13	15.674.467,33
Saldo final	14.458.855,64	719.357,57	15.178.213,21

Exercício de 2010			
Rubrica	De Uso Próprio	De Rendimento	Total
Valor de Aquisição			
Saldo inicial	19.651.553,90	656.111,93	20.307.665,83
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	-197.846,89	0,00	-197.846,89
Transferências	-130.317,83	130.317,83	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	19.323.389,18	786.429,76	20.109.818,94
Depreciações Acumuladas			
Saldo inicial	3.243.958,07	131.393,86	3.375.351,93
Depreciações	292.033,31	10.500,90	302.534,21
Alienações	-49.887,23	0,00	-49.887,23
Transferências	-27.050,33	27.050,33	0,00
Saldo final	3.459.053,82	168.945,09	3.627.998,91
Imparidades			
Saldo inicial	621.085,95	7.852,54	628.938,49
Movimento do ano	178.414,21	0,00	178.414,21
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	799.500,16	7.852,54	807.352,70
Valor Líquido			
Saldo inicial	15.786.509,88	516.865,53	16.303.375,41
Saldo final	15.064.835,20	609.632,13	15.674.467,33

9.6 O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base, avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Exercício de 2011				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido	Valor Mercado
De uso próprio	18.936.960,63	4.478.104,99	14.458.855,64	18.920.943,00
De rendimento	953.965,30	234.607,73	719.357,57	952.318,00
TOTAL	19.890.925,93	4.712.712,72	15.178.213,21	19.873.261,00

Exercício de 2010				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / Imparidades	Valor Líquido	Valor Mercado
De uso próprio	19.323.389,18	4.258.553,98	15.064.835,20	20.121.089,00
De rendimento	786.429,76	176.797,63	609.632,13	837.690,00
TOTAL	20.109.818,94	4.435.351,61	15.674.467,33	20.958.779,00

9.7. A Companhia não possui, à data de 31 de dezembro de 2011, terrenos e edifícios no regime de locação operacional.

9.8. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Exercício de 2011		
Edifício de Rendimento	Rendimentos de Rendas	Gastos Operacionais Diretos (inclui Reparações e Manutenções)
Edifício - Rua Pereira de Sousa, N° 5 A/B Lisboa	800,00	0,00
Edifício - Rua 5 de Outubro Fr.B-28 Vale Mansos - Coruche	0,00	725,54
Edifício -Quinta do Mendes, Lt.111 - R/C Dto. - Odivelas	3.150,00	5.587,47
Edifício - Av. Paulo VI - Rio Maior	7.210,00	1.705,24
Edifício -Eucalipto - Av. Da Penetração, Lt.D17-B -Quarteira	4.200,00	1.205,72
Edifício - Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3º, Aptº 231 - Estoril	19.777,09	6.400,76
TOTAL	35.137,09	15.624,73

Exercício de 2010		
Edifício de Rendimento	Rendimentos de Rendas	Gastos Operacionais Diretos (inclui Reparações e Manutenções)
Edifício - Rua 5 de Outubro Fr.B-28 Vale Mansos - Coruche	2.604,00	723,98
Edifício - Av. Melo e Sousa, Bloco-23, 3º, Aptº 231 - Estoril	13.158,40	6.399,23
Edifício - Praça do Municipio, R/C-B - Águeda	6.000,00	1.736,28
Edifício - Av. Paulo VI - Rio Maior	7.200,00	1.744,66
Edifício - Rua Pereira de Sousa, nº 5 A/B - Lisboa	4.000,00	1.471,35
TOTAL	32.962,40	12.075,50

9.9. À data de 31 de dezembro de 2011, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou

aumentos nos mesmos.

9.10. A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

9.11. Em referência a 31 de dezembro de 2011, não existem ativos dados como garantia de passivos.

9.12. Não existe à data de encerramento das contas do exercício de 2011, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

9.13. A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

10. Outros ativos fixos tangíveis

Conforme descrito na nota 3, os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	N.º ANOS
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 199,52 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Estes critérios não sofreram alteração no exercício de 2011.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2011						
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	201.614,28	9.619,54	587,36	0,00	51.395,01	159.251,45
Máquinas e ferramentas	34.925,01	4.099,12	1.267,05	0,00	10.767,02	26.990,06
Equipamento informático	53.135,08	5.622,34	66,84	-121.510,55	47.146,98	133.054,15
Instalações interiores	261.357,71	7.022,05	856,11	0,00	48.962,63	218.561,02
Outro equipamento	97.638,51	10.714,61	0,00	0,00	37.480,39	70.872,73
Outros ativos tangíveis	328.536,04	0,00	0,00	0,00	41.727,72	286.808,32
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	242.420,27	257.380,37	7.126,9	296.668,51	0,00	196.005,23
TOTAL	1.225.696,92	294.458,03	9.904,26	175.157,96	237.479,75	1.097.612,98

Exercício de 2010						
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Alienações	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento						
Equipamento administrativo	246.710,10	9.187,99	50.590,45	-941,35	4.634,71	201.614,28
Máquinas e ferramentas	60.818,30	2.602,30	35.333,45	29.477,24	-36.315,10	34.925,01
Equipamento informático	36.964,31	27.513,01	16.631,52	-40.425,03	35.135,75	53.135,08
Instalações interiores	244.506,73	81.772,09	14.183,42	252,27	50.485,42	261.357,71
Outro equipamento	136.868,67	694,26	10.617,26	184,54	29.122,62	97.638,51
Outros ativos tangíveis	370.263,76	0,00	0,00	0,00	41.727,72	328.536,04
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	322.373,29	290.818,44	340.111,93	30.659,53	0,00	242.420,27
TOTAL	1.424.575,18	412.588,09	467.468,03	19.207,20	124.791,12	1.225.696,92

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos, encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas quando da sua finalização.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)” em imparidade ou cedido.

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

Os investimentos e os outros ativos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas, como demonstrado no quadro abaixo:

Exercício de 2011	
Rubrica	Seguros não vida
Caixa e equivalentes	1.074.975,42
Terrenos e edifícios	19.873.261,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	99.347.513,54
Investimentos a deter até à maturidade	5.508.213,46
Parte dos resseguradores nas prov.técnicas	31.381.424,14
Créditos sobre tomadores de seguros	2.211.523,46
Outros ativos tangíveis	179.107,55
Outros ativos	5.973.340,28
TOTAL	165.549.358,85

Exercício de 2010	
Rubrica	Seguros não vida
Caixa e equivalentes	2.154.968,48
Terrenos e edifícios	20.958.779,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	108.097.541,42
Parte dos resseguradores nas prov.técnicas	1.431.017,80
Créditos sobre tomadores de seguros	1.055.552,74
Outros ativos tangíveis	195.441,33
Outros ativos	5.843.829,00
TOTAL	139.737.129,77

12. Ativos intangíveis

12.1. O modelo de valorização aplicado aos Ativos Intangíveis é o modelo do custo

12.3. As despesas com aplicações informáticas e o *Value In-Force* (VIF) do negócio do Finibanco Vida, S.A., são os únicos tipos de ativo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício.

As amortizações de aplicações informáticas são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

As amortizações do *Value In-Force* (VIF) do negócio do Finibanco Vida, S.A., são efetuadas pelo valor resultante do estudo efetuado referente à evolução do mesmo nos anos futuros.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Exercício de 2011					
Outros Ativos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	243.084,20	1.259,52	175.157,96	188.245,98	231.255,70
Outros Ativos Intangíveis (Nota 7,1)	5.076.020,00	0,00	0,00	506.715,00	4.569.305,00
TOTAL	5.319.104,20	1.259,52	175.157,96	694.960,98	4.800.560,70

Exercício de 2010					
Outros Ativos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transf. e abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Despesas com aplicações informáticas	427.007,94	40.752,57	-19.207,20	243.883,51	243.084,20
Outros Ativos Intangíveis (Nota 7,1)	0,00	5.888.449,00	0,00	812.429,00	5.076.020,00
TOTAL	427.007,94	5.929.201,57	-19.207,20	1.056.312,51	5.319.104,20

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões:

Exercício de 2011					
Rubrica	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Passivos detidos p/venda	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar					
De outros tomadores de seguros	1.538.459,85	0,00	643.611,62	93.312,95	801.535,28
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa					
De outros devedores	384.622,04	0,00	28.398,94		356.223,10
Outras Provisões					
Impostos	1.249.473,98	0,00	0,00		1.249.473,98
Outras	0,00	0,00	0,00		0,00

Exercício de 2010				
Rubrica	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	2.304.176,98	0,00	765.717,13	1.538.459,85
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	512.746,91	0,00	128.124,87	384.622,04
Outras Provisões				
Impostos	1.249.473,98	0,00	0,00	1.249.473,98
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

13.2. A provisão para recibos por cobrar, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

A Companhia realizou, nos exercícios anteriores e no próprio exercício de 2011, estimativas do impacto que resultaria nesta provisão, caso a mesma fosse determinada com base na Norma 16/2006-R do ISP, os quais indiciam que ocorreria uma diminuição da provisão registada.

Para os mesmos exercícios, estimou igualmente o impacto que teria nas suas contas, a anulação dos contratos que possuem recibos pendentes de cobranças com antiguidade superior a 27 dias, os quais indiciam um impacto negativo nos resultados que compensaria parcialmente o impacto da aplicação da Norma 16/2006-R do ISP. Nestas circunstâncias, a Companhia optou por manter a provisão nas contas de acordo com o estabelecido na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, co-seguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

Em provisão para impostos, está incluída a provisão constituída para uma contingência fiscal em sede de IVA, resultante de uma notificação recebida da Direção Geral dos Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respetivos juros compensatórios e de mora, no montante de 1.225.686,88 euros.

O valor remanescente desta provisão, respeita ao montante de impostos adicionais liquidados no ano de 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia.

13.3. A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro, com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3 os reembolsos só são registados pela sua cobrança efetiva.

14. Prémios de contratos de seguro

14.1. A Companhia encerrou o exercício de 2011, reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 102.588.180,86 euros.

14.3. Os prémios referidos no ponto anterior, são totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4 a estas Notas.

15. Comissões de contratos de seguro

15.1. No ponto 3.2.16, são descritos os critérios contabilísticos adoptados relativamente à rubrica de comissões.

15.2. O montante das comissões de mediação e corretagem relativa ao seguro direto, contabilizadas no exercício de 2011 foi de 10.144.173,36 euros, distribuído pelos segmentos mencionados no ponto 2:

Exercício de 2011					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.069.299,29	5.141.226,02	35.554,88	2.898.093,17	10.144.173,36

Exercício de 2010					
Rubrica	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Crédito e Caução	Restantes Ramos	Total
Comissões de mediação e corretagem	2.304.803,01	5.096.970,53	85.667,10	2.800.532,47	10.287.973,11

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*), que ascenderam no exercício de 2011 a 909.946,51 euros e no exercício de 2010 a 851.720,39 euros.

16. Rendimentos e gastos financeiros

16.1. As políticas de reconhecimento dos créditos estão descritas na Nota 3.

16.2. Informação por categoria de investimento dos rendimentos e gastos financeiros

16.2.1. Rendimentos financeiros

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas, compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica, os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2011			
Rendimentos / Réditos	Instrumentos Financeiros	Terrenos e Edifícios	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.777.741,83	0,00	4.777.741,83
de juros de títulos de dívida	3.984.612,31		3.984.612,31
de dividendos de ações	554.541,70		554.541,70
de rendimento custo amortizado	238.587,82		238.587,82
Investimentos a deter até à maturidade	266.540,48	0,00	266.540,48
de juros de títulos de dívida	246.931,74		246.931,74
de rendimento custo amortizado	19.608,74		19.608,74
De outros	20.571,32	35.137,09	55.708,41
de juros de depósitos em bancos	20.571,32		20.571,32
de rendas de edifícios de rendimento		35.137,09	35.137,09
TOTAL	5.064.853,63	35.137,09	5.099.990,72

Exercício de 2010			
Rendimentos / Réditos	Instrumentos Financeiros	Terrenos e Edifícios	Total
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.934.097,18	0,00	4.934.097,18
de juros de títulos de dívida	4.346.420,08		4.346.420,08
de dividendos de ações	483.814,04		483.814,04
de rendimento custo amortizado	103.863,06		103.863,06
De outros	7.245,08	32.962,40	40.207,48
de juros de depósitos em bancos	7.245,08		7.245,08
de rendas de edifícios de rendimento		32.962,40	32.962,40
TOTAL	4.941.342,26	32.962,40	4.974.304,66

16.2.2. Gastos financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Exercício de 2011			
Gastos Financeiros	Gastos Imputados	Gastos Diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	1.150.081,92		1.150.081,92
Gasto custo amortizado		125.888,88	125.888,88
TOTAL	1.150.081,92	125.888,88	1.275.970,80

Exercício de 2010			
Gastos Financeiros	Gastos Imputados	Gastos Diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	877.570,10		877.570,10
Gasto custo amortizado		246.383,55	246.383,55
TOTAL	877.570,10	246.383,55	1.123.953,65

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Exercício de 2011			
Ganhos e Perdas Realizadas	Ganhos Realizados	Perdas Realizadas	Ganho/Perda Líquido
De ativos financeiros disponíveis para venda	799.973,51	773.142,37	26.831,14
de títulos de dívida	681.612,19	638.068,53	43.543,66
de ações	112.813,56	131.716,79	-18.903,23
de fundos de investimento	5.547,76	3.357,05	2.190,71
De outros	5.675,16	0,00	5.675,16
de terrenos e edifícios	5.675,16		5.675,16
TOTAL	805.648,67	773.142,37	32.506,30

Exercício de 2010			
Ganhos e Perdas Realizadas	Ganhos Realizados	Perdas Realizadas	Ganho/Perda Líquido
De ativos disponíveis para venda	1.893.221,25	1.704.309,90	188.911,35
de títulos de dívida	1.826.243,83	1.331.229,51	495.014,32
de ações	61.438,48	330.890,54	-269.452,06
de fundos de investimento	5.538,94	42.189,85	-36.650,91
De outros	42.040,34	0,00	42.040,34
de terrenos e edifícios	42.040,34		42.040,34
TOTAL	1.935.261,59	1.704.309,90	230.951,69

21. Gastos diversos por função e natureza

21.1. Critério de imputação dos custos e gastos por natureza às funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

a) Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional, resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respectivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- * Por empregado, são encontrados em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- * Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- * A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada, dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo

valor total dos vencimentos.

b) Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos é efetuada da seguinte forma:

- * Custos com sinistros: 50% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros e os outros 50% com base no número de sinistros;
- * Custos de aquisição: 50% do valor a imputar, com base nos prémios emitidos e outros 50% com base no número de apólices; e
- * Custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25%, com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

21.2. Custos e gastos por natureza e imputados às funções

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza, assim como a sua imputação às diversas funções:

Exercício de 2011				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.580.206,97	7.013.662,22	188.564,93	10.782.434,12
Fornecimentos e serviços externos	2.068.245,03	4.615.006,58	106.741,35	6.789.992,96
Impostos e taxas	241.882,18	472.319,83	12.237,61	726.439,62
Amortizações do exercício	239.476,84	470.706,06	519.243,78	1.229.426,68
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	5.297,29	5.297,29
Comissões	0,00	0,00	317.996,96	317.996,96
TOTAL	6.129.811,02	12.571.694,69	1.150.081,92	19.851.587,63

Exercício de 2010				
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.549.258,24	6.974.822,06	162.698,58	10.686.778,88
Fornecimentos e serviços externos	2.298.886,20	5.122.111,96	103.984,52	7.524.982,68
Impostos e taxas	235.973,00	465.765,35	9.873,19	711.611,54
Amortizações do exercício	518.070,28	1.044.362,15	45.123,68	1.607.556,12
Outras provisões	-17,48	30,52	-13,04	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	232.143,63	232.143,63
Comissões	0,00	0,00	323.759,54	323.759,54
TOTAL	6.602.170,24	13.607.092,04	877.570,10	21.086.832,39

21.3. Honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins incluídos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2011 e de 2010 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	2011	2010
Serviços de revisão legal das contas anuais.	47.000,00	46.020,00
Serviços de garantia de fiabilidade.	7.000,00	6.805,00
TOTAL	54.000,00	52.825,00

22. Gastos com pessoal

22.1. O número total de trabalhadores, no fim do exercício, era de 251 menos 11 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por categorias profissionais conforme apresentado no seguinte quadro:

COMUNS	N.º	TÉC-ADMINIST	N.º	COMERCIAIS	N.º	INFORMÁTICA	N.º
Diretor-geral	1	Chefe de serviços	12	Coordenador geral de serviços comerciais	2	Analista sénior	5
Diretor-coordenador	4	Chefe de serviços de formação	1	Coordenador de zona e ou delegações	1	Chefe de centro	1
Diretor de serviços	13	Chefe de secção	17	Gerente de delegação	20	Chefe de exploração	1
		Subchefe de secção	17	Assistente comercial	8	Analista programador	3
		Perito-subchefe	3	Técnico comercial	23	Chefe de operação	1
		Escriturário	89			Programador sénior	1
		Perito	8			Programador	5
		Regularizador de sinistros	14			Operador	1

22.2. Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2011 e 2010, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2011	2010
Remunerações	7.960.636,48	7.900.288,55
- Dos órgãos sociais	120.041,50	133.003,84
- Do pessoal	7.840.594,98	7.767.284,71
Encargos sobre remunerações	1.884.124,90	1.873.012,70
Benefícios pós-emprego	218.683,44	-13.372,66
- Planos de contribuição definida	110.260,00	0,00
- Planos de benefícios definidos	108.423,44	-13.372,66
Benefícios de cesação de emprego	268.114,84	341.646,48
Seguros obrigatórios	227.971,46	269.797,19
Gastos de ação social	28.218,18	36.620,14
Outros gastos com o pessoal	194.684,82	278.786,48
TOTAL	10.782.434,12	10.686.778,88

22.3. A Companhia, não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1. Plano de benefícios definidos

a) Política contabilística

No ponto 3.2.8., são descritas as políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

b) Descrição geral do plano

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões do pessoal da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que se encontre nas condições previstas no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na atividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995 (data de publicação do mesmo) e que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, 10 anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea l) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preencham as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2011, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de 173, entre pessoas que fazem parte do quadro da Companhia e pessoas que fizeram em algum momento.

Ainda nos termos do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a fórmula:

$$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60) \text{ em que:}$$

* R = último salário efectivo mensal na data da reforma;

* n = nº de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social;

* S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social;

* t = anos de serviço na atividade seguradora;

* $0,5 >= 0,022 * t <= 0,8$; e

* $0,3 >= 0,022 * n <= 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com 5 anos de serviço na atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano. Atendendo, que estas responsabilidades são de difícil estimação e que a aplicação das metodologias disponíveis para estimação deste tipo de responsabilidades, conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a Companhia, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, optou por não estimar estas responsabilidades. No entanto, estas responsabilidades encontram-se devidamente financiadas através de uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

c) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo sejam relativas ao pessoal reformado,

encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

d) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Exercício de 2011				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	58.782,08
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	5.115,23
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	75.609,83
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	28.469,56
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	154.643,04
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	8.383,48
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	137.150,03
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	372.126,02
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	71.188,94
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	218.534,18
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	220.379,69
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	367.279,15
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	100.818,71
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	147.726,74
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	108.212,71
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	159.257,48
	Total apólices capital diferido			2.233.676,87
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	17.392,24
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	14.427,13
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	59.709,50
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	51.496,17
	Total apólices renda vitalícia			143.025,04
	Total apólices			2.376.701,91

Exercício de 2010				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos (euros)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	56.571,05
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GRM80 para homens e mulheres	4.923,15
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	73.872,69
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	27.901,75
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	151.530,47
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	8.213,79
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	132.349,19
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	369.894,06
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	69.748,73
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	214.461,56
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	219.862,78
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	384.863,50
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	100.372,36
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	147.477,34
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	113.345,52
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	78.231,34
	Total apólices capital diferido			2.153.619,28
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	17.660,81
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	12.828,32
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	61.194,45
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	52.759,84
	Total apólices renda vitalícia			144.443,42
	Total apólices			2.298.062,70

e) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada		
Conceito	2011	2010
Valor atual serviços passados - pessoal no ativo	1.798.270,28	1.963.751,28
Valor atual serviços passados - reformados	143.025,04	144.443,42
TOTAL	1.941.295,32	2.108.194,70

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2011	2010
Valor responsabilidades janeiro	1.963.751,28	1.634.451,38
Custo serviço corrente	73.300,48	85.366,64
Custo dos juros	63.662,40	63.743,60
Resgates	-9.895,51	-140.043,99
Ganhos atuariais	-292.548,37	0,00
Perdas atuariais	0,00	320.233,65
Valor responsabilidades dezembro	1.798.270,28	1.963.751,28

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2011	2010
Valor responsabilidades janeiro	144.443,42	93.868,63
Custo dos juros	3.605,55	4.128,43
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	5.966,05	57.336,54
Prestações pagas	-10.989,98	-10.890,18
Valor responsabilidades dezembro	143.025,04	144.443,42

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2011	2010
Valor responsabilidades janeiro	2.108.194,70	1.728.320,01
Custo serviço corrente	73.300,48	85.366,64
Custo dos juros	67.267,95	67.872,03
Resgates	-9.895,51	-140.043,99
Ganhos atuariais	-292.548,37	0,00
Perdas atuariais	5.966,05	377.570,19
Prestações pagas	-10.989,98	-10.890,18
Valor responsabilidades dezembro	1.941.295,32	2.108.194,70

g) Análise da obrigação em planos que não tem financiamento

No caso da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Apólices capital diferido prémio único		
Conceito	2011	2010
Valor ativos janeiro	2.153.619,38	2.110.285,53
Contribuições empresa	67.379,61	78.231,44
Resgates	-28.969,77	-31.797,86
Retorno ativos	60.803,14	-3.099,73
Ganhos atuariais	-19.155,49	0,00
Perdas atuariais	0,00	0,00
Valor ativos dezembro	2.233.676,87	2.153.619,38

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2011	2010
Valor ativos janeiro	144.443,42	93.868,63
Retorno ativos	3.605,55	61.464,97
Perda atuarial	5.966,05	0,00
Prestações pagas	-10.989,98	-10.890,18
Valor ativos dezembro	143.025,04	144.443,42

Total de ativos		
Conceito	2011	2010
Valor ativos janeiro	2.298.062,80	2.204.154,16
Contribuições da empresa	67.379,61	78.231,44
Resgates	-28.969,77	-31.797,86
Retorno ativos	64.408,69	58.365,24
Ganhos atuariais	-19.155,49	0,00
Perdas atuariais	5.966,05	0,00
Prestações pagas	-10.989,98	-10.890,18
Valor ativos dezembro	2.376.701,91	2.298.062,80

i) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade dos ativos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descritos nas alíneas anteriores f) e h), são relevados no balanço na

linha de “Ativos por benefícios pós-emprego” e outro benefícios de longo prazo e na linha de “Passivos por benefícios pós-emprego e outro benefícios de longo prazo”.

j) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas

Custo reconhecido em resultados		
Conceito	2011	2010
Custo serviço corrente	73.300,48	85.366,64
Custo dos juros	67.267,95	67.872,03
Retorno ativos	-51.219,25	-58.365,24
Pagamentos	19.074,26	-108.246,13
Ganhos atuariais	-286.582,32	0,00
Perdas atuariais	0,00	377.570,19
TOTAL	-178.158,88	364.197,49

k) Quantias reconhecidas em ganhos e perdas

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

l) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade, foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projectada.
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres.
- Não se considerou taxa de rotação.
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2011 de 3,75%.

Face à dificuldade em encontrar índices de referência de dívida *corporate* de “rating” AA para prazos similares à duração média dos passivos (aproximada de 25 anos), esta taxa foi estimada tendo em conta a *Yeld Curve Bloomberg Composite* AAA, uma vez que a sua magnitude até ao prazo de 15 anos em que a mesma também existe referida ao rating AA, é muito semelhante a esta.

- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 2% ao ano.
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 2% ao ano.
- Taxa de inflação anual de 2%.
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%.
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma, os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no Contrato Coletivo de Trabalho.
- Para os trabalhadores que pertenciam ao quadro de pessoal, à data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia cobrirá as prestações de reforma, pelo tempo decorrido, desde que tenham entrado na Companhia até aos 65 anos.
- Para os trabalhadores que prestaram serviço na Companhia mas já não pertenciam ao quadro de pessoal à data de 31 de dezembro de 2011, a Companhia cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido desde a data de entrada até à data de saída em proporção do tempo desde que entrou no sector até aos 65 anos.

- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 * 14 / 12 * R) - (0,022 * N * S / 60)$$

em que,

* P= Prestação a pagar pela Companhia;

* R= último salário efetivo no momento da reforma;

* N= número de anos de contribuição para a Segurança Social;

* S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10; e

* $0,3 >= 0,022 * N <= 0,8$.

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na atividade seguradora
- Qualquer fração de ano conta como um ano completo
- Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2011, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2011.

- Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

- Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (3,25% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2011 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

m) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	2011	2010	2009
Valor das responsabilidades	1.941.295,32	2.108.194,70	1.728.320,01
Valor dos ativos	2.376.701,91	2.298.062,80	2.204.154,16
Excesso/(Insuficiência)	435.406,59	189.868,10	475.834,15
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	-298.514,42	-377.570,19	21.188,80
% sobre responsabilidades	-15,38%	-17,91%	1,23%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	0	0	0
% sobre ativos	0,00%	0,00%	0,00%

Os ganhos e perdas atuariais apurados, resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

n) Estimativa das contribuições do próximo ano.

Não foi efetuada qualquer estimativa, porque o novo CCT para a Atividade Seguradora, que entrará em vigor a 01 de janeiro de 2012, vem introduzir alterações no plano de pensões.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1. Imposto corrente

Detalham-se no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Demonstração do Gasto por Imposto	2011	2010
Gasto por imposto		
Resultado antes de imposto	1.766.574,95	2.764.480,05
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido	-614.564,36	-614.564,36
Amortizações acumuladas de edifícios de serviço próprio à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Artº2 nº12	-517.340,80	-517.340,80
Amortizações acumuladas de edifícios de rendimento à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Artº2 nº12	-54.105,95	-54.105,95
Custo amortizado dos títulos de dívida à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Artº2 nº12	-43.117,61	-43.117,61
25% do resultado antes de impostos	287.537,89	536.525,90
Amortização <i>goodwill</i>	126.474,34	0,00
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	-7.088,28	0,00
Multas, coimas e juros compensatorios	2.274,05	1.038,48
Importâncias devidas p/ aluguer de viaturas s/ condutor (artº 42, nº1, alinea h)	585,03	0,00
Custos e proveitos extraordinários	-103.224,18	299.901,62
Perdas atuariais de responsabilidades pensões de reforma	0,00	94.225,18
Premio pago ao seguro de responsabilidades pensões de reforma	0,00	-3.337,25
Excesso estimativa imposto do ano anterior	0,00	-1.336,55
Dividendos - instrumentos de capital	-86.646,95	-83.968,57
Imparidade reconhecida sobre os imóveis	8.096,50	44.524,46
Imparidade reconhecida sobre os títulos de rendimento variável	1.764,64	0,00
Imparidade reconhecida sobre os títulos de rendimento fixo	773.329,96	0,00
Correção mais menos valias contabilísticas/fiscais	-20.695,49	3.776,88
Benefícios fiscais	-13.737,64	-11.709,15
Derrama	105.237,68	90.992,56
Tributação autónoma	91.767,67	92.618,63
Correção Taxa IRC da Região Autónoma da Madeira	-1.934,22	-1.759,28
Total de gasto por imposto	1.163.741,00	1.061.492,92
Imposto sobre lucros a pagar		
Entregas por conta	-784.467,00	-821.169,00
Imposto sobre lucros a pagar/receber líquido	379.274,00	240.323,92

24.2. Impostos diferidos

a) Decomposição do saldo de ativos por impostos diferidos:

Exercício de 2011						
Ativos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	1.776.268,57	0,00	287.880,00	0,00	311.128,76	1.753.019,81
De ativos financeiros disponíveis para venda - reajust títulos dívida	22.852,34	0,00	0,00	0,00	11.426,17	11.426,17
De amortizações de terrenos e edifícios	302.866,77	0,00	0,00	0,00	151.433,39	151.433,38
De provisões para riscos e encargos - impostos	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	213.948,47	4.350,01	0,00	0,00	0,00	218.298,48
De ativos financeiros disponíveis para venda - imparidade títulos dívida	0,00	821.054,64	0,00	0,00	0,00	821.054,64
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend variável	14.559,29	0,00	0,00	106,95	0,00	14.452,34
Do reconhecimento dos at/pass por benefícios pós-emprego	0,00	38.586,93	0,00	0,00	0,00	38.586,93
TOTAL	2.485.838,64	863.991,58	287.880,00	106,95	473.988,32	3.163.614,95

Exercício de 2010						
Ativos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	0,00	0,00	1.776.268,57	0,00	0,00	1.776.268,57
De ativos financeiros disponíveis para venda - reajust títulos dívida	34.278,51	0,00	0,00	0,00	11.426,17	22.852,34
De amortizações de terrenos e edifícios	454.300,16	0,00	0,00	0,00	151.433,39	302.866,77
De provisões para riscos e encargos - impostos	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	166.668,70	47.279,77	0,00	0,00	0,00	213.948,47
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend variável	31.034,43	0,00	0,00	16.475,14	0,00	14.559,29
TOTAL	841.625,00	47.279,77	1.776.268,57	16.475,14	162.859,56	2.485.838,64

b) Decomposição do saldo de passivos por impostos diferidos:

Exercício de 2011						
Passivos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	1.162,93	0,00	0,00	0,00	1.162,93	0,00
Do reconhecimento dos at/pass por benefícios pós-emprego	50.315,05	0,00	0,00	0,00	50.315,05	0,00
TOTAL	51.477,98	0,00	0,00	0,00	51.477,98	0,00

Exercício de 2010						
Passivos por Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Reversões		Saldo final
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda - mensuração	608.674,59	0,00	0,00	0,00	607.511,66	1.162,93
Do reconhecimento dos at/pass por benefícios pós-emprego	126.096,05	0,00	0,00	75.781,00	0,00	50.315,05
TOTAL	734.770,64	0,00	0,00	75.781,00	607.511,66	51.477,98

25. Capital

25.1. Indicações sobre o capital social

a) O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2011, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações, no valor nominal de € 4,99 cada, repartido da seguinte forma:

Entidade Accionista	2011		2010	
	N.º de Ações	Valor	N.º de Ações	Valor
MAPFRE Familiar	20	99,80	20	99,80
MAPFRE Caucion y Credito	20	99,80	20	99,80
MAPFRE Global Risks	20	99,80	20	99,80
MAPFRE Internacional	6.634.940	33.108.350,60	6.634.940	33.108.350,60
TOTAL	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

b) Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

c) De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

d) Em referência a 31 de dezembro de 2011, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

25.2. No exercício 2011 e 2010, verificaram-se as seguintes quantias transacionadas com os detentores de capital, relativas à distribuição de dividendos:

Entidade Accionista	Dividendos pagos	
	Em 2011	Em 2010
MAPFRE Internacional	506.595,41	555.256,51
MAPFRE Familiar	1,53	1,67
MAPFRE Caucion y Credito	1,53	1,67
MAPFRE Global Risks	1,53	1,67
TOTAL	506.600,00	555.261,52

25.3. No exercício 2011, não existiram acordos de pagamento com base em ações pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

26. Reservas

26.1. As reservas de reavaliação, compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos, corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

26.2. No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2011 e de 2010 em cada uma das reservas:

Exercício de 2011				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos / Diminuições	Imparidades / Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	-6.698.511,83	83.342,78	0,00	-6.615.169,05
Ações / Unid part fundos invest	4.388,42	-1.090.728,03	0,00	-1.086.339,61
Titulos de dívida pública	-6.702.900,25	1.174.070,81	0,00	-5.528.829,44
Reserva por impostos diferidos	1.775.105,63	-22.085,83	0,00	1.753.019,80
Ações / Unid part fundos invest	-1.162,93	289.042,93	0,00	287.880,00
Titulos de dívida pública	1.776.268,56	-311.128,76	0,00	1.465.139,80
Outras reservas	21.579.844,41	1.140.113,21	0,00	22.719.957,62
Reserva legal	3.392.215,29	180.957,28	0,00	3.573.172,57
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	15.208.081,08	959.155,93	0,00	16.167.237,01
TOTAL	16.656.438,21	1.201.370,16	0,00	17.857.808,37

Exercício de 2010				
Demonstração das Variações das Reservas	Saldo inicial	Aumentos / Diminuições	Imparidades / Reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	2.296.885,24	-8.995.397,07	0,00	-6.698.511,83
Ações / Unid part fundos invest	750.045,35	-745.656,93	0,00	4.388,42
Titulos de dívida pública	1.546.839,89	-8.249.740,14	0,00	-6.702.900,25
Reserva por impostos diferidos	-608.674,59	2.383.780,22	0,00	1.775.105,63
Ações / Unid part fundos invest	-198.762,02	197.599,09	0,00	-1.162,93
Titulos de dívida pública	-409.912,57	2.186.181,13	0,00	1.776.268,56
Outras reservas	19.142.841,02	2.437.003,39	0,00	21.579.844,41
Reserva legal	3.076.702,81	315.512,48	0,00	3.392.215,29
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	13.086.590,17	2.121.490,91	0,00	15.208.081,08
TOTAL	20.831.051,67	-4.174.613,46	0,00	16.656.438,21

27. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2011	2010
Resultado líquido atribuído aos acionistas	1.466.718,58	1.809.572,77
Número médio de ações	6.635.000	6.635.000
Resultado por ação (em euros)	0,22	0,27

28. Dividendos por ação

O detalhe dos dividendos da Companhia, do exercício atual e anterior é o seguinte:

Conceito	Dividendo Total		Dividendo por Ação	
	2011	2010	2011	2010
Dividendo distribuído / a distribuir	1.100.038,94	0,00	0,17	0,00
TOTAL	1.100.038,94	0,00	0,17	0,00

O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício de 2011 no montante de 1.466.718,58 euros) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 146.671,86 euros
- Reserva livre: 220.007,78 euros
- Distribuição de dividendos: 1.100.038,94

29. Transações entre partes relacionadas

29.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE é um grupo espanhol independente, que desenvolve fundamentalmente atividades seguradora e resseguradora em mais de 40 países. A matriz do Grupo é a sociedade holding MAPFE, S.A., cujas ações cotizam nas bolsas de Madrid e Barcelona, e fazem parte dos índices IBEX35, Dow Jones Stoxx Insurance, Dow Jones Sustainability World Index, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A propriedade da maioria das ações da MAPFRE, S.A., é da FUNDACIÓN MAPFRE, o que garante a independência do Grupo e a sua estabilidade institucional. A FUNDACIÓN MAPFRE desenvolve atividades de interesse geral nas áreas de Ação Social, Ciências do Seguro, Cultura, Segurança Rodoviária, Prevenção, Saúde e Meio Ambiente.

A MAPFRE tem uma sólida posição de liderança no Seguro Espanhol e uma ampla implementação multinacional, onde mais de 250 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades, operam com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos diretivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de atuação.

A MAPFRE Seguros Gerais, S.A., é uma dessas sociedades, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 99,99% pela MAPFRE Internacional, que por sua vez é detida a 87,5% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas, referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram contudo quaisquer operações com a casa mãe, para além das relativas à distribuição de reservas e de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

29.3. Informação relacionada com o órgão de administração.

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete

ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, do Instituto de Seguros de Portugal, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 6 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	GRUPO MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Pedro de Macedo Coutinho de Almeida	MAPFRE RE; MAPFRE GLOBALS RISKS (antes MAPFRE EMPRESAS); REINSURANCE MANAGEMENT INC; MAPFRE ASISTENCIA; COMPAGNIE INTERNATIONALE D'ASSURANCES ET DE REASSURANCES, SOCIÉTÉ ANONYME (C.I.A.R); ASEGURADORES DE RIESGOS NUCLEARES A.I.E. (ARN)
Filipe Dumont dos Santos	MADEIRA IMPEX – ELECTROMECHANICA, LDA.; AUTOTUDO DA MADEIRA, LDA.; LEUIMPORT DA MADEIRA, LDA.; CHOU PANA HILLS; PAIXÃO DO VINHO, LDA.
Claudio Antonio Ramos Rodriguez	MAPFRE RE; MAPFRE INTERNACIONAL; CONSTITUCIÓN Y LEYES, S.A.
Antonio Manuel Cardoso Belo	MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A.; FINIBANCO VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.
Jesús Garcia Arranz	
Jesús Martinez Castellanos	MAPFRE VIDA PENSIONES EGFP, S.A.; AtivIDA, S.A.; BAKINTER SEGUROS DE VIDA, S.A.; MAPFRE CAJA MADRID, S.A.; UNIÓN DE DUERO, S.A.; DUERO PENSIONES EGFP, S.A.; CATALUNYA CAJA VIDA, S.A.
José Luis Catalinas Calleja	
José Luis Joló Marin	ECO – ECOENERGIAS DEL GUADIANA, S.A.
Matías Salvá Bennasar	

29.4. Apresentam-se de seguida, as operações ocorridas, saldos dos exercícios de 2011 e de 2010, com todas as outras entidades relacionadas:

Conceito	Gastos		Rendimentos	
	2011	2010	2011	2010
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	434	397	369	442
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	13	12	2	2
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	78	154		0
TOTAL	526	563	371	444

(Valores expressos em milhares de euros)

Conceito	Operações Gerais	
	2011	2010
Créditos e dívidas	804	1.000
TOTAL	804	1.000

(Valores expressos em milhares de euros)

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro Cedido	
	2011	2010
Prémios adquiridos	26.153	19.563
Sinistros recebidos	9.307	11.837
Varição de provisões técnicas	820	2.864
Comissões	4.772	3.294
Juros sobre depósitos	5	4

(Valores expressos em milhares de euros)

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro Cedido	
	2011	2010
Créditos e dívidas	-915	-648
Depósitos	-6.219	-25
Provisões técnicas	26.205	22.604
TOTAL	19.071	21.931

(Valores expressos em milhares de euros)

30. Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prémios	119.309.328,04	110.096.015,84
Pagamentos de sinistros	-68.742.789,83	-70.489.619,45
Pagamentos de comissões	-9.666.110,10	-10.129.740,93
Entradas por operações de resseguro	4.770.385,59	9.085.512,22
Saídas por operações de resseguro	-13.224.866,60	-12.416.314,94
Entradas por operações de co-seguro	6.975.222,38	2.811.843,27
Saídas por operações de co-seguro	-6.704.673,22	-2.526.936,09
Outros Recebimentos	229.521,29	6.159.525,25
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-33.519.328,02	-30.902.961,89
Imposto sobre o rendimento	-1.018.817,64	-247.880,23
Total fluxo das atividades operacionais	-1.592.128,11	1.439.443,05
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Outros ativos tangíveis	-103.956,57	-289.837,59
Terrenos e edifícios	0,00	32.962,40
Títulos de dívida	-3.126.307,15	13.583.244,35
Instrumentos de capital e unidades de participação	0,00	-2.142.696,21
Participação no capital de outras sociedades	0,00	-19.000.000,00
Juros recebidos	3.757.455,12	4.728.284,39
Dividendos recebidos	491.543,65	483.814,04
Outros investimentos	0,00	-265.644,83
Total fluxo das atividades de investimento	1.018.735,05	-2.869.873,45
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de dividendos aos acionistas	-506.600,00	-555.261,52
Total fluxo das atividades de investimento	-506.600,00	-555.261,52
EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE CAMBIOS	0,00	0,00
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	-1.079.993,06	-1.985.691,92
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	2.154.968,48	4.140.660,40
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.074.975,42	2.154.968,48

31. Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico

Decorrente da aplicação do novo plano de contas para as empresas de seguros, aprovado pela Norma Regulamentar nº. 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº. 22/2010-R, de 31 de dezembro, foi

reconhecido no exercício de 2011, um ajustamento na rubrica de “Reservas Livres” relativo ao tratamento fiscal das amortizações dos edifícios e da valorização dos títulos de rendimento fixo, que de acordo Artigo 2.º, número 4, alínea a) e número 5, do Decreto-Lei n.º 237/2008, devem concorrer para a formação do lucro tributável correspondente ao exercício iniciado em 2008 e aos quatro exercícios subsequentes, sendo reconhecido em 2011 o valor de 162.859.56 euros.

32. Acontecimentos após a data de balanço não descritos em pontos anteriores

32.1. Contrato Coletivo de Trabalho para o Setor Segurador

Nos últimos dias de 2011 foi assinado um novo Contrato Coletivo de Trabalho para o Setor Segurador, entre a Associação Portuguesa de Seguradores e alguns Sindicatos do Setor, o qual prevê alterações substanciais, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2012, nomeadamente:

- Remissão de direitos e obrigações através de uma compensação extraordinária de 55% sobre o ordenado base auferido a 31 de dezembro de 2011 a pagar aos trabalhadores com contrato sem termo que tenham sido admitidos antes de 1 de janeiro de 2010 e tenham prestado 22 meses de trabalho efetivo;
- Conversão dos planos de benefícios definidos dos trabalhadores em planos de contribuição definida, denominados planos individuais de reforma;
- Congelamento do prémio de antiguidade a partir de 2013; e
- Criação do prémio de permanência a pagar a cada 5 anos mediante o cumprimento de determinadas condições.

Dado o curto prazo entretanto decorrido não se procedeu a qualquer reconhecimento nas demonstrações financeiras por referência à data de encerramento, remetendo-o para o exercício de 2012.

Para esta opção concorreram diversos fatores, a saber:

- A incerteza associada ao universo de trabalhadores abrangidos, uma vez que nem todos os sindicatos representativos assinaram o acordo;

- Serem necessários esclarecimentos sobre a interpretação a dar a algumas matérias e em relação à sua operacionalização;

- Os cálculos algo complexos, nomeadamente a necessidade de recurso a técnicas atuariais;

- A falta de informação histórica devidamente sistematizada para garantir a exatidão desses cálculos; e

- O cálculo da melhor estimativa possível apontar para um efeito aproximado de 229.000,00 euros valor manifestamente imaterial no contexto do património da empresa, quando enquadrado segundo uma relação custo benefício face ao esforço a empregar;

32.2 Reunião do Eurogrupo dedicada ao segundo programa de ajuda à Grécia

No dia 21 de fevereiro de 2012, após o encerramento do exercício 2011, foi fechado um acordo de princípio entre o FMI, a União Europeia e a República da Grécia, como condição para o desbloqueio de uma ajuda financeira àquele país.

Na sequência deste acordo, a República Grega fará chegar aos credores uma proposta de conversão de dívida que implicará o perdão de uma parte desta, devendo aqueles decidir individualmente pela sua aceitação ou não.

Nesta data, ainda não é conhecido o valor preciso dessa proposta, pelo que não é possível determinar com exatidão o valor do possível perdão.

Em consequência dos contornos da proposta que vier a apresentada, é possível que o valor da imparidade que foi reconhecido nas contas de 2011 venha a ser alterado

33. Outras informações

33.1. Aliança MAPFRE e EULER HERMES em Crédito e Caução para Espanha, Portugal e América Latina

A MAPFRE e a EULER HERMES assinaram um acordo de intenção para a constituição de uma aliança estratégica cujo objectivo é o desenvolvimento conjunto do negócio de seguros de caução e crédito em Espanha, Portugal e América Latina.

Como resultado desta aliança, ambos os Grupos terão uma participação de 50 por cento numa “joint venture”, que integrará os seus negócios atuais nos mercados mencionados. A entidade decorrente contará com um volume de prémios de aproximadamente 200 milhões de euros (segundo valores de 2010), situando-se na primeira ou segunda posição na maioria dos países afectos ao acordo.

Esta “joint venture” beneficiar-se-á da liderança mundial e experiência da EULER HERMES no seguro de crédito, bem como do excelente posicionamento da MAPFRE nestes países, brindando importantes oportunidades de desenvolvimento futuro.

Estava previsto que esta nova entidade, na qual a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., não terá qualquer participação, começasse a operar no final de 2011, depois de completados os trâmites legais pertinentes, que incluem a obtenção das autorizações administrativas necessárias, o que acabou por não acontecer e por este motivo não foi ainda formalizado o acordo definitivo.

As implicações que o acordo terá nas contas da companhia serão unicamente as relacionadas com a venda dos ativos e passivos intrinsecamente ligados aos ramos de Crédito e Caução.

Apresentamos no quadro abaixo os ativos e passivos que constam do balanço da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., a 31 de dezembro de 2011, que fariam parte da referida transação:

Balanço em 31-12-2011	Caução e Crédito
ATIVO	
Ativos financeiros	4.097.203,52
Ativos financeiros	4.097.203,52
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.824.441,55
Provisão para prémios não adquiridos	109.095,97
Provisão para sinistros	4.715.345,58
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	328.070,29
Contas a receber por operações de seguro direto	275.459,93
Contas a receber por operações de resseguro	52.610,36
TOTAL ATIVO	9.249.715,36
PASSIVO	
Provisões técnicas de seguro direto	8.828.859,74
Provisão para prémios não adquiridos	204.398,95
Provisão para sinistros	6.629.428,61
Provisão para desvios de sinistralidade	1.919.535,93
Provisão para riscos em curso	75.496,25
Outros passivos financeiros	134.179,60
Depósitos recebidos de resseguradores	134.179,60
Outros credores por operações de seguros e outras operações	276.009,18
Contas a pagar por operações de seguro direto	61.924,73
Contas a pagar por operações de resseguro	214.084,45
Passivos por impostos e taxas	10.666,84
Passivos por impostos (e taxas) correntes	10.666,84
TOTAL PASSIVO	9.249.715,36

33.2. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2011 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

33.3. Normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2011

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011.

33.4. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2011 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia

* IAS 24 (Revista) Transações entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objetivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transações com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- Nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
 - Natureza e quantia de cada transação individualmente significativa; e
 - Uma indicação qualitativa ou quantitativa da respectiva dimensão em relação a outras transações que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;
- * IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;

- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda;
- Em consequência desta emenda;
- As entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados; e
- A sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio;

* IFRS 1 (Alteração) Adoção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

Esta alteração permite que as entidades que adotem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgação quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de dezembro de 2009.

* IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor recuperável de um ativo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como ativo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

* IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitido para um credor com o objetivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitido num “Equity Swap” devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é

imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam direta ou indiretamente proprietários atuando como tal.

* Melhorias do Ano 2010

* IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais

Esta emenda:

- Clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a exceção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de atividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revisada em 2008);
- Limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de atividades empresariais, a adquirente deve mensurar à data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos ativos líquidos da entidade em caso de liquidação:
 - o Pelo justo valor; ou
 - o Pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os ativos líquidos identificáveis da adquirida;
- Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração; e
- Requer que uma entidade numa concentração de atividades empresariais registre a troca de opções sobre ações ou de outros prêmios de pagamento com base em ações no quadro de uma concentração de atividades empresariais como modificações dos prêmios de pagamento com base em ações em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Ações.

Se a adquirente substituir os prêmios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prêmios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de atividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prêmios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de atividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prêmios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prêmios de substituição deve ser reconhecida como custo de remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em ações que o adquirente não troca por transações de pagamento com base em ações da sua responsabilidade:

Se os respetivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transações de pagamento com base em ações da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respetivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses que não controlam e às despesas de pós-concentração.

* IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- Enfatiza a interação que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros;
- Clarifica que apenas os ativos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terá de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco;
- Requer para todos os ativos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como

do respetivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito;

- Remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de ativos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade; e
- Remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os ativos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e ativos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

* IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

* IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

* IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio.

* IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações (Endossada CUJA APLICAÇÃO É OBRIGATÓRIA APENAS EM PERÍODOS COM INÍCIO APÓS 30 DE JUNHO DE 2011)

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas

a transferência de ativos financeiros quando:

- Uma entidade desreconhecer ativos financeiros transferidos na sua totalidade, mas mantiver um envolvimento continuado nesses ativos (opções ou garantias nos ativos transferidos); e
- Uma entidade não desreconheça na totalidade os ativos financeiros;

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações ainda não endossadas pela UE

* IFRS 1 (Emenda) Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os ativos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses ativos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão

e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

* Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- A opção pelo justo valor não for exercida;
- O objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- Nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Os instrumentos financeiros de capitais próprios detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor através de proveitos e perdas. Todavia, as entidades têm uma opção irrevogável por instrumento para todos os outros instrumentos financeiros de capital próprio.

* Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da

entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos ativos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

* IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

* IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas — Contribuições Não Monetárias por Empreendedores;
- Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial; e
- Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

* IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique

simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

* IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O Justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospetiva permitida desde que divulgada.

* IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não são susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

* IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a

Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

* IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- A eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas;

- Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais;

- Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37; e

- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

* IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

* IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

Lisboa, 05 de março de 2012

António Belo Administrador Delegado

Manuela Mendes Técnico de Contas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro de Macedo Coutinho de Almeida (Presidente)	Filipe Dumont dos Santos (Vice-Presidente)
António Manuel Cardoso Belo (Vogal/Administrador Delegado)	Pedro Ribeiro e Silva (Secretário)
Claudio Antonio Ramos Rodríguez (Vogal)	Jesús García Arranz (Vogal)
Jesús Martínez Castellanos (Vogal)	José Luis Catalinas Calleja (Vogal)
José Luis Joló Marín (Vogal)	Matías Salvá Bennasar (Vogal)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2011

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.1							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.2							
	total 1							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	sub-total							
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
	2.1.1.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total 2.1.1							

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço		
							unitário*	Total	
	2.1.2 - Títulos de dívida								
	2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTE30E0017	REPUBLICA DE PORTUGAL	3.000.000	3.000.000,00			2.713.019,83		2.787.683,77	
PTOTEG0E0009	REPUBLICA DE PORTUGAL	1.000.000	1.000.000,00			1.018.477,28		1.026.591,08	
PTOTEM0E0027	REPUBLICA DE PORTUGAL	500.000	500.000,00			440.126,02		458.560,11	
PTOTEYO0E0007	REPUBLICA DE PORTUGAL	1.475.000	1.475.000,00			1.173.865,79		1.235.378,50	
	sub-total	5.975.000	5.975.000			5.345.488,92		5.508.213,46	
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total								
	2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBCLQ0M0010	BANCO COMERCIAL PORTUGUES	1.300.000	1.300.000,00			1.296.841,00		998.537,43	
PTBERLOM0017	BANCO ESPIRITO SANTO	1.150.000	1.150.000,00			1.011.770,00		959.095,72	
PTBLMG0M0002	BANCO ESPIRITO SANTO	450.000	450.000,00			448.123,50		376.490,68	
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	3.000.000	3.000.000,00			2.794.500,00		2.168.012,22	
	sub-total	5.900.000	5.900.000			5.551.235		4.502.136	
	sub-total 2.1.2	11.875.000	11.875.000,00			10.896.723,42		10.010.349,51	
	sub-total 2.1	11.875.000	11.875.000,00			10.896.723,42		10.010.349,51	
	2.2 - Títulos estrangeiros								
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
	2.2.2.1 - Ações								
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	5.017				38,99	195.633,80	44,18	221.629,56
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS AG	1.609				123,21	198.241,25	130,96	210.721,28
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	7.639				28,87	220.507,16	44,42	339.343,51
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	9.180				13,90	127.575,73	17,62	161.718,82
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	10.354				10,34	107.010,09	8,87	91.788,21
DE0007037129	RWE AG	8.908				39,61	352.835,18	27,15	241.852,20
DE0007164600	SAP AG	598				36,13	21.608,62	40,85	24.428,30
DE0007236101	SIEMENS AG	3.219				64,67	208.181,43	73,94	238.012,86
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.458				104,79	152.788,02	94,78	138.189,24
DE000BAY0017	BAYER A.G.	10.850				55,84	605.894,21	49,40	535.990,00
DE000ENAG999	E.ON AG	26.364				23,34	615.410,36	16,67	439.487,88
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	14.856				13,13	195.051,43	12,34	183.323,04
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	89.184				9,21	821.403,65	6,68	595.749,12
ES0113307039	BANKIA S.A.U.	612.000				3,75	2.295.000,00	3,60	2.200.140,00
ES0113679137	BANKINTER	20.061				5,05	101.277,18	4,75	95.289,75
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	114.896				8,79	1.010.191,37	5,87	674.439,52
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	15.306				11,41	174.582,72	13,27	203.034,09
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	10.889				14,88	162.067,22	9,84	107.115,09
ES0130960018	ENAGAS	8.527				14,20	121.046,51	14,29	121.850,83
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	83.684				6,14	514.138,17	4,84	404.946,87
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	6.776				32,04	217.130,85	22,90	155.170,40
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	4.053				28,35	114.895,59	33,06	134.012,44
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	5.288				19,06	100.772,58	23,74	125.510,68
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	75.815				14,63	1.109.520,80	13,38	1.014.783,77
FR0000120271	TOTAL SA	21.598				39,73	858.137,94	39,50	853.121,00
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	4.154				47,57	197.615,72	56,75	235.739,50
FR0000120644	GROUPE DANONE	6.473				43,00	278.358,19	48,57	314.393,61
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	13.414				19,85	266.224,09	16,92	226.964,88
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	9.762				40,88	399.111,02	30,35	296.276,70

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	18.909			16,03	303.183,40	12,13	229.460,71
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	12.749			29,31	373.725,44	21,12	269.258,88
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	8.035			23,33	187.442,03	28,15	226.185,25
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	13.712			3,93	53.872,28	3,14	43.110,52
IT0003132476	ENI SPA	23.100			16,51	381.340,59	16,01	369.831,00
NL0000009355	UNILEVER PLC	8.959			18,57	166.392,67	26,57	238.040,63
	sub-total	1.287.396			1.019,06	13.208.167,29		11.960.910,14
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	20.601			24,06	495.764,15	22,09	455.032,42
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	213			1.457,16	310.673,67	1.466,24	312.609,40
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.078			211,15	650.000,00	258,31	795.176,41
	sub-total	23.893			1.692,37	1.456.437,82		1.562.818,23
	2.2.2.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total 2.2.1	1.311.289			2.711,44	14.664.605,11		13.523.728,37
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
ES00000121P3	TESORO PUBLICO	200.000	200.000,00			188.840,00		201.439,42
ES00000121Q1	TESORO PUBLICO	6.710.000	6.710.000,00			6.637.500,34		6.591.047,68
ES00000121S7	TESORO PUBLICO	22.750.000	22.750.000,00			19.816.839,97		19.641.518,10
ES00000122D7	TESORO PUBLICO	5.280.000	5.280.000,00			5.149.915,24		5.175.954,14
ES00000122G0	TESORO PUBLICO	1.850.000	1.850.000,00			1.846.374,00		1.725.720,13
ES00000122T3	TESORO PUBLICO	4.840.000	4.840.000,00			4.917.843,86		4.887.298,86
ES00000122X5	TESORO PUBLICO	1.500.000	1.500.000,00			1.441.168,73		1.498.390,75
ES00000123C7	TESORO PUBLICO	100.000	100.000,00			99.750,00		104.682,05
ES00000123D5	TESORO PUBLICO	2.900.000	2.900.000,00			2.859.867,80		2.974.487,26
ES00000123K0	TESORO PUBLICO	407.000	407.000,00			417.270,86		425.638,64
GR0114023485	REPUBLICA DE GRECIA	2.060.000	2.060.000,00			1.979.993,96		618.000,00
GR0133001140	REPUBLICA DE GRECIA	50.000	50.000,00			19.525,00		15.000,00
GR0133004177	REPUBLICA DE GRECIA	700.000	700.000,00			626.510,50		210.000,00
GR0138001673	REPUBLICA DE GRECIA	2.700.000	2.700.000,00			2.066.850,00		810.000,00
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA	6.500.000	6.500.000,00			6.456.710,00		5.267.443,67
	sub-total	58.547.000	58.547.000			54.524.960		50.146.621
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total							
	2.2.2.3 - De outros emissores							
DE0003933511	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	750.000	750.000,00			747.825,00		697.324,98
ES0224261018	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P	200.000	200.000,00			198.524,00		198.455,49
ES0302761004	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE	500.000	500.000,00			494.432,50		486.435,37
ES0302761020	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE	1.000.000	1.000.000,00			1.011.690,65		1.058.174,98
ES0312362017	AYT CEDULAS CAJAS VIII F.T.A.	700.000	700.000,00			684.810,00		552.864,05
ES0313679443	BANKINTER	1.200.000	1.200.000,00			1.199.940,00		1.183.135,82
ES0314400187	BANCO CAM S.A.	1.000.000	1.000.000,00			996.070,00		969.363,08
ES0314600158	CAJA DE AHORROS DE MURCIA	500.000	500.000,00			500.085,00		494.952,55
ES0314840184	CAIXA D´ESTALVIS CATALUÑA TARR	850.000	850.000,00			845.886,00		823.283,48
ES0314843329	CAIXA DE AFORROS DE GALI,VIGO,	1.200.000	1.200.000,00			1.179.208,00		1.164.059,50
ES0314950694	CAJA MADRID	250.000	250.000,00			249.567,50		263.637,13

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário*	Total
ES0340609009	CAIXABANK S.A.	800.000	800.000,00			796.576,00		772.642,38
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	500.000	500.000,00			485.600,00		489.601,31
ES0413211469	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	1.100.000	1.100.000,00			1.098.010,00		1.132.433,07
ES0413440175	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	800.000	800.000,00			767.280,00		781.724,69
ES0413440217	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	1.500.000	1.500.000,00			1.496.814,77		1.563.909,92
ES0413770001	BANCO PASTOR	500.000	500.000,00			469.650,00		475.962,85
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	1.000.000	1.000.000,00			991.410,00		991.206,65
ES0414840274	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARR	800.000	800.000,00			770.440,00		696.494,56
ES0414954182	IBERCAJA	700.000	700.000,00			700.350,00		695.988,51
ES0414970212	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE B	1.300.000	1.300.000,00			1.288.820,00		1.233.309,46
ES0414977357	BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLO	1.000.000	1.000.000,00			974.700,00		994.736,48
ES0415309006	CAJA DE AHORROS GUIPUZKOA SAN	1.100.000	1.100.000,00			1.091.777,30		1.099.057,32
ES0458759000	UNICAJA(RONDACADIZALMERIAMALAG	250.000	250.000,00			242.272,75		243.943,02
ES0458759034	UNICAJA(RONDACADIZALMERIAMALAG	550.000	550.000,00			549.789,06		578.256,69
ES0464872060	UNICAJA(RONDACADIZALMERIAMALAG	500.000	500.000,00			498.135,00		477.656,06
XS0203871651	HBOS PLC	670.000	670.000,00			616.735,00		453.444,74
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE	1.000.000	1.000.000,00			1.000.500,00		798.776,61
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L	700.000	700.000,00			718.710,00		598.829,43
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO	650.000	650.000,00			773.818,50		570.768,76
XS0370846973	COMMERZBANK, A.G. FRANKFURT	550.000	550.000,00			550.275,00		418.994,04
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT	300.000	300.000,00			298.950,00		200.407,54
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE	100.000	100.000,00			99.925,00		126.373,61
XS0415624716	ROCHE HOLDINGS INC	200.000	200.000,00			255.000,00		269.605,38
XS0433130456	BANK OF AMERICA CORP.	1.300.000	1.300.000,00			1.496.950,00		1.373.604,39
XS0439828269	VERBUND INTERNATIONAL	150.000	150.000,00			148.792,50		166.485,21
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L	650.000	650.000,00			414.700,00		372.973,18
XS0462999573	TELEFONICA EMISIONES SAU	100.000	100.000,00			100.050,00		94.606,58
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	750.000	750.000,00			749.745,00		726.756,53
XS0551323057	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1.300.000	1.300.000,00			1.297.907,00		1.280.259,97
XS0557252417	RABOBANK NEDERLAND	230.000	230.000,00			210.220,00		206.334,42
XS0563739696	ENI SPA	500.000	500.000,00			498.135,00		511.603,05
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	270.000	270.000,00			269.103,60		287.683,09
XS0613543957	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	5.750.000	5.750.000,00			5.748.241,31		5.977.064,41
XS0627188468	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.	200.000	200.000,00			198.920,00		204.581,09
XS0653885961	BMW FINANCE NV	290.000	290.000,00			301.339,00		307.950,01
XS0693855750	IBERDROLA FINANZAS S.A.U.	200.000	200.000,00			201.018,00		206.520,50
	sub-total	36.410.000	36.410.000,00			36.278.698,44		35.272.231,94
	sub-total 2.2.2	94.957.000	94.957.000,00			90.803.658,70		85.418.852,64
	sub-total 2.2	96.268.289	94.957.000,00		2.711,44	105.468.263,81		98.942.581,01
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total 2.3							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total 2.4							
	total 2	108.143.289	106.832.000,00		2.711,44	116.364.987,23		108.952.930,52
	TOTAL GERAL	108.143.289	106.832.000,00		2.711,44	116.364.987,23		108.952.930,52

(Valores expressos em euros)

* Inclui o valor dos juros decorridos

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS 2010

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário *	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.1							
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total 1.2							
	total 1							
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	sub-total							
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
	2.1.1.4 - Outros							
	sub-total							

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário *	Total
	sub-total 2.1.1							
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE30E0017	REPUBLICA DE PORTUGAL	3.000.000	3.000.000,00			3.011.700,00		2.734.496,54
PTOTEGOE0009	REPUBLICA DE PORTUGAL	1.000.000	1.000.000,00			993.700,00		1.033.408,79
PTOTEJOE0006	REPUBLICA DE PORTUGAL	500.000	500.000,00			487.100,00		517.070,57
PTOTEMOE0027	REPUBLICA DE PORTUGAL	500.000	500.000,00			500.080,00		453.204,79
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL	1.475.000	1.475.000,00			1.213.175,75		1.214.472,74
	sub-total	6.475.000	6.475.000			6.205.755,75		5.952.653,43
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBCLQOM0010	BANCO COMERCIAL PORTUGUES	1.300.000	1.300.000,00			1.296.841,00		1.163.148,24
PTBCLSOE0018	BANCO COMERCIAL PORTUGUES	600.000	600.000,00			599.544,00		597.538,02
PTBERLOM0017	BANCO ESPIRITO SANTO	1.150.000	1.150.000,00			1.011.770,00		941.285,92
PTBERU1E0015	BANCO ESPIRITO SANTO	500.000	500.000,00			500.135,00		520.477,30
PTBLMGOM0002	BANCO ESPIRITO SANTO	450.000	450.000,00			448.123,50		409.584,70
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	3.000.000	3.000.000,00			2.794.500,00		2.580.983,98
	sub-total	7.000.000	7.000.000			6.650.914		6.213.018
	sub-total 2.1.2	13.475.000	13.475.000,00			12.856.669,25		12.165.671,59
	sub-total 2.1	13.475.000	13.475.000,00			12.856.669,25		12.165.671,59
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1 - Ações							
CH0012005267	NOVARTIS AG-REG	5.017			38,99	195.633,80	43,95	220.476,74
CH0012032048	ROCHE HOLDINGS INC	3.195			123,21	393.648,70	109,56	350.059,95
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	7.639			28,87	220.507,16	43,79	334.481,12
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	5.174			10,48	54.228,80	9,66	49.954,97
DE0007037129	RWE AG	3.499			64,30	224.980,94	49,89	174.565,11
DE0007164600	SAP AG	598			36,13	21.608,62	38,10	22.783,80
DE0007236101	SIEMENS AG	7.300			64,67	472.110,68	92,70	676.710,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVER	1.458			104,79	152.788,02	113,45	165.410,10
DE000BAY0017	BAYER A.G.	10.850			55,84	605.894,21	55,30	600.005,00
DE000ENAG999	E.ON AG	20.088			26,02	522.628,84	22,94	460.718,28
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	14.149			14,19	200.715,58	13,45	190.374,79
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	87.620			9,52	834.462,63	7,56	662.407,20
ES0113679137	BANKINTER	19.801			5,11	101.279,33	4,16	82.292,95
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	110.893			9,11	1.010.197,67	7,93	879.159,70
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	12.585			11,77	148.164,43	11,49	144.601,65
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	10.889			14,88	162.067,22	12,78	139.215,86
ES0130960018	ENAGAS	8.527			14,20	121.046,51	14,91	127.180,20
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	83.684			6,30	527.192,87	5,77	482.689,31
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SERV	6.120			32,02	195.955,75	35,08	214.659,00
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	4.053			28,35	114.895,59	35,20	142.665,60
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	5.288			19,06	100.772,58	20,85	110.254,80
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	69.906			14,36	1.003.806,26	16,97	1.185.955,29
FI0009000681	NOKIA OYJ	16.457			10,48	172.451,27	7,74	127.377,18
FR0000120271	TOTAL SA	13.792			44,85	618.529,90	39,65	546.852,80

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário *	Total
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	4.154			47,57	197.615,72	47,85	198.768,90
FR0000120644	GROUPE DANONE	6.473			43,00	278.358,19	47,02	304.360,46
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	5.069			19,93	101.034,72	20,20	102.393,80
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	4.816			57,75	278.146,06	47,61	229.289,76
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	12.080			16,21	195.796,09	15,60	188.387,60
FR0010208488	GAZ DE FRANCE	12.749			29,31	373.725,44	26,85	342.310,65
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	8.035			23,33	187.442,03	24,73	198.705,55
IT0003128367	ENEL-SOCIETA PER AZIONI	13.712			3,93	53.872,28	3,74	51.282,88
IT0003132476	ENI SPA	23.100			16,51	381.340,59	16,34	377.454,00
NL000009355	UNILEVER PLC	8.959			18,57	166.392,67	23,30	208.744,70
	sub-total	627.729				10.389.291,15		10.292.549,70
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	7.922			28,50	225.764,15	22,77	180.385,42
ES0138902038	FONDMAPFRE CORTO PLAZO F.I.	173			1.434,34	247.437,54	1.429,80	246.654,04
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.078			211,15	650.000,00	241,15	742.351,40
	sub-total	11.173				1.123.201,69		1.169.390,86
	2.2.2.4 - Outros							
	sub-total							
	sub-total 2.2.1	638.902				11.512.492,84		11.461.940,56
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
ES00000121P3	TESORO PUBLICO	1.355.000	1.355.000,00			1.381.097,78		1.324.731,69
ES00000121Q1	TESORO PUBLICO	10.210.000	10.210.000,00			10.099.683,81		9.754.979,85
ES00000121S7	TESORO PUBLICO	1.600.000	1.600.000,00			1.534.427,47		1.347.221,33
ES00000122D7	TESORO PUBLICO	5.550.000	5.550.000,00			5.413.263,17		5.152.706,85
ES00000122E5	TESORO PUBLICO	1.080.000	1.080.000,00			1.064.806,00		984.578,36
ES00000122G0	TESORO PUBLICO	1.850.000	1.850.000,00			1.846.374,00		1.702.536,04
ES00000122T3	TESORO PUBLICO	8.890.000	8.890.000,00			9.040.459,50		8.557.819,81
ES0000012916	TESORO PUBLICO	2.490.000	2.490.000,00			2.529.093,98		2.604.326,24
GR0114023485	REPUBLICA DE GRECIA	2.110.000	2.110.000,00			2.121.423,23		1.708.464,98
GR0133004177	REPUBLICA DE GRECIA	700.000	700.000,00			626.510,50		448.025,89
GR0138001673	REPUBLICA DE GRECIA	2.700.000	2.700.000,00			2.066.850,00		1.486.934,07
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA	6.500.000	6.500.000,00			6.456.710,00		4.908.357,56
	sub-total	45.035.000	45.035.000,00			44.180.699,44		39.980.682,67
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	2.2.2.3 - De outros emissores							
DE0003933511	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	750.000	750.000,00			747.825,00		728.772,05
DE000A0TR7K7	ALLIANZ FINANCE BV	400.000	400.000,00			398.472,00		442.052,06
DE000DB5S6X0	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	300.000	300.000,00			299.178,00		312.838,14
ES0214950059	CAJA MADRID	600.000	600.000,00			603.334,34		606.260,55
ES0224261018	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD PETR	200.000	200.000,00			198.524,00		186.223,46
ES0302761004	FONDO DE REESTRUCTURACION ORDE	400.000	400.000,00			399.724,00		376.004,86
ES0312362017	AYT CEDULAS CAJAS VIII F.T.A.	700.000	700.000,00			684.810,00		578.882,62
ES0313679443	BANKINTER	1.200.000	1.200.000,00			1.199.940,00		1.149.444,90
ES0314400187	CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRANEO	1.000.000	1.000.000,00			996.070,00		936.351,01
ES0314600158	CAJA DE AHORROS DE MURCIA	500.000	500.000,00			500.085,00		502.635,33

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário *	Total
ES0314840184	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA	850.000	850.000,00			845.886,00		795.873,18
ES0314843329	CAJA DE AHORROS DE GALICIA	950.000	950.000,00			943.440,50		890.282,36
ES0314950348	CAJA MADRID	1.400.000	1.400.000,00			1.394.624,00		1.459.940,20
ES0314958044	CAIXANOVA-C.A. VIGO,OURENSE,PONTEVEDRA	200.000	200.000,00			199.534,00		199.869,98
ES0340609009	CRITERIA CAIXACORP SA	800.000	800.000,00			796.576,00		786.063,25
ES0413211113	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	500.000	500.000,00			485.600,00		482.835,28
ES0413211352	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	700.000	700.000,00			698.530,00		678.317,74
ES0413440092	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	1.500.000	1.500.000,00			1.513.150,00		1.531.122,24
ES0413440100	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	800.000	800.000,00			823.040,00		825.311,19
ES0413770001	BANCO PASTOR	500.000	500.000,00			469.650,00		479.634,22
ES0413790108	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	400.000	400.000,00			399.672,00		392.524,36
ES0413860034	BANCO SABADELL	200.000	200.000,00			179.100,00		190.913,14
ES0413860208	BANCO SABADELL	500.000	500.000,00			499.200,00		498.225,28
ES0413900178	BANCO SANTANDER SA	500.000	500.000,00			496.950,00		514.163,53
ES0414100026	BILBAO BIZKAIA KUTXA	200.000	200.000,00			200.082,00		190.980,64
ES0414840274	CAIXA D'ESTALVIS CATALUÑA TARRAGONA	800.000	800.000,00			770.440,00		736.010,75
ES0414970212	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE BARCELONA	1.300.000	1.300.000,00			1.288.820,00		1.212.069,96
ES0414970238	LA CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE BARCELONA	2.000.000	2.000.000,00			2.021.960,71		1.953.429,95
ES0414977357	BANCAJA-C.A. VALENCIA-CASTELLON	1.000.000	1.000.000,00			974.700,00		982.884,67
ES0415309006	CAJA DE AHORROS GUIPUZKOA SAN SEBAST	950.000	950.000,00			943.917,50		943.578,05
ES0458759000	UNICAJA(RONDA,CADIZ,ALMERIA,MALAGA)	100.000	100.000,00			99.742,00		96.376,51
ES0464872060	UNICAJA(RONDA,CADIZ,ALMERIA,MALAGA)	500.000	500.000,00			498.135,00		472.180,58
EU000A1AKD47	EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY	500.000	500.000,00			496.910,00		530.795,29
XS0125754324	SANTANDER CENTRAL HISPANO ISSU	1.370.000	1.370.000,00			1.381.782,00		1.439.404,48
XS0163023848	IBERDROLA INTERNATIONAL BV	100.000	100.000,00			104.530,00		108.264,01
XS0171966269	SCHIPHOL NEDERLAND B.V.	500.000	500.000,00			499.000,00		536.796,34
XS0203871651	HBOS PLC	670.000	670.000,00			616.735,00		617.718,57
XS0240949791	BARCLAYS BANK PLC LONDON	1.350.000	1.350.000,00			1.343.604,66		1.302.745,75
XS0257885086	NEDERLANDSE GASUNIE NV	200.000	200.000,00			199.716,00		217.530,15
XS0268558375	BANK OF IRELAND	600.000	600.000,00			599.783,28		538.702,95
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE	1.000.000	1.000.000,00			1.000.500,00		920.694,87
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L	700.000	700.000,00			718.710,00		699.353,87
XS0360809577	INTESA SANPAOLO SPA	700.000	700.000,00			696.010,00		724.235,71
XS0362269945	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	150.000	150.000,00			147.358,50		164.405,53
XS0363742338	PACCAR FINANCIAL EUROPE	300.000	300.000,00			299.064,00		313.643,63
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO	650.000	650.000,00			650.130,00		756.447,94
XS0366354875	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	100.000	100.000,00			102.760,00		103.154,70
XS0370846973	COMMERZBANK, A.G. FRANKFURT	550.000	550.000,00			550.275,00		547.503,77
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT	300.000	300.000,00			298.950,00		304.312,12
XS0371944926	JOHN DEERE CAPITAL CORP	200.000	200.000,00			199.622,00		210.628,21
XS0378750581	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING	1.200.000	1.200.000,00			1.222.040,00		1.255.371,65
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE	450.000	450.000,00			449.662,50		556.599,12
XS0411602765	TOYOTA MOTOR CREDIT CORP	500.000	500.000,00			499.870,00		619.420,15
XS0413462721	EDP FINANCE B.V.	550.000	550.000,00			575.465,00		587.821,20
XS0415624120	ROCHE HOLDINGS INC	300.000	300.000,00			299.928,00		351.120,73
XS0428007081	NORDEA AB	300.000	300.000,00			299.244,00		327.731,15
XS0429484891	RABOBANK NEDERLAND	200.000	200.000,00			199.612,00		227.263,49
XS0430951888	SKANDINAVISKA ENSKILDA BANKEN	300.000	300.000,00			299.604,00		318.566,14

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário *	Total
XS0433028254	HSBC HOLDINGS PLC	450.000	450.000,00			474.009,00		496.462,72
XS0433130456	BANK OF AMERICA CORP.	1.300.000	1.300.000,00			1.496.950,00		1.463.173,43
XS0435070288	LLOYDS TSB BANK PLC	345.000	345.000,00			353.201,00		381.968,39
XS0436905821	GAS NATURAL CAPITAL MARKETS S.	150.000	150.000,00			149.914,50		156.432,32
XS0439828269	VERBUND INTERNATIONAL	150.000	150.000,00			148.792,50		160.367,26
XS0453908377	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING LL	300.000	300.000,00			298.110,00		336.806,62
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L	650.000	650.000,00			414.700,00		393.399,58
XS0462999573	TELEFONICA EMISIONES SAU	100.000	100.000,00			100.050,00		99.248,25
XS0528912214	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1.800.000	1.800.000,00			1.793.502,00		1.744.869,45
XS0542174478	BANESTO FINANCIAL PR PLC	400.000	400.000,00			398.640,00		395.446,91
XS0544695272	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	750.000	750.000,00			749.745,00		700.281,59
XS0551323057	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1.300.000	1.300.000,00			1.297.907,00		1.255.548,64
XS0563739696	ENI SPA	500.000	500.000,00			498.135,00		492.957,88
	sub-total	44.635.000	44.635.000,00			44.495.233,99		44.489.246,60
	sub-total 2.2.2	89.670.000	89.670.000,00			88.675.933,43		84.469.929,27
	sub-total 2.2	90.308.902	89.670.000,00			100.188.426,27		95.931.869,83
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total							
	total 2	103.783.902	103.145.000,00			113.045.095,52		108.097.541,42
	TOTAL GERAL	103.783.902	103.145.000,00			113.045.095,52		108.097.541,42

(Valores expressos em euros)

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA				
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	29.797.177,67	8.732.669,98	21.864.452,98	799.945,29
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	8.707.288,75	3.715.078,25	2.861.631,40	-2.130.579,10
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	40.798.758,46	12.230.917,33	25.549.723,17	-3.018.117,96
OUTRAS COBERTURAS	5.775.730,13	3.736.709,99	1.663.807,44	-375.212,70
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	569.067,04	279.936,90	263.760,86	-25.369,28
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	8.606.851,95	1.240.741,38	6.273.491,25	-1.092.619,32
CRÉDITO E CAUÇÃO **	7.558.351,45	812.754,16	5.938.126,05	-807.471,24
PROTEÇÃO JURÍDICA	63.812,44	103.083,30	40.674,61	79.945,47
ASSISTÊNCIA				0,00
DIVERSOS	305.924,73	20.174,53	120.417,49	-165.332,71
TOTAL NÃO VIDA	102.182.962,62	30.872.065,82	64.576.085,25	-6.734.811,55
TOTAL GERAL	102.182.962,62	30.872.065,82	64.576.085,25	-6.734.811,55

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores

** Os valores apresentados para os ramos de Caução e Crédito aparecem no balanço na rubrica de "Activos não correntes detidos para venda"

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES) 2010

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2009 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2010 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA				
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	28.009.088,35	7.975.709,18	21.015.010,53	981.631,36
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	3.757.511,24	3.513.027,16	2.751.774,60	2.507.290,52
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	43.077.460,90	10.836.070,27	28.245.271,95	-3.996.118,68
OUTRAS COBERTURAS	4.794.476,36	4.174.925,72	932.491,25	312.940,61
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	303.826,77	135.180,90	116.747,65	-51.898,22
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.292.564,65	2.294.812,44	7.289.633,13	4.291.880,92
CRÉDITO E CAUÇÃO	15.279.048,60	3.528.891,77	7.005.365,15	-4.744.791,68
PROTEÇÃO JURÍDICA	7.378,02	48.358,06	24.467,16	65.447,20
ASSISTÊNCIA				0,00
DIVERSOS	255.944,64	12.653,08	120.422,08	-122.869,48
TOTAL NÃO VIDA	100.777.299,53	32.519.628,58	67.501.183,50	-756.487,45
TOTAL GERAL	100.777.299,53	32.519.628,58	67.501.183,50	-756.487,45

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2009 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	16.062.172,37	1.084.909,24	314.455,25	17.461.536,86
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	9.940.268,98	487.561,65	-1.332.478,99	9.095.351,64
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	24.435.700,69	2.090.271,78	-2.541.555,71	23.984.416,76
OUTRAS COBERTURAS	17.960.743,58	1.983.121,67	-267.841,33	19.676.023,92
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	383.969,98	29.661,45	-134.621,12	279.010,31
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.506.752,78	65.030,13	-1.207.181,25	364.601,66
CRÉDITO E CAUÇÃO	986.488,92	119.879,78	-930.833,65	175.535,05
PROTEÇÃO JURÍDICA	39.184,80	267.849,37	33.837,12	340.871,29
ASSISTÊNCIA				0,00
DIVERSOS	19.537,08	1.525,95	-49.754,07	-28.691,04
TOTAL	71.334.819,18	6.129.811,02	-6.115.973,75	71.348.656,45
RESSEGURO ACEITE				0,00
TOTAL GERAL	71.334.819,18	6.129.811,02	-6.115.973,75	71.348.656,45

(Valores expressos em euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS 2010

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	14.519.258,35	1.515.063,20	1.782.713,94	17.817.035,49
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	10.568.873,70	740.606,99	4.951.763,88	16.261.244,57
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	21.895.083,25	2.198.615,76	-2.273.979,04	21.819.719,97
OUTRAS COBERTURAS	17.672.858,74	1.580.208,00	976.576,62	20.229.643,36
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	388.048,14	40.177,59	270.199,54	698.425,27
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.392.227,40	222.419,33	3.311.899,65	5.926.546,38
CRÉDITO E CAUÇÃO	3.866.845,68	203.052,32	-7.719.864,82	-3.649.966,82
PROTEÇÃO JURÍDICA	34.632,91	81.667,19	56.388,17	172.688,27
ASSISTÊNCIA				0,00
DIVERSOS	15.051,24	20.359,87	49.965,15	85.376,26
TOTAL	71.352.879,41	6.602.170,24	1.405.663,09	79.360.712,74
RESSEGURO ACEITE				0,00
TOTAL GERAL	71.352.879,41	6.602.170,24	1.405.663,09	79.360.712,74

(Valores expressos em euros)

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	23.192.995,57	23.337.426,36	17.461.536,86	4.804.306,85	-867.260,92
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	17.489.796,19	17.349.039,00	9.095.351,64	3.173.364,88	-5.183.491,69
AUTOMÓVEL					
RESPONSABILIDADE CIVIL	32.162.341,44	32.198.789,48	23.984.416,76	7.499.137,14	708.576,83
OUTRAS COBERTURAS	22.656.928,96	22.608.948,88	19.676.023,92	6.289.958,87	-226.460,51
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	724.922,93	716.410,94	279.010,31	150.054,18	-235.462,59
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.027.413,00	4.000.131,19	364.601,66	615.928,49	-1.834.879,45
CRÉDITO E CAUÇÃO	1.115.535,82	1.130.934,16	175.535,05	276.979,96	-343.873,54
PROTEÇÃO JURÍDICA	1.002.199,39	959.776,16	340.871,29	644.973,50	1.599,90
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	216.047,56	208.144,25	-28.691,04	41.599,41	-176.150,04
TOTAL	102.588.180,86	102.509.600,42	71.348.656,45	23.496.303,28	-8.157.402,01
RESSEGURO ACEITE					
TOTAL GERAL	102.588.180,86	102.509.600,42	71.348.656,45	23.496.303,28	-8.157.402,01

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS 2010

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	24.428.608,78	24.178.319,41	17.817.035,50	6.090.168,08	-916.417,71
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	15.861.301,16	16.010.822,71	16.259.227,75	4.115.986,16	2.060.094,28
AUTOMÓVEL					
RESPONSABILIDADE CIVIL	31.416.935,74	31.672.336,79	21.819.719,97	7.204.886,16	-86.210,52
OUTRAS COBERTURAS	22.506.718,63	22.268.810,18	20.229.643,35	5.459.220,47	-228.273,34
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	915.967,33	960.860,14	698.425,29	249.389,45	-95.055,98
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.507.840,28	4.610.457,39	5.926.531,19	1.030.016,97	2.814.382,20
CRÉDITO E CAUÇÃO	2.087.199,14	2.189.490,02	-3.649.966,82	459.564,47	-3.845.520,53
PROTEÇÃO JURÍDICA	887.060,85	847.222,07	174.720,25	255.370,93	-1.714,93
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	148.610,62	151.885,90	85.376,26	46.567,24	-84.534,08
TOTAL	102.760.242,53	102.890.204,61	79.360.712,74	24.911.169,93	-383.250,61
RESSEGURO ACEITE					
TOTAL GERAL	102.760.242,53	102.890.204,61	79.360.712,74	24.911.169,93	-383.250,61

(Valores expressos em euros)

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores



5

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Mapfre Seguros Gerais, S.A.

Certificação Legal das Contas

31 de Dezembro de 2011

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Mapfre Seguros Gerais, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de activo de 205.443.382,60 Euros e um total de capital próprio de 52.483.492,00 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.466.718,58 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros Gerais, S.A., em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

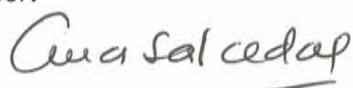
- 8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

- 9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o referido na Nota 7.1 sobre a acção judicial em curso relativa à participação financeira na Finibanco Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. para a qual não é possível antecipar se do desfecho do processo irá resultar algum impacto relevante nas Demonstrações Financeiras (designadamente a eventual anulação parcial do activo e passivo associado e/ou registo de resultados extraordinários).

Lisboa, 6 de Março de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

✓
RM SR

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei em vigor o Conselho Fiscal da Mapfre Seguros Gerais S.A. vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e onze e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal manteve contatos com a Administração e os serviços, acompanhando a vida da Companhia e recebendo sempre resposta a todos os esclarecimentos solicitados. Acompanhou igualmente o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernst & Young e apreciou a Certificação Legal de Contas, formulada sem reservas, e à qual dá o seu acordo.

O Relatório de Gestão foi também objeto de análise e verificação, concluindo-se que é suficientemente esclarecedor e está em conformidade com a Contas do exercício.

O Conselho Fiscal constatou que as taxas de cobertura da Margem de Solvência e das Provisões Técnicas pelos Ativos Financeiros se degradaram durante o exercício de dois mil e onze em virtude da desvalorização de certos ativos financeiros e da necessidade de reconhecer imparidades, fatores que não foram totalmente absorvidos pela reclassificação dos títulos de rendimento fixo para “Deter até à maturidade”, conforme permitido pelo Instituto de Seguros de Portugal. Mantêm-se, no entanto, em níveis confortáveis.

A proposta de aplicação de resultados considera uma distribuição de dividendos de cerca 1,1 Milhões de Euros, o que não levanta objeções da parte deste Conselho Fiscal.

No decorrer do seu trabalho, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que não respeitasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

- 1 – Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2011;
- 2 – Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2011;
- 3 – Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu empenho e competência.

Lisboa, 12 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL


Fernando José de Sá Namorado R3




MAPFRE | SEGUROS